

Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro. Cep 89440-000.
Fone/Fax (47) 3625.1111 E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina
Fl. nº 01
Comissão Permanente de Licitação

Irineópolis, 17 de abril de 2018.
Ofício nº. 278/2018

AO
EXMO SR.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal
NESTA.



Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me à Vossa Excelência para solicitar que seja encaminhado ao setor competente para que seja procedida a abertura de Processo Licitatório, na modalidade Dispensa, para contratação do SEBRAE, visando:

1) COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS:

ENCONTRO 1 – LICITAÇÃO: UMA NOVA OPORTUNIDADE PARA O SEU NEGÓCIO;
ENCONTRO 2 – A MPE NA LICITAÇÃO PÚBLICA – CONHECER AS LEIS PARA CONTROLAR OS RISCOS;
ENCONTRO 3 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE I;
ENCONTRO 4 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE II;
ENCONTRO 5 – ENCONTRANDO NOVAS OPORTUNIDADES PARA O SEU NEGÓCIO.

2) COMPRAS GOVERNAMENTAIS – COM A APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS:

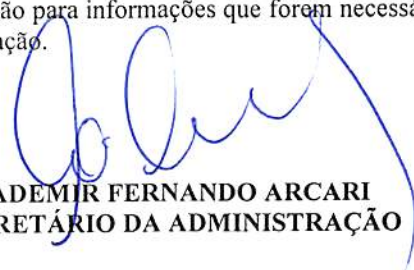
ENCONTRO 1 – A PREPARAÇÃO PARA A LICITAÇÃO.
ENCONTRO 2 – ÓRGÃOS FISCALIZADORES, BASES LEGAIS E INSTRUMENTOS NA LICITAÇÃO PÚBLICA.
ENCONTRO 3 – DOS INSTRUMENTOS INDISPENSÁVEIS NA ELABORAÇÃO DE EDITAIS QUE PROMOVAM OS BENEFÍCIOS DA LEI Nº 123/06.
ENCONTRO 4 – CONHECER PARA APLICAR OS BENEFÍCIOS EXCLUSIVOS DA MPE (ARTIGO 47 E 48)
ENCONTRO 5 – COMO APLICAR O EMPATE FICTO E TRATAR DA REGULARIDADE FISCAL EM TODAS AS MODALIDADES.

3) PALESTRA PARA MEI'S – FORMALIZAÇÃO MEI;
4) OFICINAS – CAPACITAÇÃO MEI'S.

Seguindo requisitos e demais descrições no Plano de trabalho anexo;

Colocando-nos sempre à disposição para informações que forem necessárias, reafirmamos na oportunidade, protestos de estima e distinguida consideração.

Atenciosamente,


LADEMIR FERNANDO ARCARI
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro. Cep 89440-000.
Fone/Fax (47) 625.1111 E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina
Fl. nº 02
Comissão Permanente de Licitação

REQUISIÇÃO

Da: Secretaria de Administração

A: Comissão Permanente de Licitações

Objeto:

- 1) **COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS:**

ENCONTRO 1 – LICITAÇÃO: UMA NOVA OPORTUNIDADE PARA O SEU NEGÓCIO;

ENCONTRO 2 – A MPE NA LICITAÇÃO PÚBLICA – CONHECER AS LEIS PARA CONTROLAR OS RISCOS;

ENCONTRO 3 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE I;

ENCONTRO 4 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE II;

ENCONTRO 5 – ENCONTRANDO NOVAS OPORTUNIDADES PARA O SEU NEGÓCIO.

- 2) **COMPRAS GOVERNAMENTAIS – COM A APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS:**

ENCONTRO 1 – A PREPARAÇÃO PARA A LICITAÇÃO.

ENCONTRO 2 – ÓRGÃOS FISCALIZADORES, BASES LEGAIS E INSTRUMENTOS NA LICITAÇÃO PÚBLICA.

ENCONTRO 3 – DOS INSTRUMENTOS INDISPENSÁVEIS NA ELABORAÇÃO DE EDITAIS QUE PROMOVAM OS BENEFÍCIOS DA LEI Nº 123/06.

ENCONTRO 4 – CONHECER PARA APLICAR OS BENEFÍCIOS EXCLUSIVOS DA MPE (ARTIGO 47 E 48)

ENCONTRO 5 – COMO APLICAR O EMPATE FICTO E TRATAR DA REGULARIDADE FISCAL EM TODAS AS MODALIDADES.

- 3) **PALESTRA PARA MEI'S – FORMALIZAÇÃO MEI;**

- 4) **OFICINAS – CAPACITAÇÃO MEI'S.**

Seguindo requisitos e demais descrições no Plano de trabalho anexo;

De acordo com a Lei 8666/93, artigo 24, inciso XIII – “na contratação de instituição brasileira incumbida regional ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável e não tenha fins lucrativos;”, assim sendo solicitamos que seja procedido o Processo de Licitação de Dispensa de Licitação, conforme preceitua o artigo supracitado.

JUSTIFICATIVA – O Município de Irineópolis, com este projeto tem o objetivo de preparar as Micro e Pequenas Empresas para que possam participar das vendas para organismos governamentais, sabendo usufruir dos benefícios que lhe são concedidos da melhor forma possível, garantindo sucesso no seu negócio e operando sem riscos; Demonstrar que as compras públicas podem impulsionar a economia local/regional; Cumprimento da Lei nº 123/06.

Informamos que o valor a ser pago a empresa contratada no total de 02 parcelas, de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais) mensais, perfazendo um total de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais). O pagamento das parcelas será efetuado até o dia 30 de cada mês, sendo o primeiro pagamento no mês de maio.

Irineópolis (SC), 18 de abril de 2018.


LADEMIR FERNANDO ARCARI

Secretario Municipal

Proposta de Trabalho

Sebrae/SC – Regional Meio Oeste e Município de Irineópolis - 2018

Prefeitura Mun. de Irineópolis Estado de Santa Catarina
Fl. nº <u>03</u>
Comissão Permanente de Licitação

1) Compras Governamentais – Como Vender para a Administração Pública e Reduzir Riscos

Descrição sintetizada

Preparar as Micro e Pequenas Empresas brasileiras para que tenham condições de participar da venda para organismos governamentais, usufruindo das vantagens e dos benefícios para que tenham sucesso em seus negócios.

Assuntos serão tratados?

- Encontro 1 – Licitação: uma nova oportunidade para o seu negócio.
- Encontro 2 – A MPE na Licitação Pública – Conhecer as leis para controlar os riscos.
- Encontro 3 – Aprender a Licitar sem risco – Parte I.
- Encontro 4 – Aprender a Licitar sem risco – Parte II.
- Encontro 5 – Encontrando novas oportunidades para o seu negócio.

Objetivo do treinamento

Orientar como fornecer para a Administração Pública apresentando de forma direta e pragmática as alternativas para a MPE operar sem risco. Esse é um curso inovador, que mudará de maneira definitiva a forma como as MPE participam das licitações, pois trará os riscos para níveis adequados e seguros.

Quais os benefícios

- compreender como a Lei Complementar 123/06 (Lei Geral das micro e pequenas empresas) garante o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às MPE em licitação pública.
- compreender a importância das inovações nos processos de licitação pública como instrumento para o desenvolvimento local.
- promover nos participantes, autoconfiança suficiente para que possam participar de um processo de licitação.
- operar os procedimentos imprescindíveis para participar sem risco de uma licitação pública. Fornecedores, empresários do micro e pequenos negócios, empreendedores, representantes comerciais, contadores, representantes de entidades de classe, cooperados, associados e pessoas que possuem interesse em fornecer produtos e serviços para a administração pública Federal, estadual, distrital ou Municipal.

Qual o tempo do treinamento

15 horas.

2) Compras Governamentais – Com a Aplicação dos Benefícios para as Micro e Pequenas Empresas



Descrição sintetizada

Preparar os órgãos compradores da administração pública para que estejam aptos a trabalhar com os avanços da legislação, para que seus procedimentos possam refletir o que está disciplinado pela Lei e pela jurisprudência.

Assuntos tratados

- Encontro 1 – A preparação para a Licitação.
- Encontro 2 – Órgãos Fiscalizadores, bases legais e instrumentos na Licitação pública.
- Encontro 3 – Dos instrumentos indispensáveis na elaboração de Editais que promovam os benefícios da Lei nº 123/06.
- Encontro 4 – Conhecer para aplicar os benefícios exclusivos da MPE (Artigo 47 e 48)
- Encontro 5 – Como aplicar o empate ficto e tratar da regularidade fiscal em todas as modalidades.

Objetivo do treinamento

- Compreender que as compras públicas podem se tornar um mecanismo capaz de impulsionar a economia local/regional.
- Comprometer os responsáveis diretos e indiretos pelo setor de compras sobre a importância do cumprimento da Lei nº 123/06.
- Incorporar na prática dos Compradores diretos e indiretos os procedimentos necessários para a aplicação plena da Lei Complementar nº 123/06.

Quais os benefícios

Compradores públicos brasileiros, responsáveis pela elaboração de editais de licitação, aptos para trabalhar com a legislação vigente. Esse é um curso inovador, que mudará de maneira definitiva a forma como a preparação das compras é realizada nos órgãos e, em contrapartida, garantirá a plena participação das MPE em todos os processos de licitação.

Quem pode fazer

Compradores públicos, Pregoeiros, equipes de apoio, comissão de Licitação, secretários e funcionários da Administração Pública Federal, estadual, distrital ou Municipal.

Qual o tempo do treinamento

15 horas.

Número de participantes: 30

3. Palestra para MEI's – Formalização MEI

Objetivo:

Orientar os MEI's e futuros empreendedores a cerca da formalização – Direitos e Deveres

Número de participantes: ilimitado

4. Oficinas – Capacitação MEI's

Objetivo:

Capacitar os MEI's, por meio de encontros (Oficinas) com a carga horária de 04h de duração.

Títulos das Oficinas SEI (poderá ser optado por duas oficinas):

Sei Vender

1. Descrição sintetizada

Saber vender é fundamental para a permanência de um empreendimento no mercado. Para tanto, aumentar e/ou qualificar as vendas é, para o Microempreendedor Individual – MEI, uma necessidade premente. Assim, ele precisa conhecer o ambiente de negócios no qual está inserido, o que torna indispensável conhecer clientes, concorrentes e seus fornecedores.

A identificação de necessidades e desejos dos clientes é o primeiro passo para criar e inovar na oferta de produtos e serviços.

Atender às expectativas do cliente é o básico que o Microempreendedor Individual deve fazer. Portanto, ele precisa surpreender seus clientes desenvolvendo diferenciais para seus produtos ou serviços.

Nesse sentido, compreender o que é marketing e sua importância para o sucesso do empreendimento pode ser decisivo para que ocorram mudanças na gestão do negócio.

Para obter melhores e maiores resultados, o composto de marketing, ou seja, produto/serviço, preço, ponto e promoção devem ser trabalhados de forma integrada e com foco no cliente.

2. Que assuntos serão tratados?

- Componentes de venda; e
- Plano de Ação.

3. O que a oficina pretende?

- Conhecer como ampliar suas vendas utilizando os componentes de marketing: produto, ponto, preço, promoção e cliente.

- Predispor-se a realizar ações de marketing que contribuam para o aumento das vendas do seu negócio.
- Aplicar os componentes de marketing para melhorar o desempenho das vendas no seu negócio.

4. Qual o tempo da oficina?

4 horas.

Sei Planejar

1. Descrição sintetizada

A oficina SEI Planejar foi desenvolvida para o Microempreendedor Individual - MEI e tem o propósito de ajudá-lo a compreender a importância do planejamento para que sua atividade empreendedora gere resultados satisfatórios às suas expectativas e metas.

2. Que assuntos serão tratados?

- O que é planejar (planejar é ato ou efeito de prever, antecipar, ou vislumbrar algo que ainda não aconteceu; preparar; projetar e em outras palavras planejar é a atitude que precede a ação);
- Para que planejar (no ambiente empresarial não se deve agir na base de fórmulas de tentativa e erro);
- Quando planejar (deve-se planejar ciclicamente e sempre que surgirem novas situações a serem decididas, analisadas);
- Planejamento orientado para resultados (o Microempreendedor Individual - MEI deve ter seus objetivos/metast, claros e específicos traçados, e para alcançá-los deve-se fazer o planejamento orientado para resultados);
- Ferramentas do Planejamento (PDCA); Visão sistêmica (não é possível pensar na empresa em um só setor, de acordo com sua especialização);
- Planejamento como processo dinâmico e contínuo.

3. O que a oficina pretende?

Esta oficina foi criada para que os participantes desenvolvam competências para:

- Compreender a importância dos elementos que envolvem o processo de planejamento da atividade empreendedora para assegurar os melhores resultados que atendam suas expectativas e metas;
- Conscientizar o Microempreendedor Individual (MEI) de que o planejamento de ações de forma ordenada e articulada contribui para o aumento das vendas de seus produtos e serviços, com qualidade e preços atrativos;
- Dominar o processo de organização do seu negócio;
- Aplicar as ferramentas de planejamento para melhorar o desempenho de seu empreendimento, com aumento de sua competitividade e de modo sustentável.

4. Qual o tempo da oficina?

4 horas

Prefeitura Mun. de Irineópolis Estado de Santa Catarina
Fl. nº <u>07</u>
Comissão Permanente de Licitação

Sei Empreender

1. Descrição sintetizada

Desenvolver uma atitude empreendedora é um importante diferencial para se atingir o sucesso nos negócios.

As atitudes do Empreendedor contribuem para que ele busque as soluções de seus problemas e o fazem sentir-se capaz de vencer as dificuldades que ocorrem, rotineiramente, no mundo dos negócios.

Saber aonde quer chegar, identificar e aproveitar oportunidades, manter-se bem informado, vencer obstáculos, buscar autonomia, são apenas algumas das ações empregadas por Empreendedores que obtêm sucesso em seus empreendimentos.

É importante para isso que o Empreendedor se reconheça como um indivíduo capaz de definir e atingir os objetivos que satisfaçam às suas necessidades.

Conhecendo e desenvolvendo as características identificadas em Empreendedores de sucesso, é possível fortalecer seu negócio, ampliar seus resultados, aumentar a autoestima e gerar mudanças na sociedade.

A oficina SEI Empreender é direcionada ao Microempreendedor Individual - MEI e tem por objetivo contribuir para que ele se reconheça como um Empreendedor e se sinta capaz de fortalecer e promover mudanças em seu negócio, elevando sua confiança.

2. Que assuntos serão tratados?

- Características empreendedoras;
- O que é empreender?
- Empreendendo na prática; e
- Definindo metas e planos.

3. O que a oficina pretende?

- Compreender o que é empreender;
- Identificar características empreendedoras para o sucesso do seu negócio;
- Refletir sobre atitudes empreendedoras praticadas em seu dia a dia;
- Reconhecer a importância de assumir a responsabilidade pelas próprias decisões;
- Selecionar os fatores de sucesso de um empreendimento;
- Estabelecer metas claras para seu negócio e definir ações empreendedoras para atingi-las.

4. Qual o tempo da oficina?

4 horas.

Sei Comprar

1. Descrição sintetizada

Comprar não é tão fácil como parece. É preciso buscar produtos de qualidade com bons preços e prazos de pagamento favoráveis para a sua empresa e para os seus clientes, tudo isso sem perder o bom relacionamento com os fornecedores. Para quem quer comprar bem e aumentar a lucratividade.

2. Que assuntos serão tratados?

Elementos fundamentais da compra:

- Mercado;
- Cliente;
- Fornecedor;
- Concorrente;
- Preço;
- Planejamento;
- Prazo;
- Produto; e
- Negociação.

3. O que a oficina pretende?

Esta oficina foi criada para que os participantes desenvolvam competências para:

- Compreender a importância dos elementos que envolvem o processo de compras para assegurar os melhores resultados no seu negócio;
- Predispor-se a realizar compras planejadas, objetivando melhores resultados; Selecionar, criteriosamente, o que deverá ser comprado, considerando inclusive a procedência e mantendo bons relacionamentos com os fornecedores; e
- Negociar para obter bons preços e prazos com foco no processo ganha-ganha.

4. Qual o tempo da oficina?

4 horas.

Sei Formar preço

1. Descrição sintetizada:

Atualmente, para que se possa vender bem os produtos ou serviços, não basta ter qualidade; bom atendimento; pontualidade na entrega; etc.

É preciso saber os gastos exatos de cada item a ser vendido, saber quanto se quer ganhar com negociação de venda e por quanto será necessário vender o produto ou serviço a fim de se obter o lucro desejado.

2. Que assuntos serão tratados?

- O que são gastos;
- A importância da margem;
- Formação de Preço; e
- Ponto de equilíbrio operacional.

Prefeitura Mun. de Irineópolis Estado de Santa Catarina
Fl. nº <u>09</u>
Comissão Permanente de Licitação

3. O que a oficina pretende?

Pretende possibilitar ao MEI:

- Compreender a maneira adequada de formar preços para seu negócio.
- Reconhecer a importância da formação de preços para o sucesso de seu negócio.
- Empregar a formação de preço mais adequada para seu negócio.

4. Qual o tempo da oficina?

4 horas.

Número de participantes: até 30 em cada oficina

Responsabilidades Operacionais do Sebrae:

- ✓ Contratação do consultor credenciado
- ✓ Disponibilizar o material didático
- ✓ Fornecer coffee break

Responsabilidades Operacionais da Prefeitura:

- ✓ Arregimentar e inscrever os participantes no curso
- ✓ Disponibilizar espaço físico (sala com cadeiras com braço ou carteiras), capacidade para 60 pessoas
- ✓ Disponibilizar equipamentos áudio visuais

Investimento total:

R\$10.200,00 (Dez mil, duzentos reais)

Forma de Pagamento: 02 parcelas iguais (30, 60 dias)

Sueli Bernardi

Coordenadora Regional Sebrae Meio Oeste

E-mail: sueli@sc.sebrae.com.br

Fone: (49) 3527 6200

Celular: (49) 999801999

Prefeitura Mun. de Irineópolis Estado de Santa Catarina
Fl. nº <u>10</u>
Comissão Permanente de Licitação

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 82.515.859/0001-06 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 08/08/1972
NOME EMPRESARIAL SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SEBRAE SC			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO AV RIO BRANCO	NÚMERO 611	COMPLEMENTO ED EMPREENDEDOR	
CEP 88.015-200	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO FLORIANOPOLIS	UF SC
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/07/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **02/08/2017** às **07:44:09** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página
para impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Secretaria Municipal da Fazenda

Prefeitura Mun. de Itineópolis Estado de Santa Catarina
Fl. nº <u>11</u>
Comissão Permanente de Licitação

Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Municipais e Dívida Ativa

CMC	CNPJ	Nome
	82.515.859/0001-06	SERVICO DE APOIO AS MED E PEQ EMP SC - SEBRAE

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da(s) pessoa(s) acima identificada(s) que vieram a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda (SMF) e a inscrições em Dívida Ativa do Município. Esta certidão refere-se exclusivamente à situação da pessoa jurídica no âmbito da Secretaria Municipal da Fazenda de Florianópolis.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/fazenda>>, Serviços - Serviços on-line - link Verificação de Documentos Eletrônicos, passando o número do documento 1615803 e o código 77DDA43B

Certidão Número 1273618

Emitida 21/02/2018 10:13:28

Válida até 22/05/2018 conforme o Art. 194 Lei Complementar 4823 de 02 de janeiro de 1996.

Florianópolis (SC) 21 de fevereiro de 2018
Secretaria Municipal da Fazenda

Assinatura Digital: 77DDA43B6DBDAA7E5F0E592E575198672D44B02F
Data: 21/02/2018 10:13:28 - Protocolo: 15897752 - Documento: 1615803
Documento autenticado digitalmente



ATENÇÃO: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento

Rua Tenente Silveira 60, Centro - Florianópolis - SC 0**48 3251 6400 - CEP 88010-300.
<http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/fazenda>, link Serviços - Serviços on-line - Verificação de Documentos Eletrônicos.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC
CNPJ: 82.515.859/0001-06

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer débitos de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apurados, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:19:34 do dia 05/03/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/09/2018.

Código de controle da certidão: **D301.BEA5.7FAA.E9FD**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina
Fl. nº 12
Comissão Permanente de Licitação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

Prefeitura Mun. de Irineópolis Estado de Santa Catarina
Fl. nº <u>13</u>
Comissão Permanente de Licitação

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 82.515.859/0001-06

Certidão nº: 140172960/2017

Expedição: 16/11/2017, às 08:47:36

Validade: 14/05/2018 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 82.515.859/0001-06, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 82515859/0001-06
Razão Social: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC
Nome Fantasia: SEBRAE SC
Endereço: AV RIO BRANCO 611 / CENTRO / FLORIANOPOLIS / SC / 88015-203

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 03/04/2018 a 02/05/2018

Certificação Número: 2018040306383181388363

Informação obtida em 17/04/2018, às 14:33:55.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br





**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

Prefeitura Mun. de Irineópolis Estado de Santa Catarina
Fl. nº <u>15</u>
Comissão Permanente de Licitação

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **SEBRAE**
CNPJ/CPF: **82.515.859/0001-06**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão:	180140023251501
Data de emissão:	14/03/2018 08:18:14
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei nº 15.510/11.):	13/05/2018

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço:
<http://www.sef.sc.gov.br>



17/04/2018 7354336

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Comarca de Porto Uniao

Prefeitura Mun. de Irineópolis Estado de Santa Catarina
Fl. nº 16
Comissão Permanente de Licitação

CERTIDÃO
FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CERTIDÃO Nº: 5256613

FOLHA: 1/1

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Porto Uniao, com distribuição anterior à data de 17/04/2018, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESA DE SANTA CATARINA, portador do CNPJ: 82.515.859/0001-06. *****

OBSERVAÇÕES:

- a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão;
- d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;
- e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Porto Uniao, terça-feira, 17 de abril de 2018.

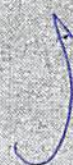
PEDIDO Nº: 7354336

↗

Prefeitura Mun. de Itineópolis
Estado de Santa Catarina
Fl. nº 17
Comissão Permanente de Licitação

Serviço de Apoio às
Micro e Pequenas
Empresas de Santa
Catarina SEBRAE/SC

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017**





Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em reais)

1 Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina - SEBRAE/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.515.859/0001-06, é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituído sob a forma de Serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A Sede da Entidade está localizada à rodovia SC 401, Km 1, lote 2, bairro João Paulo, cidade de Florianópolis.

O âmbito de atuação do SEBRAE/SC constitui-se no apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado de Santa Catarina, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE/SC recebe recursos oriundos do SEBRAE/Nacional que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

A Entidade tem como associados:

1. Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina - BADESC
2. Banco do Brasil S.A.
3. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE
4. Caixa Econômica Federal - CAIXA
5. Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras - CERTI
6. Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina - FACISC
7. Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina - FAESC
8. Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina - FAMPESC
9. Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina - FCDL

10. Federação do Comércio do Estado de Santa Catarina - FECOMÉRCIO
11. Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC
12. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS
13. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE
14. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/DR-SC
15. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

O SEBRAE/SC é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída. Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de rendas fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12 § 2º e art. 15 § 2º).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autofizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa da nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o Sebrae sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª. Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª. instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da Cofins de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Mesmo que a decisão judicial despachada conforme acima venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

2 Base de apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade e base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias - Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) aprovado pela Resolução nº 1.174/2009, do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados ao valor justo (custo atribuído) na data da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (Nota Explicativa nº9), instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº4) e o ativo atuarial da parcela de benefício definido do Plano de Benefícios Pós-Emprego patrocinado pela Entidade (Nota Explicativa nº22).

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

A Superintendência da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 22 de janeiro de 2018.

b. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justo dos ativos financeiros (Nota Explicativa nº22), a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 6) e revisão da vida útil sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 9), provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota Explicativa nº 12) e os ativos, passivos e premissas de aposentadoria e demais benefícios de risco relativos a planos de benefícios pós-emprego (Nota Explicativa nº 21).

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua, pelo menos anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias estão descritos a seguir:

(i) Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas,

que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº21).

(ii) **Valor justo de instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº22).

(iii) **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais. (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 12).

(iv) **Depreciação de ativos tangíveis**

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 1,47% a 33%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (Nota Explicativa nº 9).

c. **Mudança de apresentação das demonstrações contábeis**

Em novembro de 2017, o SEBRAE/NA promoveu um encontro com todas os SEBRAE/UF para definir a padronização das demonstrações financeiras e notas explicativas, com o objetivo de simplificar a comparação entre as unidades e a consolidação das informações do Sistema. O SEBRAE/SC se adequou as mudanças propostas, realizando alterações nas nomenclaturas, número de notas explicativas e valores apresentadas anteriormente referente ao exercício 2016. Ressalta-se que tais mudanças se limitam na forma de apresentação das demonstrações financeiras e não alteraram os resultados apresentados anteriormente.

3 Principais práticas contábeis

A entidade aplica as políticas contábeis de forma consistente com todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras intermediárias, a menos quando divulgado de forma diversa.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	dez/17	dez/16
Caixa e bancos (i)	854.692	880.846
Aplicações Financeiras (ii)	10.750.853	10.357.613
	<u>11.605.545</u>	<u>11.238.460</u>

- (i) São disponibilidades imediatas em caixa e em contas-correntes bancárias, cuja posição, no período findo em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017, se encontra a seguir descrita:

	dez/17	dez/16
Caixa	2.716	14.297
Banco do Brasil	818.732	801.698
Caixa Econômica Federal	28.459	59.612
SICOOB	<u>4.784</u>	<u>5.239</u>
	<u>854.692</u>	<u>880.846</u>

- (ii) Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado abaixo

	Modalidade do fundo	dez/17	dez/16
Banco do Brasil	Renda Fixa	7.008.905	2.655.965
Caixa Econômica Federal	Renda Fixa	8.437.840	9.951.133
Movimentação CSN		<u>(4.695.892)</u>	<u>(2.249.485)</u>
		<u>10.750.853</u>	<u>10.357.613</u>

As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês.

5 Numerários vinculados a convênios e programas

	dez/17	dez/16
Contas correntes vinculadas	46	33.702
Aplicações financeiras vinculadas	1.756.960	91.271
CSN Movimentação	4.695.892	2.249.485
	<u>6.452.898</u>	<u>2.374.459</u>

Segue abertura por bancos:

	dez/17	dez/16
Banco do Brasil	1.757.006	124.974
Caixa Econômica Federal	0	0
Movimentação CSN	4.695.892	2.249.485
	<u>6.452.898</u>	<u>2.374.459</u>

Correspondem a Recursos Financeiros vinculados aos Programas, projetos e convênios sob execução do SEBRAE/SC, e que são apresentados separadamente da rubrica "Caixa e Equivalentes de Caixas", pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade, conforme pronunciamento técnico CPC 03(R1).

Os saldos das contas vinculadas compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a contrapartida do próprio SEBRAE/SC. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios. As obrigações com parceiros em face dos depósitos recebidos são registradas na rubrica "Obrigações com Convênios e Contratos", e detalhada na Nota Explicativa nº 11.

6 Contas a receber

A rubrica de serviços a executar registra as obrigações para com terceiros, decorrentes dos compromissos assumidos na execução de convênios. A variação do saldo da rubrica é justificado por planos de ações operacionais, e historicamente os saldos se realizam no decorrer do período corrente.

**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
de Santa Catarina SEBRAE/SC**
Demonstrações financeiras intermediárias
em 31 de dezembro de 2017

Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina
Fl. nº 24
Comissão Permanente de Licitação

	dez/17	dez/16
Clientes	7.398.310	3.387.246
Cheques a apresentar	36.666	50.911
Cheques devolvidos	37.283	33.036
Cartão de crédito	353.535	445.080
(-) Serviços a executar	(5.389.242)	(1.641.121)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(680.488)	(676.681)
Total circulante	1.756.064	1.598.470
Clientes	232.477	79.384
(-) Serviços a executar	-	-
Total não circulante	232.477	79.384

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Ano vencimento	Valor	Serviços a executar	Base de cálculo	Percentual	Provisão
até dezembro 2015	0,00	-	-	100%	0
até dezembro 2016	323.985,45	-	323.985	80%	(259.188)
até dezembro 2017	860.801,62	-	860.802	40%	(344.321)
2018	6.446.000,41	(5.389.242)	1.056.758	5%	(52.838)
	7.630.787	(5.389.242)	2.241.545		(656.347)
Cheques					
A apresentar	36.666	-	36.666	15%	(5.500)
Devolvidos	37.283	-	37.283	50%	(18.642)
	73.949	-	73.949		(24.142)
Cartão de crédito					
Cartão de Crédito	353.535	-	353.535		-
	353.535	-	353.535		-
Total	8.058.272	(5.389.242)	2.669.030		(680.489)

7 Transações com partes relacionadas

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE
- Pessoal chave da Administração
- Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV)

As transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

Transações com o Sistema SEBRAE

a. Créditos com o Sistema SEBRAE

Ativo	dez/17	dez/16
Contribuição social adicional a receber CSN (ii)	551.959	906.397
Contribuição social ordinária a receber CSO (i)	12.342.503	4.190.282
CSN viagens a receber	-	-
Total	12.894.462	5.096.679

- (i) Nesta rubrica são registrados créditos a receber do SEBRAE/NA, relativo aos recursos de "Contribuições Sociais Ordinárias - CSO". Conforme diretrizes orçamentárias definidas para a elaboração do Plano Plurianual do período de 2017 a 2020 e do orçamento de 2017 do sistema SEBRAE são estabelecidas as receitas sociais ordinárias para cada unidade do SEBRAE. Não há aplicação de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.
- (ii) Nesta rubrica são registrados créditos a receber do SEBRAE/NA, relativo aos recursos de "Contribuições Sociais Nacional - CSN", os repasses são vinculados a projeto/ação para a aplicação dos recursos.

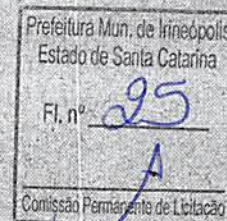
b. Obrigações com o Sistema SEBRAE

Passivo	dez/17	dez/16
Financiamento SEBRAE/NA	13.143.384	17.808.393
CSO antecipada	-	-
Contribuição social nacional	4.695.892	2.249.485
Total circulante	10.887.574	7.820.943
Total não circulante	6.951.702	12.236.935

(i) Financiamento SEBRAE/NA

Em novembro de 2009, foi assinado contrato de financiamento nº 207/2009 com o Sebrae Nacional, contrato este substituído pelo contrato 104/2011, no montante de R\$11.350.000 (onze milhões e trezentos e cinquenta mil reais), o qual possui o seguinte cronograma de reembolso:

- 1ª parcela: R\$3.500.000 (três milhões e quinhentos mil reais) já liberada em janeiro de 2010.
- 2ª parcela: R\$1.107.893 (um milhão cento e sete mil oitocentos e noventa e três reais) liberada em novembro de 2011.



- 3ª parcela: R\$2.864.105 (dois milhões oitocentos e sessenta e quatro mil cento e cinco reais) liberada em novembro de 2011.
- 4ª parcela: R\$3.878.002 (três milhões oitocentos e setenta e oito mil e dois reais) liberada em setembro de 2012.

O referido empréstimo possui, ainda, as seguintes características: a) carência de seis meses após a data estipulada para liberação da última parcela; b) prazo de 96 meses, com prestações mensais sucessivas e c) indexado pela taxa de juros a longo prazo (TJLP).

Até o mês de dezembro de 2017 o Sebrae/SC pagou cinquenta e nove parcelas do contrato, no valor total de R\$9.190.740,10.

No dia 14 de maio de 2012 foi firmado o contrato nº 116/2012 com o Sebrae Nacional, sendo repassado através deste contrato R\$ 3.800.000 a título de empréstimo para revitalização dos espaços e da estrutura organizacional do nova sede do Sebrae/SC. Este empréstimo será quitado em 48 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

Em relação a esse contrato, o Sebrae/SC pagou quarenta e oito parcelas até o mês de junho de 2016, quitando o saldo devedor do contrato.

No dia 29 de junho de 2015 foi firmado o contrato nº 320/2015 com o Sebrae Nacional, sendo repassado através deste contrato R\$ 7.465.467 em 3 parcelas iguais a título de empréstimo para realização do Programa de Readequação Organizacional do Sebrae/SC. Este empréstimo será quitado em 30 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, sendo a primeira parcela para o mês de fevereiro de 2016.

No mês de março de 2016, o Sebrae/SC solicitou ao Sebrae Nacional a não retenção de parcelas do empréstimo até o final de 2016, visto a necessidade de aplicar tais valores em projetos em razão da redução orçamentária de 2015 para 2016. O Sebrae Nacional autorizou o procedimento, sendo as parcelas restantes serão acrescidas ao final do contrato. Até o mês de dezembro de 2017 foram pagas 12 (doze) parcelas no valor total de R\$ 3.362.577,69.

No dia 18 de dezembro de 2015 foi firmado o contrato nº 617/2015 com o Sebrae Nacional, sendo repassado através deste contrato R\$ 2.200.000 em 2 parcelas iguais a título de empréstimo para execução da Reforma do Edifício do Empreendedor do Sebrae/SC. Este empréstimo será quitado em 72 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. Até o mês de dezembro de 2017 o Sebrae/SC pagou 13 (treze) parcelas no total de R\$ 430.797,82.

- (ii) Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativo aos recursos de "Contribuições Sociais Nacionais - CSN", recebidos e ainda não aplicados nos projetos específicos a que se destinam. Por ocasião do encerramento do exercício, conforme prevê a IN 37-15, o valor da CSN não utilizado será devolvido ao SEBRAE/NA. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Ao final do exercício de 2017 os acertos contábeis no SEBRAE/SC e no SEBRAE/NA deverão manter o equilíbrio entre os registros de direito e obrigação entre as partes. As informações do relatório de transferência de CSN do SME serão utilizadas como única fonte de informação para o acerto final do exercício.

c. Transações de resultado

	dez/17	dez/16
Contribuição social ordinária	80.663.651	75.748.624
Contribuição social ordinária - saldo	-	282.058
Contribuição social adicional	43.243.350	33.627.669
CSO ressarcimento de despesas	-	-
	<u>123.907.001</u>	<u>109.658.351</u>

d. Operações com pessoal-chave da Administração

Empréstimos para diretores

A Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art. 9º, inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional e Art. 6º. Do Estatuto Social dos SEBRAE/UF é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativos e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional - CDN e Estadual - CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva.

A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração do pessoal chave da Administração:

	dez/17	dez/16
Honorários	1.743.053	1.849.748
Encargos sociais	554.911	559.957
Custo de aposentadoria de contribuição definida	59.876	84.520
Outros gastos	102.997	94.080
	<u>2.460.837</u>	<u>2.588.305</u>

Os valores envolvendo a entidade de previdência complementar - SEBRAEPREV - estão descritos na Nota Explicativa nº 22.

8 Convênios a executar

O saldo da conta transações convênios a executar é composto pelos valores adiantados aos participantes executores através de convênios, cujo executor ainda não efetuou prestação de contas ao Sebrae/SC.

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017 é apresentada no quadro a seguir:

Entidade	Convênio	dez/17	dez/16
FAEPESUL	020/06	92.006	92.006
FURB	002/17	54.594	-
Univile	003/17	46.009	-
Univale	004/17	48.010	-
Colégio Panambi	016/07	252.256	252.256
FETEP	011/16	32.262	87.117
Inailec	007/16	68.101	99.675
UNIDAVI	010/16	56.260	53.525
FUNDESTE	009/16	116.120	100.000
FURJ	008/16	83.086	16.845
ACATE	004/16	94.821	30.000
Junior Achievement	001/16	-	18.610
GaranteOeste	004/15	101.344	149.491
Fundação Univale	012/16	27.602	100.000
Certi/Celta	003/16	100.619	30.000
Softville	005/16	100.273	30.000
Gene Blumenau	006/16	100.254	30.000
SC Garantias	023/17	112.500	-
Junior Achievement	024/17	-	-
		<u>1.486.118</u>	<u>1.089.524</u>

9 Imobilizado

A seguir a composição do ativo imobilizado para 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017:

	Taxa anual de depreciação	dez/17	dez/16
Terrenos	-	2.493.000	2.493.000
Edificações	1,47% a 2,00%	20.552.847	20.552.847
Veículos	33%	1.806.423	1.919.556
Equipamentos de informática	20%	3.636.350	4.196.013
Móveis e utensílios	10%	4.237.398	4.936.697
Instalações	10%	3.618.515	4.092.305
Máquinas e equipamentos	10%	1.089.071	1.328.154
Obras de arte	-	27.587	27.587
		37.461.191	39.546.160
Depreciação acumulada		(9.276.320)	(9.973.333)
		<u>28.184.872</u>	<u>29.572.827</u>

Abaixo segue a movimentação ocorrida em 2017:

	dez/17		dez/16	
	Aquisições	Baixas	Aquisições	Baixas
Máquinas e Equipamentos	34.496	273.580	28.730	-
Móveis e Utensílios	122.723	822.022	351.238	-
Veículos e Acessórios	-	113.132	-	-
Equipamento de Informática	190.370	750.033	2.200	-
Instalações	-	473.790	2.778.480	-
Imobilizado em andamento	-	-	-	-
	<u>347.589</u>	<u>2.432.557</u>	<u>3.160.649</u>	<u>-</u>

O imobilizado é registrado ao custo, deduzido da depreciação acumulada e está totalmente empregado nas atividades da Entidade no Brasil.

10 Obrigações com convênios e contratos

Refere-se a saldos de recursos resultantes de convênios, ainda não utilizados, conforme demonstrativo abaixo:

Convênio	Vigência	Doc.	dez/17	dez/16
Prefeitura Municipal de Palhoça	31/12/2017	012/15	1.542	19.307
Prefeitura Municipal de Porto Belo	29/12/2016	016/16	-	6.899
Convênio Renner	10/07/2018	002/17	102.502	-
Convênio Ufo Way	25/09/2018	017/16	15.107	13.503
Convênio SDR Start-Up	03/02/2019	026/17	100.009	-
Convênio SDR Balcia Franca	10/03/2018	026/17	234.329	-
Convênio SDR Prog. Catarinense	31/03/2020	030/17	500.000	-
			<u>953.489</u>	<u>39.709</u>

Os valores a comprovar referem-se a verbas recebidas de parceiros nos respectivos convênios que serão utilizados na execução de projetos. Após a execução e comprovação dos gastos efetuados, esses montantes serão apropriados ao resultado como receitas de convênios e subvenções.

11 Obrigações sobre a folha de pagamento

	dez/17	dez/16
Remunerações a pagar	1.381.543	-
INSS a recolher	422.633	455.195
FGTS a recolher	173.234	184.529
Contribuição Sindical	-	-
Provisão de 13º salário	-	-
Provisão de encargos sobre 13º salário	-	-
Provisão de férias (i)	2.569.574	2.729.683
Provisão de encargos sobre férias (i)	835.112	887.147
	<u>5.382.096</u>	<u>4.256.555</u>

- (i) Corresponde às provisões de férias e os respectivos encargos sociais pertinentes e forma constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro de pessoal até a data do balanço.

12 Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2017, no entendimento de seus assessores jurídicos, as causas e os montantes considerados como possíveis de perda, são como segue:

	Número de ações	Valores atuais (R\$)
Causas cíveis	3	52.000
Causas tributárias	1	4.051.360
	<u>4</u>	<u>4.103.360</u>

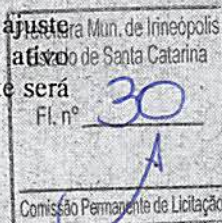
Das causas tributárias classificadas como possível de perda, a principal no montante de R\$4.051.360 refere-se ao processo nº 5000309-87.2011.404.7214, que trata da exigibilidade das contribuições patronais (inclusive as rubricas de terceiros) cujas bases de cálculo sejam incidentes sobre as verbas pagas a título de: a) adicionais de periculosidade e de insalubridade; b) adicional noturno; c) adicional de hora-extra; d) férias; e) 13º salário; f) salário maternidade; e g) horas extras. Caso o Sebrae SC venha a perder a referida ação, é entendimento da Administração que o Sebrae Nacional será o responsável pelo pagamento da ação, haja vista que, é entendimento por parte do sistema Sebrae que essa tributação não é devida, assim os valores não são contemplados no orçamento anual.

13 Patrimônio líquido

	dez/17	dez/16
Superávit acumulado	19.314.657	16.437.148
Superávit / déficit do exercício	10.444.369	2.800.118
Ajuste de avaliação patrimonial	4.786.096	4.863.487
	<u>34.545.122</u>	<u>24.100.753</u>

a. Composição do patrimônio líquido

O patrimônio líquido é representado pelos superávits acumulados bem como pelo saldo de ajuste de avaliação patrimonial representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, sendo que este será realizado de acordo com a depreciação dos bens de origem.



b. Patrimônio social

Refere-se aos resultados acumulados apurados em exercícios anteriores.

c. Superávit do período

Representa o resultado auferido no exercício social corrente. Após deliberação pela Administração, esses valores são absorvidos pelo patrimônio social da Entidade.

14 Receitas com contribuição social

	Out a Dez/17	Jan a Dez/17	Out a Dez/16	Jan a Dez/16
Contribuição social ordinária	25.367.644	80.663.651	22.251.740	75.748.624
Contribuição social ordinária - saldo	-	-	-	282.058
Contribuição social adicional	16.521.258	43.243.350	14.481.160	33.627.669
CSO Ressarcimento Despesas	-	-	-	-
	<u>41.888.902</u>	<u>123.907.001</u>	<u>36.732.900</u>	<u>109.658.351</u>

a. Contribuição Social Ordinária (CSO)

Nesta conta são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE Nacional, com base na arrecadação do ano anterior acrescida da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

b. Contribuição Social Nacional (CSN)

Recursos transferidos pelo SEBRAE/NA para o SEBRAE/SC para execução de: chamadas públicas de projetos, projetos especiais, projetos estruturantes e ressarcimentos de despesas com destinação específica do orçamento do SEBRAE/SC (IN.37.15).

15 Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da utilização dos recursos recebidos de convênios firmados com o SEBRAE/NA e outras entidades, referente à execução de projetos pelo SEBRAE/SC.

	Out a Dez/17	Jan a Dez/17	Out a Dez/16	Jan a Dez/16
Receitas de convênios com parceiros	229.549	349.004	72.203	70.949
Convênios com o Sebrae Nacional	-	-	52.819	(70.949)
	<u>229.549</u>	<u>349.004</u>	<u>125.022</u>	<u>-</u>

16 Receitas de empresas beneficiadas

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

	Out a Dez/17	Jan a Dez/17	Out a Dez/16	Jan a Dez/16
Treinamento	159.067	714.059	(2.902)	2.273.331
Consultoria	<u>1.319.499</u>	<u>16.268.103</u>	<u>1.193.393</u>	<u>11.113.544</u>
	<u>1.478.567</u>	<u>16.982.163</u>	<u>1.190.491</u>	<u>13.386.875</u>

17 Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

	Out a Dez/17	Jan a Dez/17	Out a Dez/16	Jan a Dez/16
Salários e proventos	5.655.236	17.966.374	4.474.406	16.575.109
13º salário	264.151	1.412.577	362.140	1.522.506
Férias	398.092	1.675.520	453.083	2.119.848
Indenizações Trabalhistas	72.583	771.431	31.844	64.446
Encargos trabalhistas	1.660.804	6.638.435	1.640.312	6.439.147
Benefícios	<u>1.573.892</u>	<u>5.738.711</u>	<u>1.638.605</u>	<u>5.762.337</u>
	<u>9.624.757</u>	<u>34.203.047</u>	<u>8.600.390</u>	<u>32.483.393</u>

Nesta rubrica são registradas as despesas com salários, rescisões, horas extras, adicionais e outros proventos, bem como encargos e benefícios relacionados à folha de pagamento.

18 Despesas com serviços profissionais e contratados

Nesta rubrica são registradas as despesas de serviços de terceiros (Pessoa Jurídica e Física) que compreendem a contratação de consultoria, instrutores e serviços técnicos especializados diversos para atender os projetos coletivos e individuais, apresentando variações normais de acordo com a demanda dos projetos. São considerados na rubrica os serviços de manutenção, segurança e limpeza e os encargos sociais sobre serviços prestados.

	Out a Dez/17	Jan a Dez/17	Out a Dez/16	Jan a Dez/16
Instrutoria e consultoria	24.068.857	62.360.103	22.897.656	58.988.748
Serviços técnicos especializados	2.712.938	7.713.446	2.121.840	6.954.708
Manutenção, segurança e limpeza	872.631	2.768.599	566.062	2.644.381
Demais serviços contratados	2.869.351	7.724.704	1.989.898	5.502.898
Encargos sociais sobre serviços de terceiros	17.631	66.608	16.262	62.140
	<u>30.541.408</u>	<u>80.633.460</u>	<u>27.591.718</u>	<u>74.152.875</u>

19 Custos e despesas de operacionalização

Nesse grupo são registrados todos os gastos com aluguéis de equipamentos, veículos, imóveis, publicidade, espaços para feiras, serviços gráficos, materiais de consumo, passagens e transportes, diárias e hospedagem, referente aos diversos projetos da Entidade.

	Out a Dez/17	Jan a Dez/17	Out a Dez/16	Jan a Dez/16
Despesas de viagens	793.828	2.168.594	556.925	1.126.003
Passagens, transportes e locomoção	601.201	1.619.724	601.522	1.645.070
Aluguéis e encargos	545.854	1.919.885	460.431	1.936.502
Divulgação, anúncios, publicidade e propaganda	1.377.205	3.490.106	1.091.948	2.788.862
Serviços gráficos e reprográficos	596.690	1.352.400	752.557	1.344.254
Serviços de comunicação	174.273	612.434	173.501	645.432
Material de consumo	292.786	994.127	301.156	788.450
Outros	264.634	1.086.920	274.002	1.357.468
	<u>4.646.471</u>	<u>13.244.190</u>	<u>4.212.042</u>	<u>11.632.041</u>

20 Resultado financeiro líquido

A seguir apresentamos o resultado financeiro líquido referente aos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017:

	Out a Dez/17	Jan a Dez/17	Out a Dez/16	Jan a Dez/16
Rendimentos Recursos Ordinários	451.048	2.098.413	724.564	3.067.646
Outras receitas financeiras	7.262	26.322	7.495	27.695
	458.310	2.124.735	732.059	3.095.341
Variações monetárias Passivas	(237.618)	(1.095.003)	(324.155)	(1.286.057)
Despesas Financeiras	(18.258)	(68.462)	(19.168)	(65.676)
IR S/ Aplicações	(140.988)	(444.246)	(217.010)	(619.396)
	(396.864)	(1.607.711)	(560.333)	(1.971.129)

21 Benefícios a empregados pós-emprego

a. Descrição geral das características do plano

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.i (ii), o plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais. O plano possui as seguintes características:

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano SEBRAEPREV são:

- Aposentadoria normal.
- Aposentadoria antecipada.
- Aposentadoria por invalidez.
- Pensão por morte.
- Institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

Os benefícios de risco assegurados pelo plano SEBRAEPREV aos seus participantes são:

- Projeção de contribuição em caso de invalidez.
- Projeção de contribuição em caso de morte.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;

- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.



Contribuições	dez/17	dez/16
Participantes	1.266.140	1.322.555
Básica	749.016	802.394
Serviço passado	96.180	111.180
Voluntária	420.944	408.981
Patrocinador	768.432	824.464
Básica	749.016	804.040
Benefício de risco	19.416	20.424

22 Instrumentos financeiros - Gestão de riscos

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

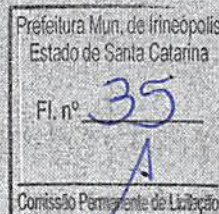
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez e
- Risco de mercado (taxa de juros).

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações em fundos de investimento).



- Contas a receber.
- Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais.
- Contas a pagar a fornecedores e outras.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal ou SICOOB. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. Os valores derivados de recebíveis de terceiros possuem provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº6). Outros recebíveis são decorrentes de transação com o próprio Sistema SEBRAE, cujo risco de crédito de praticamente nulo.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	dez/17		Dez/16	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	11.605.545	11.605.545	11.238.460	11.238.460
Numerários vinculados a projetos e convênios	6.452.898	6.452.898	2.374.459	2.374.459
Contas a receber	1.988.541	1.988.541	1.677.854	1.677.854
Outros créditos	953.318	953.318	1.052.702	1.052.702
Créditos com o Sistema SEBRAE	12.894.462	12.894.462	5.096.679	5.096.679
	<u>33.894.764</u>	<u>33.894.764</u>	<u>21.440.154</u>	<u>21.440.154</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas

*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
de Santa Catarina SEBRAE/SC
Demonstrações financeiras intermediárias
em 31 de dezembro de 2017*

obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.



Em 31 de dezembro de 2017, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da Entidade é apresentado a seguir (valores contábeis):

	dez/17		dez/16	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Contas a pagar a fornecedores	4.277.578	4.277.578	3.201.609	3.201.609
Obrigações com convênios e contratos	953.489	953.489	39.709	39.709
Obrigações sobre a folha de pagamento	5.382.096	5.382.096	4.256.555	4.256.555
Obrigações tributárias	622.048	622.048	512.855	512.855
Obrigações com o Sistema Sebrae	17.839.276	17.839.276	20.057.878	20.057.878
	<u>29.074.487</u>	<u>29.074.487</u>	<u>28.068.606</u>	<u>28.068.606</u>

Em 31 de dezembro 2017, não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal ou SICOOB. Conforme comentado na Nota Explicativa nº4, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o Sistema SEBRAE por meio do SEBRAE Nacional possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado.

Análise de sensibilidade

Conforme disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, o SEBRAE/SC desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações nas taxas TJLP. A Entidade estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2017, a taxa TJLP será de 7,00%. A Entidade fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Moeda	Taxa dez/17	Cenário provável	Cenário possível Δ 25%	Cenário remoto Δ 50%
TJLP	7,00%	7,00%	8,75%	10,50%

Ganho (Perda)					
	Indexador	Saldo dez/17	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Passivo					
Financiamento Sebrae/NA	TJLP	13.143.384	920.037	1.150.046	1.380.055

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas aos dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("nonperformance risk"), incluindo o próprio crédito da Entidade, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia do valor justo:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

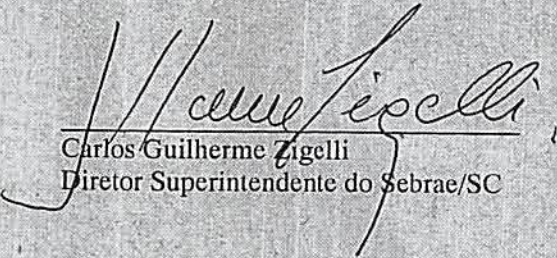
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
de Santa Catarina SEBRAE/SC
Demonstrações financeiras intermediárias
em 31 de dezembro de 2017

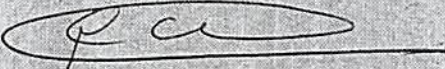
De acordo com o CPC 40, a Entidade mensura seus equivalentes de caixa, aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 1, pois são mensurados utilizando preços de mercado para os ativos idênticos na data da mensuração.

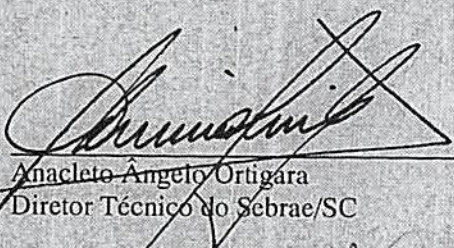
A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os ativos financeiros registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2016 e de 31 de dezembro de 2017:

Prefeitura Mun. de Itineópolis
Estado de Santa Catarina
Fl. nº 38
Comissão Permanente de Licitação

	Nota	Nível	dez/17	dez/16
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	11.605.545	11.238.460
Numerários vinculados a projetos e convênios	5	1	6.452.898	2.374.459


Carlos Guilherme Zigelli
Diretor Superintendente do Sebrae/SC


Sérgio Fernandes Cardoso
Diretor de Administração e Finanças do Sebrae/SC


Anacleto Angelo Ortigara
Diretor Técnico do Sebrae/SC


Jefferson Paulo Gomes Marchiorato
Contador do Sebrae/SC CRC-SC nº. 025196



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/SC

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em Reais)

Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016	Passivo	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.605.545	11.238.460	Remunerações e encargos	11	595.867	639.725
Creditos a receber	6	1.756.064	1.598.470	Obrigações Tributárias	10	622.048	512.855
Numerais vinculados a programas e projetos	5	6.452.898	2.374.459	Obrigações com convênios e contratos	10	953.489	39.709
Adiantamentos Concedidos	5	953.318	1.052.702	Obrigações trabalhistas	11	4.786.229	3.616.830
Convênios a executar	8	1.486.118	1.089.524	Contas a Pagar	7	4.277.578	3.201.609
Creditos com o Sistema SEBRAE	7	12.894.462	5.096.679	Obrigações com o Sistema SEBRAE	7	10.887.574	7.820.943
Total do ativo circulante		35.148.405	22.450.294	Total do passivo circulante		22.122.784	15.831.671
				Passivo não circulante			
				Obrigações com o Sistema SEBRAE	7	6.951.702	12.236.935
				Total do passivo não circulante		6.951.702	12.236.935
				Total do passivo e do patrimônio líquido		29.074.487	28.068.606
Ativo não circulante				Patrimônio líquido			
Creditos a receber	6	232.477	79.384	Superávit acumulados	13	19.314.657	16.437.148
Depósitos realizáveis		6.000	19.000	Superávit(déficit) do exercício		10.444.369	2.800.118
Investimento		47.855	47.855	Ajuste de avaliação patrimonial		4.786.096	4.863.487
Imobilizado	9	28.184.871	29.572.826	Total do patrimônio líquido		34.545.122	24.100.753
Total do ativo não circulante		28.471.204	29.719.066				
Total do ativo		63.619.609	52.169.360				

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis

CARLOS GUILHERME ZICHELLI

Diretor Superintendente

ANACLETO ANGELLO ORTIGARA

Diretor Técnico

Prefeitura Mun. de Itapetópolis
Estado de Santa Catarina

Fl. nº

39

Comissão Permanente de Licitação

SERGIO FERNANDES CARDOSO

Diretor de Administração e Finanças

JEFFERSON PAULO GOMES MARCHIORIO

Contador - CRC/SC - 025196/O-4



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

CERTIFICAÇÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

JEFFERSON PAULO GOMES MARCHIORIO

CONTADOR

ROD SC 401 - KM 01 - LOTE 02-JOÃO PAULO

1 SC-025196/O-4 CEF: 024.470.569-07

88030-000 FLORIANÓPOLIS-SC

SEBRAE-SERVIÇO APOIO MICRO, PEQ. EMPRESAS

<<< VALIDADE ATÉ 31/03/2019 >>>

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/SC
Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receitas			
Contribuição social líquida (CSO/CSN)	14	123.907.001	109.658.351
Receitas empresas beneficiadas	16	16.982.163	13.386.875
Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros	15	349.004	
Outras receitas operacionais		5.389	67.632
Total das Receitas		141.243.556	123.112.858
Despesas			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	17	(34.203.047)	(32.483.393)
Serviços profissionais e contratados	18	(80.633.460)	(74.152.875)
Custos e despesas de operacionalização	19	(13.244.190)	(11.632.041)
Encargos diversos		(424.420)	(448.270)
Despesas com transferências e com programas e convênios		(718.481)	(410.599)
Despesas com provisões		(357.070)	(484.349)
Depreciação e amortização		(1.648.975)	(1.825.424)
Outras despesas operacionais		(86.568)	
Total de Despesas		(131.316.212)	(121.436.952)
Superávit antes do Resultado Financeiro Líquido		9.927.344	1.675.907
Resultado Financeiro Líquido (receita financeira/variações)	20	517.025	1.124.212
Superávit (déficit) do exercício		10.444.369	2.800.118

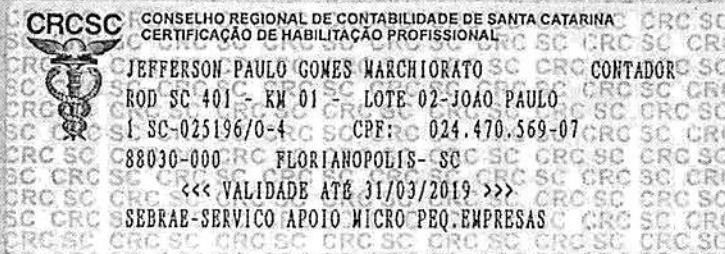
As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis.

CARLOS GUILHERME ZIGALLI
Diretor Superintendente

SÉRGIO FERNANDES CARDOSO
Diretor de Administração e Finanças

ANACLETO ANGELO ORTIGARA
Diretor Técnico

JEFFERSON PAULO GOMES MARCHIORATO
Contador - CRC/SC - 025196/O-4



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/SC


Demonstração de resultados abrangentes

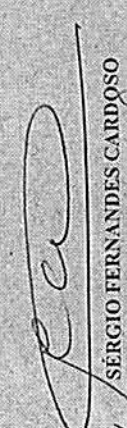
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

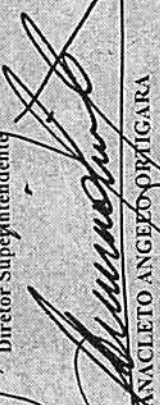
(Em Reais)

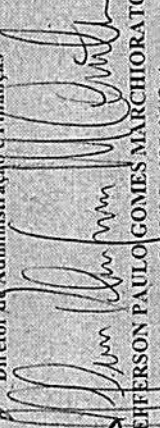
	31/12/2017	31/12/2016
Superávit (déficit) do período	10.444.369	2.800.118
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente total	10.444.369	2.800.118

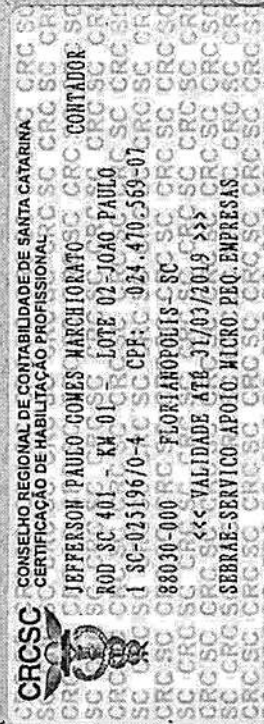
As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis


 CARLOS GUILHERME ZICELLI
 Diretor Superintendente


 SERGIO FERNANDES CARDOSO
 Diretor de Administração e Finanças


 ANACLETO ANGELO ORTIGARA
 Diretor Técnico


 JEFFERSON PAULO GOMES MARCHIORATO
 Contador - CRC/SC - 025196/O-4



Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina

Fl. nº 41

A

Comissão Permanente de Licitação

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/SC

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	Superávit (déficit) acumulado	Superávit (déficit) do período	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015	28.496.055	(12.116.019)	4.920.599	21.300.635
Incorporação do déficit do exercício anterior	(12.116.019)	12.116.019		
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	57.113		(57.113)	
Superávit (déficit) do período		2.800.118		2.800.118
Saldo em 31 de dezembro de 2016	16.437.148	2.800.118	4.863.487	24.100.753
Incorporação do superávit do exercício anterior	2.800.118	(2.800.118)		
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	77.390		(77.390)	
Superávit (Déficit) do período		10.444.369		10.444.369
Saldo em 31 de dezembro de 2017	19.314.657	10.444.369	4.786.096	34.545.122

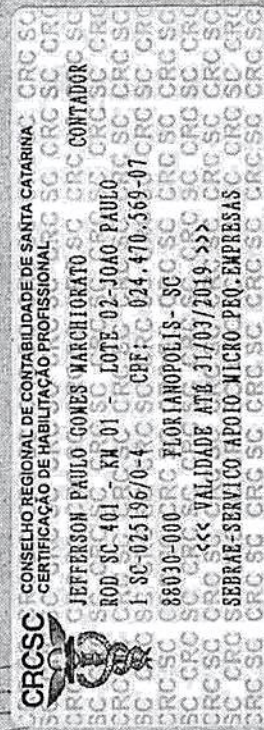
As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis.

Carlos Guilherme Ziegler
CARLOS GUILHERME ZIEGLER
Diretor Superintendente

Sérgio Fernandes Cardoso
SÉRGIO FERNANDES CARDOSO
Diretor de Administração e Finanças

Anacleto Angelo Ortigara
ANACLETO ANGELO ORTIGARA
Diretor Técnico

Jefferson Paulo Gomes Marchiorato
JEFFERSON PAULO GOMES MARCHIORATO
Contador - CRC/SC 025196/0-4



Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina
Fl. nº 42
Comissão Permanente de Licitação

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/SC

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2017	31/12/2016
Resultado do período	10.444.369	2.800.118
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	1.648.975,00	1.825.424,00
Baixa de bens	86.568,00	
Juros provisionados sobre Financiamentos	1.095.003,00	1.286.057
	13.274.915	5.911.599
Redução (aumento) nos ativos:		
Créditos a receber	(157.594)	274.505
Numerários vinculados a convênios e programas	(4.078.440)	(1.472.130)
Adiantamentos concedidos	99.384	(93.809)
Adiantamentos de convênios e acordos a executar	(396.594)	(382.572)
Créditos com o Sistema SEBRAE	(7.797.783)	(2.367.557)
Créditos a receber de Longo Prazo	(153.093)	78.093
Depósitos realizáveis a longo prazo	13.000	(7.880)
	(12.471.119)	(3.971.350)
Aumento (redução) nos passivos:		
Remuneração e Encargos	(43.858)	(80.887)
Obrigações Tributárias	109.193	(261.680)
Obrigações com convênios e contratos	913.780	38.600
Contas a pagar	1.075.969	(4.571.813)
Obrigações trabalhistas	1.169.399	(1.523.463)
Obrigações com o Sistema SEBRAE	2.446.407	1.375.953
	5.670.890	(5.023.289)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	6.474.685	(3.083.041)
Fluxo de caixa de atividades de investimento	(347.589)	(3.160.649)
Adições ao ativo imobilizado		
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades de investimento	(347.589)	(3.160.649)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	0	2.200.000
Adiantamento reforma Rio Branco		
Pagamento de empréstimo Sebrae Nacional	(5.760.012)	(3.119.852)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades de financiamento	(5.760.012)	(919.852)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	367.084	(7.163.541)
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	11.605.545	11.238.461
(-) Caixa e equivalentes de caixa no início do período	11.238.460	18.402.002
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	367.084	(7.163.541)

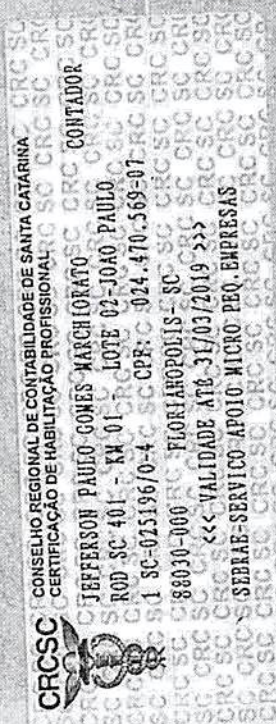
As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis.

CARLOS GUILHERME ZIGELLI
Diretor Superintendente

ANACLETO ANGELO ORTIGARA
Diretor Técnico

SÉRGIO FERNANDES CARDOSO
Diretor de Administração e Finanças

JEFFERSON PAULO GOMES MARCHIORATO
Contador - CRC/SC - 025196/O-4



SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE/SC
UNIDADE DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Balanco Orçamentário - Sebrae/SC									
Período: Janeiro a Dezembro de 2017									
Receitas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual		%	Δ %	Despesas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual	
		Previsão Original (b)	Execução (c)					Previsão Original (b)	Execução (c)
Receitas Correntes	126.208	151.182	143.368	109,3	115,6	Despesas Correntes	120.276	126.228	130.132
Contribuição Social Ordinária-CSO	76.031	73.811	80.664	109,3	106,1	Pessoal, Encargos e Benefícios	32.463	35.591	34.203
Contribuição Social do Sebrae/NA-CSN	33.628	43.341	43.243	99,8	128,6	Serviços Profissionais e Contratados	74.153	79.734	80.633
Convênios (Parceiros + Sebrae/NA)	0	0	349	-	-	Demais Despesas Operacionais	11.632	8.976	13.244
Aplicações Financeiras	3.096	1.000	2.125	212,5	68,7	Encargos Diversos	1.133	715	937
Empresas Beneficiárias	13.387	13.010	16.982	130,5	126,9	Transferências	875	1.212	1.115
Outras Receitas	67	0	5	-	7,5				
Déficit Corrente						Superávit Corrente	5.932		13.236
Receitas de Capital	2.200	0	0	-	0,0	Despesas de Capital	6.289	6.394	6.108
Alienação de Bens	0	0	0	-	-	Investimentos / Outros	3.169	580	348
Oper. Crédito / Recab. Empréstimos	2.200	0	0	-	0,0	Amortização de Empréstimos	3.120	5.814	5.760
Saldo de Exercícios Anteriores		5.000	11.101	222,0		Fundo de Reserva		3.541	
Receitas Totais	128.408	156.182	154.469	105,3	111,7	Despesas Totais	126.565	136.163	136.240
Déficit Total						Superávit Total	1.843		7.128
Total Geral	128.408	156.182	154.469	105,3	111,7	Total Geral	128.408	136.163	143.368

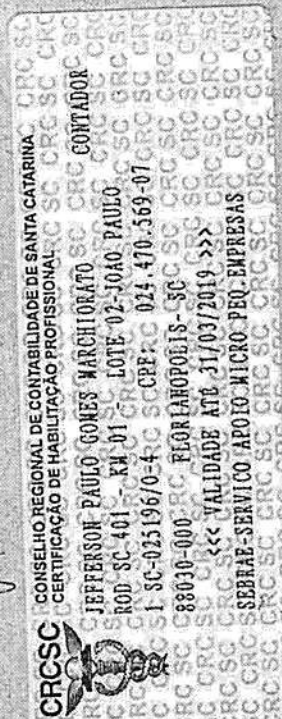
Florianópolis, 31 de dezembro de 2017.

CARLOS GUILHERME ZIBELLI
DIRETOR SUPERINTENDENTE

SERGIO FERNANDES CARDOSO
DIRETOR

ANGELITO ANGELO ZATTAGLIA
DIRETOR

JEFFERSON P. GOMES MARCHIORATO
CONTADOR - 025196/0-4



Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina
Fl. nº 44
Comissão Permanente de Licitação

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA - SEBRAE/SC
UNIDADE DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Prefeitura Mun. de Florianópolis
Estado de Santa Catarina
Fl. nº 45
A.
Comissão Permanente de Licitação

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em R\$)

ITENS ORÇAMENTÁRIOS	Ordinária		
	PREVISTO	REALIZADO	VARIAÇÃO
APLICAÇÕES (1+2)	153.821.804	136.240.562	-11,43%
DESPESAS DE CUSTEIO (1)	143.937.380	130.132.961	-9,59%
PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS	34.691.260	34.203.048	-1,41%
Pessoal	22.085.261	21.825.902	-1,17%
Encargos Sociais	6.730.998	6.638.435	-1,38%
Benefícios Sociais	5.875.001	5.738.711	-2,32%
SERVIÇOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS	91.574.367	80.633.460	-11,95%
Serviços Especializados	74.086.650	70.073.549	-5,42%
Serviços Contratados	17.411.717	10.493.303	-39,73%
Encargos Sociais sobre Serviços de Terceiros	76.000	66.608	-12,36%
CUSTOS DESPESAS OPERACIONALIZAÇÃO	14.548.965	13.244.191	-8,97%
Despesas com Viagem	3.945.509	3.788.319	-3,98%
Aluguéis e Encargos	2.052.500	1.919.885	-6,46%
Divulgação, Anúncio e Publicidade	4.164.929	3.490.106	-16,20%
Serviço Gráfico e Reprográfico	1.383.860	1.352.400	-2,27%
Serv. Comunicação em Geral	852.900	612.434	-28,19%
Materiais de Consumo	1.061.562	994.127	-6,35%
Demais Custos e Despesas Gerais	1.087.705	1.086.920	-0,07%
ENCARGOS DIVERSOS	1.006.620	937.128	-6,90%
Despesas Tributárias	917.620	868.666	-5,33%
Despesas Financeiras	89.000	68.462	-23,08%
TRANSFERÊNCIAS	2.116.168	1.115.134	-47,30%
DESPESAS DE CAPITAL (2)	9.884.424	6.107.601	-38,21%
Bens Móveis	622.954	347.589	-44,20%
Depósito Judicial	24.000	0	-100,00%
Outras Inversões	3.423.470	0	-100,00%
Variação Monetária Passiva - Amortização	5.814.000	5.760.012	-0,93%
FONTES	153.821.804	154.468.848	0,42%
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ORDINÁRIA	73.811.000	80.663.651	9,28%
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ADICIONAL	49.212.829	43.243.350	-12,13%
RECEITAS DE EMPRESAS BENEFICIADAS	18.109.794	16.982.163	-6,23%
RECEITA FINANCEIRA	1.150.000	2.124.735	84,76%
RECEITAS DIVERSAS	0	5.389	-
REC. CONV., SUBV. E AUXÍLIOS	437.625	349.004	-20,25%
SUPERÁVIT FINANCEIRO EXERC. ANTERIOR	11.100.556	11.100.556	0,00%
VARIAÇÃO	0	18.228.286	

Florianópolis, 31 de dezembro de 2017.

CARLOS GUILHERME ZIGELLI
DIRETOR SUPERINTENDENTE

SÉRGIO FERNANDES CARDOSO
DIRETOR

ANALETELO ANGELO ORTIGARA
DIRETOR

JEFFERSON P. GOMES MARCHIORATO
CONTADOR - 025196/O-4

CRCSC CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA
CERTIFICAÇÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
JEFFERSON PAULO GOMES MARCHIORATO
ROD SC 401 - KM 01 LOTE 02-JOÃO PAULO
SC-025196/O-4 CPF: 024.470.569-07
88030-000 FLORIANÓPOLIS-SC
SEBRAE-SERVIÇO APOIO MICRO PEQ. EMPRESAS
VALIDADE ATÉ 31/03/2019



RESOLUÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO Nº 003/2016

Aprova a Alteração do Estatuto Social mediante Acréscimo dos Arts. 36-A.

O Conselho Deliberativo do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina – SEBRAE/SC, no uso de suas atribuições previstas no art. 13, inciso XXII, e considerando a deliberação tomada por unanimidade nesta data em Reunião Extraordinária no qual foi atendido o quórum Estatutário aplicável;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam acrescidos ao Estatuto Social do SEBRAE/SC, os arts. 36-A, com a seguinte redação;

Art. 36-A. A partir do quadriênio 2019/2022, inclusive, os mandatos dos membros dos Conselhos Fiscais dos Sebrae/UF, independentemente de alteração em seus estatutos sociais, terão início no primeiro dia útil de março do ano seguinte ao da data das eleições no Sistema Sebrae, conforme calendário fixado pelo CDN, e expirarão no último dia de fevereiro do quarto ano de sua vigência.

Parágrafo único. Concomitantemente às eleições dos Conselhos Fiscais para o quadriênio 2019/2022, cada Conselho Deliberativo do Sebrae/UF elegerá um Conselho Fiscal para um mandato temporário, que terá início no primeiro dia útil do funcionamento do respectivo Sebrae/UF em 2019 e expirará no último dia de fevereiro do mesmo ano."

Art. 2º: Em face dos acréscimos constantes do artigo anterior, o Estatuto Social do Sebrae/SC passa a vigorar com a seguinte redação:

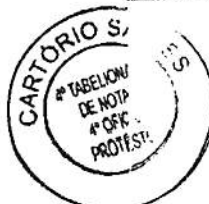
Estatuto Social do SEBRAE/SC
Homologado pelo CDN em 19/5/16
Assessoria do CDN

Pedro C. Pirajá Martins
OAB/SC 33101
AJU Assessoria Jurídica
SEBRAE/SC

SC 401, Km 01, lote 02
Parque Tecnológico Alfa
João Paulo. Cep: 88030.000
Florianópolis . SC . Brasil
www.sebrae-sc.com.br

*TABELIONATO DE NOTAS E OFÍCIO DE
PROTESTO DE TÍTULOS DA CAPITAL/SC
Vanda de Souza Sales - Tabelã
Rua Fátima Oliveira, 64, Térreo ed. Empedux
Centro - Florianópolis/SC - CEP 88010-540
Fone/Fax: (48) 3224-2688
centros@sc.tj.jus.br

---AUTENTICAÇÃO Nº 188633---
Autentico a presente fotocópia por ser
reprodução fiel do original que me foi
apresentado. Do que dou fé.
Florianópolis, 06 de Janeiro de 2017
ISMAEL ADOLFO DOS SANTOS - Escrevente
Autorizado
Emolumentos: R\$ 3,30 + selo: R\$ 1,85 -- Total: R\$5,15
Selo Digital da Fiscalização - Selo normal EOA92778-2J2R
Confira os dados do ato em selo.tjsc.jus.br



SEBRAE Serviço de Apoio às
Micro e Pequenas Empresas
Santa Catarina

Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina
Fl. nº 47
Comissão Permanente de Licitação

ESTATUTO SOCIAL SEBRAE/SC

TÍTULO I

DOS FUNDAMENTOS DA ENTIDADE

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO

Art. 1º. O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Santa Catarina é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de serviço social autônomo, regulada por este Estatuto, doravante designada simplificada e neste instrumento como SEBRAE/SC.

Art. 2º. O SEBRAE/SC tem sede e foro na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 3º. O prazo de duração do SEBRAE/SC é indeterminado.

CAPÍTULO II

DA ATUAÇÃO, FINALIDADES E CONDIÇÕES DE VINCULAÇÃO AO SISTEMA SEBRAE

Art. 4º. A atuação do SEBRAE/SC limita-se ao território do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º. O SEBRAE/SC, no seu âmbito territorial de atuação, tem por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia, inovação e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, mediante a execução de ações condizentes:

Estatuto Social do SEBRAE/SC
Homologado pelo QDN em 19/12/16
Assessoria de RRM

SC 401, Km 01, lote 02
Parque Tecnológico Alfa
João Paulo . Cep: 88030.000
Florianópolis . SC . Brasil
www.sebrae-sc.com.br

4º TABELIONATO DE NOTAS E 4º OFÍCIO DE
PROTESTO DE TÍTULOS DA CAPITAL/SC
Vandir de Souza Salazar - Tabelião
Fica Paralela Oliveira, 64, Tâmbém, em Florianópolis
CNPJ - 08.000.000/0001-00 - CEP: 88010-040
Fone/Fax: (48) 3225-3968
e-mail: vandir@sebrae-sc.com.br

---AUTENTICAÇÃO Nº 198833---

Autentico a presente fotocópia por ser
reprodução fiel do original que me foi
apresentado. Da que dou fé.

Florianópolis, 05 de Janeiro de 2017
SMAEL ADOLFO DOS SANTOS - Escrevente
Autorizado

Emolumentos: R\$ 8,30 + selo: R\$ 1,65 - Total: R\$ 9,95
Selo Cópia de Fiscalização - Selo normal ECA92778-KLP
Confira os dados do selo em selo.tjac.jus.br

Pedro C. Pirajá Martins
OAB/SC 23101





I - com as políticas, diretrizes e prioridades de aplicação de recursos, atos, resoluções, programas e projetos aprovados pelo Conselho Deliberativo Nacional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, órgão e entidade esses doravante designados simplificada e neste instrumento como CDN e SEBRAE, respectivamente;

II - com as resoluções editadas pela Diretoria Executiva do SEBRAE; e

III - com a legislação pertinente, aplicável ao Sistema SEBRAE.

§ 1º. O SEBRAE/SC poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços intrinsecamente ligados aos seus objetivos, desde que os resultados auferidos sejam aplicados na manutenção das atividades previstas neste Estatuto.

§ 2º. Para fins deste Estatuto, considera-se Sistema SEBRAE o sistema composto por uma unidade nacional coordenadora - o SEBRAE - e por unidades operacionais vinculadas, localizadas em cada um dos Estados da Federação e no Distrito Federal, conforme definido no Estatuto do SEBRAE.

§ 3º. A vinculação do SEBRAE/SC ao Sistema SEBRAE depende da homologação deste Estatuto pelo CDN.

Art. 6º. Relativamente a seus objetivos institucionais, forma e meios de atuação, estrutura básica de gestão, composição e competências dos órgãos que integram sua estrutura básica, eleição, reeleição ou destituição dos dirigentes, características dos mandatos, não remuneração dos membros dos órgãos colegiados, atendimento de quórum mínimo para determinadas deliberações, observância de disposições aprovadas pelo CDN sobre políticas, diretrizes e prioridades orçamentárias, controle finalístico das atividades, finanças, contabilidade, prestação de contas, licitação, pessoal e ao processo eleitoral, o SEBRAE/SC obriga-se a cumprir os princípios sistêmicos estabelecidos no Estatuto do SEBRAE.

Art. 7º - O SEBRAE/SC submete-se ao poder de correção do CDN.

TÍTULO II DOS ASSOCIADOS

Pedro C. Pirajá Martins
OAB/SC 23101
AJU Assessoria Jurídica
SEBRAE/SC

Estatuto Social do SEBRAE/SC
Homologado pelo CDN em 15/1.5.17
Assessoria de CNJ

SC 401, Km 01, lote 02
Parque Tecnológico Alfa
João Paulo, Cep: 88030.000
Florianópolis, SC, Brasil
www.sebrae-sc.com.br

4ª TABELAÇÃO DE NOTAS E OFÍCIO DE
PROTESTO DE TÍTULOS DA CAPITAL/SC
Praça Faria Oliveira, 44 - 1º andar - Edifício "Erechim"
Florianópolis - SC - CEP 88010-810
Fone/Fax: (48) 3224-3999
e-mail: titulos@sc.tj.jus.br

---AUTENTICAÇÃO Nº 199833---

Autentico a presente fotocópia por ser
reprodução fiel do original que me foi
apresentado. Do que dou fé.

Florianópolis, 06 de Janeiro de 2017
ISMAEL ADOLFO DOS SANTOS - Escrevente
Autorizado

Emolumento: R\$ 3,30 + Selo: R\$ 1,85 -- Total: R\$ 5,15
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal EOA92760-888F
Confira os dados do ato em aj.jsc.jus.br





CAPÍTULO I DOS ASSOCIADOS

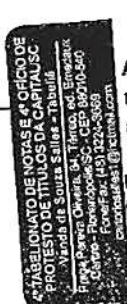
Art. 8º - O SEBRAE/SC tem como associados:

- I – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa - SEBRAE.
 - II – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC.
 - III – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina – FECOMÉRCIO.
 - IV – Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina – FACISC.
 - V – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina – FAESC.
 - VI – Federação das Associações das Micro e Pequenas Empresas do Estado de Santa Catarina – FAMPESC
 - VII – Caixa Econômica Federal – CAIXA
 - VIII – Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina – FCDL
 - IX – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS
 - X – Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras – CERTI
 - XI – Banco do Brasil S/A
 - XII – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE
 - XIII – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina – BADESC
 - XIV – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI/DR-SC
 - XV – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
- Art. 9º. Os associados:

Está Social do SEBRAE/SC
Homologado pelo CDN em 19/5/16
Assessoria do CDN

Pedro C. Pirajá Martins
OAB/SC 23.101
AJU Assessoria Jurídica
SEBRAE/SC

SC 401, Km 01, lote 02
Parque Tecnológico Alfa
João Paulo . Cep: 88030.000
Florianópolis . SC . Brasil
www.sebrae-sc.com.br



---AUTENTICAÇÃO Nº 199833---
Autentico a presente fotocópia por ser
reprodução fiel do original que me foi
apresentado. De que dou fé.
Florianópolis, 05 de Janeiro de 2017
ISMAEL ADOLFO DOS SANTOS - Escrevente
Autorizado
Emolumentos: R\$ 3,30 + Selo: R\$ 1,86 - Total: R\$ 5,16
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal EOA92781-PEQO
Confira os dados do ato em: selo.tac.jus.br





I - não respondem isolada ou subsidiariamente pelas obrigações assumidas pelo SEBRAE/SC;

II - não são obrigados a contribuir com prestações periódicas para o custeio de suas atividades, nem são titulares de quota ou fração ideal de seu patrimônio;

III - têm o dever de observar este Estatuto e os regimentos internos do SEBRAE/SC.

TÍTULO III

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA BÁSICA

Art. 10. A estrutura básica do SEBRAE/SC é composta pelos seguintes órgãos:

I - o Conselho Deliberativo Estadual, doravante designado simplificada por sua sigla CDE;

II - a Diretoria-Executiva;

III - o Conselho Fiscal.

CAPÍTULO II DO CONSELHO DELIBERATIVO ESTADUAL

Art. 11. O CDE é o órgão colegiado de direção superior, que detém o poder originário e soberano no âmbito do SEBRAE/SC.

Art. 12. O CDE é composto por quinze (15) conselheiros titulares e respectivos suplentes, pessoas físicas capazes civilmente, representantes de cada um dos associados do SEBRAE/SC.

§ 1º. Os conselheiros titulares e respectivos suplentes serão indicados pelos associados instituidores, a quem representarão no CDE, e cumprirão mandato de dois (2) anos, sem remuneração, permitida a recondução, ressalvado disposto no § 4º deste artigo.

Homologado pelo CDN em 15/15/16
Assessoria do CDN

Pedro C. Pirajá Martins
OAB/SC 231.01
AJU Assessoria Jurídica

SC 401, Km 01, lote 02
Parque Tecnológico Alfa
João Paulo, Cep: 88030.000
Florianópolis, SC, Brasil
www.sebrae-sc.com.br

4º TABELÃO DE NOTAS E 4º OFÍCIO DE
PROTESTO DE TÍTULOS DA CANTALUSC
Venda de Souza S. Aires - 1ª Edição
Banco Paraná Oliveira: 641 1º e 2º Edição
Certo - Prolongado 1274-5659
Florianópolis, 05 de janeiro de 2017

--- AUTENTICAÇÃO Nº 199633 ---
Autentico a presente fotocópia por ser
reprodução fiel do original que me foi
apresentado. Do que dou fé.
Florianópolis, 05 de janeiro de 2017
ISMAEL ADOLFO DOS SANTOS - Escrevente
Autorizado
Emolumentos: R\$ 1,30 + selo: R\$ 1,85 - Total: R\$ 3,15
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal EDA92782-2V64
Confira os dados do selo em: selo.tsc.jus.br



SEBRAE Serviço de Apoio às
Micro e Pequenas Empresas
Santa Catarina

§ 2º. Os suplentes substituirão os conselheiros titulares em seus afastamentos e impedimentos temporários.

§ 3º. Os conselheiros titulares e respectivos suplentes exercerão pessoalmente suas atribuições, não lhes sendo permitido se fazer representar por procuradores ou prepostos.

§ 4º. Retirada a indicação, pelo associado instituidor representado, ou findo o prazo do mandato, cessa, de pleno direito, a participação no CDE do titular ou de seu respectivo suplente.

§ 5º. Na hipótese prevista no parágrafo anterior, se o conselheiro destituído exercer cumulativamente a Presidência do CDE, far-se-á eleição extraordinária para imediato preenchimento do cargo, em reunião convocada especialmente para esse fim, para complementação do mandato, observado o prazo previsto no § 2º do art. 13 deste Estatuto.

§ 6º. O Presidente do CDE, enquanto detiver a condição de conselheiro titular representante do associado instituidor que o indicou, terá um mandato de dois (2) anos consecutivos, sem remuneração, podendo ser reeleito uma única vez, por igual período.

§ 7º. Havendo vacância do cargo de Presidente do CDE, ou impedimento definitivo de seu respectivo titular, reconhecidos pelo órgão, far-se-á eleição extraordinária para preenchimento do cargo, em reunião convocada especialmente para esse fim, para complementação do mandato, observado o prazo previsto no § 2º do art. 13 deste Estatuto.

§ 8º. Nas hipóteses previstas nos §§ 5º e 7º deste artigo, enquanto não for realizada a eleição extraordinária e empossado o eleito, o Vice-Presidente, interinamente, assumirá a Presidência. Não havendo Vice-Presidente, a Presidência será temporariamente exercida pelo conselheiro mais antigo ou, no caso de empate, pelo de maior idade.

Art. 13. Compete ao CDE, sem prejuízo de outras atribuições previstas neste Estatuto e nos Regimentos Internos do SEBRAE/SC:

I – eleger, dentre os conselheiros titulares, com o voto concorde, no mínimo, de oito (8) conselheiros, o seu Presidente, em reunião especialmente convocada para esse fim;

SC 401, Km 01, lote 02
Parque Tecnológico Alfa
João Paulo . Cep: 88030.000
Florianópolis . SC . Brasil
www.sebrae-sc.com.br

4º TABELIONATO DE NOTAS E 4º OFÍCIO DE
PROTESTO DE TÍTULOS DA CAPITAL SC
Venda de Selo: 3,30 + 1,05 = R\$ 4,35
Preço Pauta Oficial: R\$ 3,30 + 1,05 = R\$ 4,35
Centro - Florianópolis - SC - CEP: 88010-540
Fone: (41) 3225-3883
E-mail: capitalsc@scmail.com

---AUTENTICAÇÃO Nº 198873---
Autentico a presente fotocópia por ser
reprodução fiel do original que me foi
apresentado. Do que dou fé.
Florianópolis, 05 de Janeiro de 2017
ISMAEL ADOLFO DOS SANTOS - Escrevente
Autorizado
Emolumento: R\$ 3,30 + Selo R\$ 1,05 - Total: R\$ 4,35
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal EDA92763-X4C3
Confira os dados do selo em selo.tjsc.jus.br



Pedro C. Pirajá Martins
OAB/SC 23.101
AIU - Assessoria Jurídica



Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina
Fl. nº 51
Comissão Permanente de Licitação

Estatuto Social do SEBRAE/SC
Homologado pelo CDN em 13/12/16
Assessoria do CDN



II – eleger, com o voto concorde, no mínimo, de oito (8) conselheiros, o Diretor-Superintendente, os demais Diretores do SEBRAE/SC e os membros titulares do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, em reunião especialmente convocada para esse fim;

III – destituir *ad nutum* ou em decorrência da representação de que trata o § 7º deste artigo, com o voto concorde, no mínimo, de onze (11) conselheiros, em reunião especialmente convocada para este fim, o Diretor-Superintendente, qualquer dos demais Diretores ou qualquer dos membros do Conselho Fiscal, titular ou suplente;

IV – aprovar a discriminação das áreas de atuação setorial dos membros da Diretoria Executiva, salvo se esta matéria já estiver contida no Regimento Interno do SEBRAE/SC;

V – fixar a remuneração dos membros da Diretoria Executiva que levará em conta a realidade regional e que não poderá exceder à paga pelo SEBRAE;

VI – elaborar e aprovar o Regimento Interno do próprio CDE;

VII – aprovar o Regimento Interno do Conselho Fiscal;

VIII – aprovar o Regimento Interno do SEBRAE/SC;

IX – decidir sobre as políticas, diretrizes e prioridades de aplicação de recursos, em consonância com deliberações do CDN para o Sistema SEBRAE;

X – aprovar o Plano Plurianual e o Orçamento Anual, bem como as alterações que se fizerem necessárias, a serem encaminhadas ao CDN para que este, após consolidação e inserção de tais peças nas propostas do Plano Plurianual e do Orçamento Anual do Sistema SEBRAE os aprove, observados o Direcionamento Estratégico e as Diretrizes Orçamentárias para Elaboração do Plano Plurianual e do Orçamento Anual definidos pelo CDN;

XI – aprovar a prestação de contas do SEBRAE/SC que deverá estar instruída, no mínimo, com os elementos previstos no parágrafo único do art. 31 deste Estatuto;

XII – designar os representantes do SEBRAE/SC em órgãos colegiados de instituições nacionais, observada a competência de que trata o art. 21, inciso VIII, deste Estatuto;

Homologado pelo CDN em 12/5/14

Assessoria do CDN

Pedro C. Pirajá Martins
OAB/SC 23101
AJU Assessoria Jurídica
SEBRAE/SC

SC 401, Km 01, lote 02
Parque Tecnológico Alfa
João Paulo. Cep: 88030.000
Florianópolis, SC, Brasil
www.sebrae-sc.com

4ª TABELA DE NOTAS
PROTESTO DE TÍTULOS DA CAPITAL
Venda de Souto Sales - Tabelas
Praça Paraná, 100, 6º andar, 800-000
Florianópolis, SC, CEP: 88010-000
Fone: (41) 324-1111
www.tabelasdigital.com

---AUTENTICAÇÃO Nº 199833---
Autentico a presente fotocópia por ser
reprodução fiel do original que me foi
apresentado. Do que dou fé.
Florianópolis, 05/06 janeiro de 2017
ISMAEL ADOLFO DOS SANTOS - Escrevente
Autorizado
Emolumentos: R\$ 3,20 + Selo: R\$ 1,86 -- Total: R\$ 5,06
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal EOA92784-OTQY
Confira os dados do selo em: selo.tjsc.jus.br



XIII – estabelecer, mediante resolução específica, regras sobre o processo de eleição de seu Presidente, do Diretor-Superintendente e demais Diretores e dos membros titulares do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, observadas as normas que a respeito o CDN tiver baixado;

XIV – aprovar a celebração de acordos, contratos ou convênios e seus respectivos aditivos com entidades internacionais ou estrangeiras;

XV – aprovar viagens ao exterior de representação, serviço ou estudo de conselheiros do próprio CDE, membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e convidados, assim como estabelecer normas a respeito dessas viagens, aplicáveis inclusive aos empregados e consultores externos do SEBRAE/SC;

XVI - aprovar o Sistema de Gestão de Pessoas, compreendendo o Quadro de Pessoal, o Plano de Cargos e Salários, os critérios de avaliação de desempenho e os benefícios do SEBRAE/SC, bem como aprovar os reajustamentos salariais;

XVII – aprovar as propostas de alienação ou de oneração de bens imóveis;

XVIII – decidir sobre a aceitação de doação com encargos;

XIX – decidir sobre a extinção da entidade e destinação de seus bens, com o voto concorde de, no mínimo, treze (13) conselheiros, em reunião convocada especialmente para esse fim;

XX – decidir sobre os pedidos de afastamento temporário dos membros da Diretoria Executiva, dispondo a respeito da concessão, ou não, de remuneração, quando se tratar de casos de suspensão do contrato de trabalho;

XXI – fiscalizar a execução das ações, projetos, programas e convênios, a cargo da Diretoria Executiva, propondo os ajustamentos necessários ao atendimento dos objetivos institucionais do SEBRAE, do SEBRAE/SC e das resoluções do CDN da Diretoria Executiva do SEBRAE;

XXII – deliberar sobre a alteração do presente Estatuto, com voto concorde de no mínimo, onze (11) conselheiros, em reunião convocada especialmente para este fim;

XXIII - apresentar ao CDN proposições fundamentadas, relacionadas com a integridade, eficácia e ampliação das ações do Sistema SEBRAE;

XXIII - apresentar ao CDN propostas visando a melhoria da integridade, eficácia e ampliação das ações do Sistema SEBRAE;

SC 401, Km 01, lote 02
Parque Tecnológico Alfa
João Paulo . Cep: 88030.000
Florianópolis . SC . Brasil
www.sebrae-sc.com.br

* TABELONATO DE NOTAS E 1º OFÍCIO DE PROTESTO DE TÍTULOS DA CAPITALISC

Vanda de Souza Salles - Tabellâs

Praca Pereira Oliveira, 61 - Tenório, Ed. Emilaux
Centro - Florianópolis/SC - CEP 64010-540
Fone/Fax: (48) 3224-3889
contato@capitalisc.com.br

---AUTENTICAÇÃO Nº 189633---
Autentico a presente fotocópia por ser
reprodução fiel do original que me foi
apresentado. Do que dou fé.
Florianópolis, 05 de janeiro de 2017
ISMAEL ADOLFO DOS SANTOS - Escrevente
Autorizado
Emolumento: R\$ 3,30 + selo: R\$ 1,05 = Total: R\$5,15
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal - ECA92786-5NW9
Confira os dados do selo em: selo.tjsc.jus.br

Pedro C Piraia Martins
OAB/SC/3101
AJU Assessoria Jurídica
SEBRAE/SC

BRAE Serviço de Apoio às
Micro e Pequenas Empresas
Santa Catarina

CARTÓRIO S.

1º TABELIONAT

DE NOTAS

1º OFÍCIO

PROTESTO



Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina
Fl. nº 54
A
Comissão Permanente de Licitação

XXIV – interpretar o presente Estatuto e decidir sobre os casos omissos, com o voto concorde de, no mínimo, oito (8) conselheiros;

§ 1º. O CDE reunir-se-á mensalmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, sempre que necessário, por iniciativa de seu Presidente ou de três (3) conselheiros.

§ 2º. As convocações do CDE serão efetuadas por via postal, fax ou por meios eletrônicos, desde que seja possível confirmar a recepção do instrumento de convocação, com antecedência mínima de sete (7) dias, sendo que, nos casos de eleição de seu Presidente, dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, este prazo será de, no mínimo, quinze (15) dias.

§ 3º. As reuniões do CDE serão realizadas com a presença de, no mínimo, oito (8) conselheiros.

§ 4º. As deliberações do CDE serão tomadas pela maioria simples dos conselheiros presentes, salvo quando este Estatuto exigir quorum qualificado.

§ 5º. O Presidente eleito do CDE, além do voto normal, terá, no caso de empate nas deliberações, voto de qualidade, salvo naquelas em que este Estatuto exigir quorum qualificado.

§ 6º. Além dos requisitos gerais que tenham sido estabelecidos neste Estatuto, o CDE poderá exigir que os candidatos aos cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal comprovem previamente sua experiência técnica e idoneidade moral, mediante a apresentação das informações, certidões e/ou documentos que especificar.

§ 7º. Tendo ciência da prática de atos de improbidade administrativa ou de malversação de recursos da entidade; ou de incapacidade civil; ou de manifesta incompetência gerencial; ou de clara insubordinação às deliberações expressas do CDE ou de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ativa ou passiva, concussão ou peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação, relativamente aos membros da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, qualquer dos conselheiros poderá representar perante o colegiado, solicitando ao seu Presidente a convocação de reunião, nos termos do

Art. 1º do SEBRAE
Arrolado pelo CDN em 15/11/16
Assessoria do CDN

Pedro C. Pifará Martins
OAB/SC 23101
AJU Assessoria Jurídica

SC 401, Km 01, lote 02
Parque Tecnológico Alfa
João Paulo, Cep: 88030-000
Florianópolis, SC, Brasil
www.sebrae-sc.com

4º TABELONATO DE NOTAS E OFÍCIO DE PROTESTO DE TÍTULOS DA CADEIA SC
Venda de Souza Sales - Titular
Paga Pagar Ovará 50, 1º Vício de Registro
Centro - Florianópolis - SC
Fone: (41) 3224-9022
e-mail: vendas@sebrae-sc.com.br

---AUTENTICAÇÃO Nº 189633---

Autentico a presente fotocópia por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado. Do que dou fé.

Florianópolis, 05 de Janeiro de 2017

ISMAEL ADOLFO DOS SANTOS - Escrevente Autorizado

Emolumenta: R\$ 3,30 + selo: R\$ 1,85 - Total: R\$ 5,15

Selo Digital de Fiscalização - Selo normal EOA92786-LP2D

Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br





Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina

Fl. nº 55
A

Comissão Permanente de Licitação

inciso III deste artigo, para apreciação da procedência da representação e, se for o caso, para destituição do responsável ou responsáveis.

§ 8º. As deliberações do CDE serão fundamentadas, podendo seu Presidente, ou qualquer conselheiro, solicitar prévia manifestação, escrita ou oral, da Diretoria Executiva, de técnicos do SEBRAE/SC, de órgãos de assessoramento ou de consultores externos do órgão a respeito da matéria em discussão.

§ 9º. O CDE não poderá apreciar propostas a ele submetidas se as mesmas não contiverem os elementos necessários à deliberação, inclusive, se for o caso, a estimativa dos recursos envolvidos.

§ 10. Nas hipóteses previstas no § 7º deste artigo, assegurar-se-á o direito de defesa perante o próprio CDE, em instância única, mediante procedimento próprio, disciplinado pelo órgão, adotando-se como paradigma o que dispuser o Regimento Interno do CDN.

§ 11. No caso de extinção do SEBRAE/SC, os seus bens serão destinados à entidade sem fins econômicos ou lucrativos, que se dedique a atividades semelhantes e que atenda às condições legais para gozo de imunidade tributária ou, na falta desta, à União.

§ 12. As licitações promovidas e os contratos firmados pelo SEBRAE/SC reger-se-ão pelo Regulamento de Licitações e Contrato do Sistema SEBRAE, aprovado pelo CDN.

§ 13. A auditoria interna do SEBRAE/SC deverá encaminhar ao Presidente do CDE cópia de inteiro teor de seus relatórios de inspeção e pareceres.

§ 14. As deliberações do CDE terão natureza assemblear, serão registradas em ata, podendo este ser lavrada sob a forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidência e protestos, contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas, desde que os documentos, os votos, propostas ou protestos escritos sejam também arquivados na Secretaria do CDE.

§ 15. O CDE disporá de assessoria ou consultoria especializada, que prestará assistência ao Presidente e demais conselheiros no exame de questões jurídicas, contábeis, administrativas, financeiras ou econômicas sobre as quais o órgão deva se manifestar.

§ 16. As deliberações do CDE poderão ser objeto de Resolução subscrita por seu Presidente.

Intuito Social do SEBRAE/SC
Homologado pelo CDN em 13/5/16
Assessoria do CDN

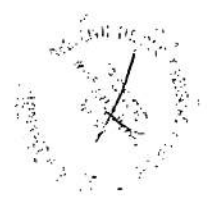
Pedro C. Pirajá Martins
OAB/SC 23101
AJU Assessoria Jurídica

SC 401, Km 01, lote 02
Parque Tecnológico Alfa
João Paulo, Cep: 88030-000
Florianópolis, SC, Brasil
www.sebrae-sc.com.br

4º TABELIONATO DE NOTAS E 4º OFÍCIO DE
PROTESTO DE TÍTULOS DA CAPITAL/SC
Venda de Santa Estrela - Tabelião
Praça Pádua Oliveira, 80, T. Bino, 4.º andar
Centro - Florianópolis - CEP: 88010-500
Fone/Fax: (48) 324-1111
e-mail: tabeliao@sebraesc.com.br

---AUTENTICAÇÃO Nº 199833---
Autêntico a presente fotocópia por ser
reprodução fiel do original que me foi
apresentado. Do que dou fé.
Florianópolis, 05 de janeiro de 2017
ISMAEL ADOLFO DOS SANTOS - Escrevente
Autorizado
Emolumentos: R\$ 3,30 + selo R\$ 1,85 - Total: R\$ 5,15
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal EOA92787-L67L
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br





Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina

Fl. nº 56

A

Comissão Permanente de Licitação

CAPÍTULO III DO CONSELHO FISCAL

Art. 14. O Conselho Fiscal é o órgão de assessoramento do CDE para assuntos de gestão contábil, patrimonial e financeira.

§ 1º - O Conselho Fiscal compõe-se de três (3) membros efetivos e três (3) suplentes, eleitos pelo CDE dentre pessoas físicas capazes civilmente, diplomadas em curso de nível universitário, residentes no País, indicadas pelas entidades instituidoras do SEBRAE/SC, para exercício de um mandato de dois (2) anos consecutivos, sem remuneração, permitida a recondução.

§ 2º. Os membros do Conselho Fiscal são demissíveis *ad nutum* ou em face de representação, na forma prevista no inciso III do art. 13 deste Estatuto.

§ 3º. Não pode participar do Conselho Fiscal empregado do SEBRAE/SC; pessoa que tenha assento em outros colegiados da entidade; que seja indicada pelo associado instituidor que detenha a Presidência do CDE ou que seja cônjuge dos seus dirigentes ou parente destes até o terceiro grau.

Art. 15. Compete ao Conselho Fiscal:

- I – eleger o seu Presidente;
- II – elaborar proposta de seu Regimento Interno e submetê-la ao CDE;
- III – examinar e emitir parecer sobre as demonstrações financeiras e prestações de contas anuais do SEBRAE/SC;
- IV – emitir pareceres sobre balancetes de verificação ou realizar exames específicos, sempre que o CDE solicitar; e
- V – emitir parecer, quando solicitado pelo CDE, sobre a alienação ou oneração de bens imóveis.
- VI – acompanhar a implementação, se for o caso, de medidas relacionadas com recomendações de empresa de auditoria independente que presta serviços ao Sistema SEBRAE e de órgãos de controle externo.

Estatuto Social do SEBRAE/SC
Homologado pelo CDN em 19/11/14
Assessoria do CDN

SC 401, Km 01, lote 02
Parque Tecnológico Alfa
João Paulo . Cep: 88030.000
Florianópolis . SC . Bras
www.sebrae-sc.com.br

4º TABELIONATO DE NOTAS E 4º OFÍCIO DE
PROTESTO DE TÍTULOS DA CARTEIRA
Venda de Souza Sales - Irineópolis
Pq. Paredes Oliveira, 14 - Irineópolis
Centro - Fone: (49) 3224-3698
e-mail: carteriasc@netmail.com

---AUTENTICAÇÃO Nº 199833---
Autentico a presente fotocópia por ser
reprodução fiel do original que me foi
apresentado. Do que dou fé.
Florianópolis, 05 de Janeiro de 2017
ISMAEL ADOLFO DOS SANTOS - Escrevente
Autorizado
Emolumentos: R\$ 3,30 - selo: R\$ 1,85 - Total: R\$ 5,15
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal EOA92788-3635
Confira os dados do selo em selo.tac.jua.br

Pedro C. Pirajá Martins
OAB/SC 23.701
AJU Assessoria Jurídica
SEBRAE/SC





Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina
Fl. nº 57
Comissão Permanente de Licitação

§ 1º. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre convocado pelo Presidente do CDE;

§ 2º. O Conselho Fiscal, a depender de solicitação sua, será subsidiado:

- I – pelas áreas de contabilidade e de auditoria do SEBRAE/SC no acompanhamento de questões inerentes ao controle externo;
- II – pela empresa de auditoria independente que presta serviços ao Sistema SEBRAE.

CAPÍTULO IV DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 16. A Diretoria Executiva, órgão colegiado de natureza executiva, é responsável pela gestão administrativa e técnica do SEBRAE/SC.

Art. 17. Compete à Diretoria Executiva, sem prejuízo de outras atribuições cometidas por este Estatuto:

I – cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, o Plano Plurianual, as regras estabelecidas nas Diretrizes para Elaboração do Plano Plurianual e do Orçamento Anual do Sistema SEBRAE, bem como as políticas, diretrizes e prioridades aprovadas regionalmente pelo CDE, assim como as resoluções do CDN e da Diretoria Executiva do SEBRAE, estas últimas no que sejam aplicáveis ao SEBRAE/SC;

II – promover a articulação interinstitucional e definir padrões para as ações de atendimento às microempresas e empresas de pequeno porte;

III – elaborar a proposta de Regimento Interno do SEBRAE/SC e submetê-lo à aprovação do CDE;

IV – expedir e cumprir as respectivas normas internas de funcionamento e operação, consoante o disposto neste Estatuto e do que dispuser o Regimento Interno do SEBRAE/SC;

V – elaborar e submeter à aprovação do CDE propostas de Plano Plurianual e de Orçamento Anual, e respectivas alterações;

Statuto Social do SEBRAE/SC
homologado pelo CDN em 19/5/14
Assessoria do CDN

Pedro C. Pirogá Martins
OAB/SC 23101
AJU Assessoria Jurídica

SC 401, Km 01, lote 02
Parque Tecnológico Alfa
João Paulo. Cep: 88030.000
Florianópolis, SC, B.
www.sebrae-sc.com

4º TABELIONATO DE NOTAS E 4º OFÍCIO DE
PROTESTO DE TÍTULOS DA CAPITALIS
Venda de Seus Salles - Tabelião
Fipe Paralela Oitava, 64, Terço, do Engenho
Cidade - Florianópolis - CEP 88010-540
Fone/Fax: (48) 224-3636
CNPJ nº 06.911.120/0001-00

-- AUTENTICAÇÃO Nº 89833 --
Autentico a presente fotocópia por ser
reprodução fiel do original que me foi
apresentado. Dou fé.
Florianópolis, 05 de janeiro de 2017
ISMAEL ADOLFO DOS SANTOS - Escrevente
Autorizado
Emolumentos: R\$ 7,30 + selo R\$ 1,85 -- Total: R\$ 9,15
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal EDA92789-U4UY
Confira os dados do ato em selo.jac.jus.br



VI – elaborar e submeter à aprovação do CDE, os relatórios de acompanhamento e avaliação semestrais, relativamente aos instrumentos de ação administrativa previstos no inciso I deste artigo;

VII – executar o Orçamento do SEBRAE/SC;

VIII – aprovar os planos de trabalho e orçamentos das áreas de supervisão de cada uma das diretorias;

IX – buscar a captação de recursos de fontes não previstas expressamente neste Estatuto, a fim de ampliar as ações do SEBRAE/SC;

X – submeter à aprovação do CDE a realização de viagens ao exterior de serviço, estudo ou representação, de diretores ou convidados;

XI – elaborar proposta do Sistema de Gestão de Pessoas, compreendendo o Quadro de Pessoal, o Plano de Cargos e Salários, os critérios de avaliação e desempenho e os benefícios do SEBRAE/SC, submetendo a matéria ao CDE;

XII – manifestar-se, quando solicitada, sobre questões da competência do CDE;

XIII – comunicar ao CDE a ocorrência de irregularidades no SEBRAE/SC;

XIV – executar atribuições conexas e correlatas que lhe forem confiadas pelo CDE.

Art. 18. A Diretoria Executiva do SEBRAE será composta por um (1) Diretor-Superintendente e por dois (2) Diretores, eleitos pelo CDE para um mandato de dois (2) anos consecutivos, demissíveis *ad nutum* ou em face de representação, de acordo com o inciso III do art. 13 deste Estatuto, conforme o caso, permitida a recondução.

§ 1º. Ocorrendo vacância em qualquer dos cargos da Diretoria Executiva, o CDE escolherá o substituto, que completará o mandato.

§ 2º. Nos casos de afastamento temporário, os membros da Diretoria Executiva substituir-se-ão entre si, devendo ser informado a respeito o Presidente do CDE quando se tratar da substituição do Diretor-Superintendente.

Art. 19. O Regimento Interno do SEBRAE/SC definirá as áreas sujeitas à coordenação e supervisão do Diretor-Superintendente e dos demais Diretores.

Pedro C. Pirajá Martins
OAB/SC 23101

Assessoria Jurídica

Estatuto Social do SEBRAE/SC

Homologado pelo CDN em 13/5/12

Assessoria do CDN

SC 401, Km 01, lote 02
Parque Tecnológico Alfa
João Paulo. Cep: 88030-000
Florianópolis, SC, Brasil
www.sebrae-sc.com.br

4º TABELIONATO DE NOTAS E OFÍCIO DE
PROTESTO DE TÍTULOS DA CAPITAL SC
Vanda de Souza Santos - Tabelã
Prça. Pórtico Oliveira, 16 - Empório
Centro - Florianópolis - SC - CEP: 88010-400
Fone/Fax: (48) 3224-3466
cartorio@capitalsc.com.br

---AUTENTICAÇÃO Nº 158833---
Autentico a presente fotocópia por ser
reprodução fiel do original que me foi
apresentado. Do que dou fé.
Florianópolis, 05 de janeiro de 2017
ISMAEL ADOLFO DOS SANTOS - Escrevente
Autorizado
Emolumentos: R\$ 1,30 + selo R\$ 1,66 -- Total: R\$ 2,96
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal EOA92790-DCL0
Confira os dados do ato em: sejo.jus.br





Art. 20. A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente duas (2) vezes por mês e, em caráter extraordinário, sempre que convocada pelo Diretor-Superintendente.

§ 1º. As decisões serão tomadas por maioria simples.

§ 2º. Excepcionalmente, as reuniões poderão se realizar com a presença de apenas dois (2) membros da Diretoria Executiva, sendo um deles o Diretor-Superintendente, ou quem o estiver substituindo temporariamente, hipótese em que as decisões serão tomadas por unanimidade.

§ 3º. As decisões da Diretoria Executiva serão registradas em ata, podendo esta ser lavrada sob a forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo apenas a transcrição das decisões tomadas, desde que os documentos, os votos, propostas e protestos escritos sejam igualmente arquivados.

CAPÍTULO V DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

SEÇÃO I DO PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO ESTADUAL

Art. 21. Compete ao Presidente do CDE:

I – cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e as decisões do CDE, baixando os atos e resoluções pertinentes;

II – convocar, preparar e presidir as reuniões do CDE e elaborar a pauta dos trabalhos do órgão;

III – representar o CDE perante a administração pública e a sociedade civil;

SC 401, Km 01, lote 02
Parque Tecnológico Alfa
João Paulo. Cep: 88030.000
Florianópolis . SC . Brasil
www.sebrae-sc.com.br



---AUTENTICAÇÃO Nº 198833---
Autentico a presente fotocópia por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado. Do qual dou fé.
Florianópolis, 05 de janeiro de 2017
ISMAEL ADOLFO DOS SANTOS - Escrevente Autorizado
Emolumentos: R\$ 2,30 + selo: R\$ 1,86 -- Total: R\$ 4,16
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal EOA92791-W6L3
Confira os dados do ato em: sc.jus.br



Pedro C. Pirojá Martins
OAB/SC 23101
AIU Assessoria Jurídica

Estatuto Social do SEBRAE/SC
Homologado pelo CDN em 12.5.14
Assessoria do CDN



IV – receber dos conselheiros que integram o CDE, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e de outros órgãos os documentos e propostas passíveis de serem submetidos à apreciação do CDE;

V – designar, dentre os demais conselheiros titulares do CDE, o Vice-Presidente do colegiado que, em seus impedimentos temporários e ausências, exercerá, de pleno direito, suas atribuições, ressalvada a prerrogativa de exercer o voto de qualidade que trata o § 5º do art. 13;

VI – acompanhar, fiscalizar e orientar as ações a cargo da Diretoria Executiva, exigindo o cumprimento das deliberações do CDE;

VII – convocar os membros da Diretoria Executiva, técnicos, empregados ou assessores do SEBRAE/SC, consultores ou convidados a participar das reuniões do CDE, para acompanhar seus trabalhos, prestar contas, esclarecer questões, oferecer subsídios, realizar palestras ou apresentar propostas, sugestões, projetos ou pareceres;

VIII – indicar ao CDE, dentre os dirigentes, servidores ou conselheiros, os representantes do SEBRAE/SC nos órgãos colegiados de instituições nacionais, observado o disposto no inciso XII do art. 13 deste Estatuto;

IX – autorizar a admissão de pessoal, respeitado o que dispuser o Quadro de Pessoal e o Plano de Cargos e Salários aprovados pelo CDE;

X – designar o Secretário das reuniões do CDE, dentre os empregados lotados na Presidência desse colegiado, e prover as funções de confiança da estrutura de seu gabinete;

XI – decidir, *ad referendum* do CDE, quando o recomende a urgência, sobre:

a) alterações do Orçamento Anual do SEBRAE/SC;

b) celebração de acordos, contratos ou convênios e seus respectivos aditivos com entidades internacionais ou estrangeiras;

c) pedidos de afastamento temporário dos membros da Diretoria Executiva, sobre a concessão, ou não, de remuneração quando se tratar de suspensão de contrato de trabalho;

SC 401, Km 01, lote 02
Parque Tecnológico Alfa
João Paulo, Cep: 88030.000
Florianópolis, SC, Brasil
www.sebrae-sc.com.br

TABELIONATO DE NOTAS E OFÍCIO DE
PROTESTO DE TÍTULOS DA CAPITAL SC
Venda de Souza Sales, 12, Belém
Praça Pedro Góes, 50, Tênis, 40, Emissões
Centro - Florianópolis, SC - CEP: 88010-040
Fone: (41) 3241-1100
e-mail: tabelionato@capitalsc.com

---AUTENTICAÇÃO Nº 198633---
Autentico a presente fotocópia por ser
reprodução fiel do original que me foi
apresentado. De que dou fé.
Florianópolis, 05 de janeiro de 2017
ISMAEL ADOLFO DOS SANTOS - Escrevente
Autorizado
Emolumento: R\$ 3,30 + selo: R\$ 1,85 -- Total: R\$ 5,15
Selo Digital de Fiscalização - Se o normal ECA92792-DTPQ
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br



Pedro C. Pirajá Martin
OAB/SC 22101
AJU Assessoria Jurídica
SEBRAE/SC

Homologado pelo CDN em 19.5.26
Assessoria do CDN



d) viagens ao exterior de representação, serviço ou estudo de conselheiros do CDE, membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e convidados do SEBRAE/SC;

e) quaisquer outras situações emergenciais que recomendem decisão cautelar, desde que se trate de matéria relevante, relacionada com a integridade do Sistema SEBRAE e cujo retardamento possa ocasionar dano irreparável ou de difícil reparação.

§ 1º. As decisões do Presidente do CDE previstas no inciso XI deste artigo serão obrigatoriamente submetidas à homologação do CDE na primeira reunião subsequente às mesmas.

§ 2º. Caso as decisões mencionadas no parágrafo anterior sejam revogadas ou alteradas pelo CDE, o que somente poderá ocorrer mediante o voto concorde, no mínimo, de oito (8) conselheiros, cabe ao colegiado regular as relações jurídicas delas decorrentes.

SEÇÃO II DO DIRETOR-SUPERINTENDENTE

Art. 22. Compete ao Diretor-Superintendente:

I – cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, as políticas, diretrizes e prioridades emanadas do CDN e do CDE, as decisões de seus Presidentes, além das resoluções e decisões do CDN, as resoluções do CDE, da Diretoria Executiva do SEBRAE e do próprio SEBRAE/SC, nos termos do art. 17 deste Estatuto;

II – convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

III – baixar os atos e resoluções aprovados pela Diretoria Executiva;

IV – coordenar as ações operacionais desenvolvidas nas áreas de atuação setorial dos demais Diretores;

V – decidir sobre a demissão e demais atos de movimentação de pessoal, bem como processar a admissão, neste caso observados art. 13, inciso XVI, e o art. 21, inciso IX, deste Estatuto;

SC 401, Km 01, lote 02
Parque Tecnológico Alfa
João Paulo. Cep: 88030-000
Florianópolis. SC. Brasil
www.sebrae-sc.com.br

4º TABELIONATO DE NOTAS E 4º OFÍCIO DE
PROTESTO DE TÍTULOS DA CAPITALIS
Vanda de Souza Sales - Tabelião
Praça Pereira Oliveira, 64, Térreo, 4º Edifício
Centro - Florianópolis - SC - CEP: 88010-540
Fone/Fax: (48) 324-5595
e-mail: vanda@sebrae-sc.com.br

---AUTENTICAÇÃO Nº 189633---
Autentico a presente fotocópia por ser
reprodução fiel do original que me foi
apresentado. De que dou fé.
Florianópolis, 05 de Janeiro de 2017
ISMAEL ADOLFO DOS SANTOS - Escrevente
Autorizado
Emolumentos: R\$ 3,30 - selo: R\$ 1,05 - Total: R\$ 4,35
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal ECA92793-9L8N
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br



Pedro C. Pirajá Martins
OAB/SC 28101
AJU Assessoria Jurídica



Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina
Fl. nº 61
Comissão Permanente de Licitação

Estatuto Social do SEBRAE/SC
Homologado pelo CDN em 15/15/16
Assessoria do CDN



Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina
Fl. nº 62
Comissão Permanente de Licitação

VI – prover as funções de confiança previstas na estrutura operacional do SEBRAE/SC, observado o disposto nos incisos IX e X do art. 21 deste Estatuto;

VII – supervisionar e coordenar, em conjunto com os demais Diretores, a elaboração das propostas que devam ser submetidas ao CDE, em especial as previstas nos incisos VIII, X, XI, XVI e XVII do art. 13 deste Estatuto;

VIII – representar o SEBRAE/SC, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, ressalvados os casos em que o Estatuto exija a assinatura de outro Diretor;

IX – assinar, em conjunto com outro Diretor, convênios, contratos, ajustes, cheques, títulos de crédito e quaisquer instrumentos que importem na realização de despesa, na captação de receita, na prestação de garantia ou na compra, alienação ou oneração de bens e direitos.

Parágrafo único. Excepcionalmente, com base em decisão colegiada da Diretoria Executiva, o Diretor-Superintendente poderá delegar suas atribuições a outros Diretores ou a ocupantes de funções de confiança, sem prejuízo de sua responsabilidade.

SEÇÃO III DOS DIRETORES

Art. 23. Compete aos Diretores:

I – cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, as políticas, diretrizes e prioridades emanadas do CDN e do CDE, as decisões de seus Presidentes, além das resoluções e decisões do CDN, as resoluções do CDE, da Diretoria Executiva do SEBRAE e do próprio SEBRAE/SC, nos termos do art. 17 deste Estatuto;

II – participar das reuniões da Diretoria Executiva, podendo solicitar ao Diretor-Superintendente que as convoque;

III – planejar, organizar, dirigir, coordenar, controlar e avaliar as ações das unidades funcionais sob sua supervisão;

IV – indicar ao Diretor-Superintendente as pessoas que exercerão as funções de confiança das unidades funcionais sob sua supervisão;

Assessoria Social do SEBRAE/SC
Funcionário pelo CDN em 19/5/16
Assessoria do CDN

Pedro C. Pirajá Martins
OAB/SC 23101
AJU Assessoria Jurídica
SEBRAE/SC

SC 401, Km 01, lote 02
Parque Tecnológico Alfa
João Paulo, Cep: 88030.000
Florianópolis, SC, Brasil
www.sebrae-sc.com.br

4º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS
PROTESTO DE TÍTULOS DA CAPITAL
Venda de Santa Catarina - Taboão
Fica Pirajá, Carlos E. Torres, at. Emancipação
Cidade - Florianópolis, SC - CEP: 88010-540
Cidade - Florianópolis, SC - CEP: 88010-540
Cidade - Florianópolis, SC - CEP: 88010-540
Cidade - Florianópolis, SC - CEP: 88010-540

---AUTENTICAÇÃO Nº 189833---
Autentico a presente fotocópia por ser
reprodução fiel do original que me foi
apresentado. Do que dou fé.
Florianópolis, 05 de Janeiro de 2017
ISMAEL ADOLFO DOS SANTOS - Escrevente
Autorizado
Emolumentos: R\$ 3,30 + selo: R\$ 1,05 -- Total: R\$ 4,35
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal ECA92794-XISA
Confira os dados do ato em: silo.tjsc.jus.br



Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina

Fl. nº 63

Comissão Permanente de Licitação

V – submeter à apreciação da Diretoria Executiva o seu plano anual de trabalho e correspondente orçamento, bem como suas eventuais alterações;

VI – apresentar à Diretoria Executiva o relatório de acompanhamento semestral das unidades funcionais sob sua supervisão;

VII – acompanhar a execução físico-financeira do Orçamento Anual do SEBRAE/SC.

VIII – assinar, em conjunto com o Diretor-Superintendente, convênios, contratos, ajustes, cheques, títulos de crédito e demais instrumentos que importem na realização de despesa, na captação de receitas, na prestação de garantias ou na compra, alienação ou oneração de bens e direitos;

IX – substituir o Diretor-Superintendente, nos casos de afastamento ou impedimento temporário, observado o disposto no art. 18, § 2º, deste Estatuto.

Parágrafo único. Excepcionalmente, com base em decisão colegiada da Diretoria Executiva, o Diretor poderá delegar suas atribuições a ocupantes de funções de confiança, sem prejuízo de sua responsabilidade.

TÍTULO IV DO PATRIMÔNIO, RENDIMENTOS E REGIME FINANCEIRO

CAPÍTULO I DO PATRIMÔNIO

Art. 24. Constituem patrimônio do SEBRAE/SC, além dos bens e direitos e eventualmente pertencentes ao extinto CEAG/SC, os bens doados à entidade ou por ela adquiridos por força de suas atividades, bem como os resultados econômico-financeiros que venham a ser obtidos.

Art. 25. O SEBRAE/SC goza de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, inclusive em relação a seus associados.

Art. 26. Os bens e direitos do SEBRAE/SC destinar-se-ão exclusivamente à consecução de seus objetivos, admitida a utilização de uns e outros para obtenção de rendimentos, que serão obrigatoriamente aplicados nas atividades e finalidades previstas neste Estatuto.

Art. 26. O SEBRAE/SC goza de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, inclusive em relação a seus associados.

SC 401, Km 01, lote 02
Parque Tecnológico Alfa
João Paulo, Cep: 88030.000
Florianópolis, SC, Brasil
www.sebrae-sc.com.br

4º TABELIONATO DE NOTAS E 4º OFÍCIO DE
PROTESTO DE NOTAS DA CAPITAL/SC
Venda de Notas Salas - Tabelião
Praça Faria Oliveira, 64, Térreo, Ed. Embrasa
Florianópolis, SC - CEP 88010-550
CNPJ nº 06.940.888/0001-00
Fone/Fax: (48) 3224-3168
e-mail: tabeliao1@normal.com

--- AUTENTICAÇÃO Nº 199833 ---

Autentico a presente fotocópia por ser
reprodução fiel do original que me foi
apresentado. Do que dou fé.

Florianópolis, 25 de janeiro de 2017

ISMAEL ADOLFO DOS SANTOS - Escrevente
Autorizado

Emolumentos: R\$ 3,30 + selo: R\$ 1,85 -- Total: R\$ 5,15
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal: E0A92798-LXL5
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br



↗



CAPÍTULO II DOS RENDIMENTOS E DO REGIME FINANCEIRO

Art. 27. Constituem rendimentos do SEBRAE/SC:

I – os valores que lhe sejam transferidos pelo SEBRAE, oriundos da arrecadação do adicional às alíquotas das contribuições sociais relativas às entidades de que trata o art. 1º, do Decreto-Lei nº 2.318, de 30 de dezembro de 1986, conforme estabelecido no art. 8º, § 3º, da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e alterações posteriores, e em outras fontes de receita;

II – as subvenções e auxílios financeiros;

III – o produto da prestação dos seus serviços;

IV – o produto da aplicação dos seus bens patrimoniais e financeiros;

V – as doações recebidas; e;

VI – outras rendas de origens diversas.

Art. 28. Os recursos do SEBRAE/SC, seja qual for sua natureza, independentemente da fonte, serão aplicados integralmente na manutenção de seus objetivos institucionais, vedada a distribuição de qualquer parcela de seu patrimônio, de suas rendas e de eventuais saldos, superávits ou resultados, a qualquer título.

Art. 29. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 30. As propostas de Orçamento Anual e de Plano Plurianual deverão ser apresentadas pela Diretoria Executiva, ao CDE, dentro do prazo fixado pelo CDN nas Diretrizes para Elaboração do Plano Plurianual e do Orçamento Anual.

Art. 31. A prestação de contas anual do SEBRAE/SC, elaborada pela Diretoria Executiva, será encaminhada ao CDE, para apreciação, até o último dia útil do mês de fevereiro de cada ano, acompanhada de pareceres do Conselho Fiscal e da empresa de auditoria independente que presta serviços ao Sistema SEBRAE.

Parágrafo único. A prestação de contas prevista no caput deverá conter:

Homologado pelo CDN em 24.5.16
Assessoria do CDN

SC 401, Km 01, lote 02
Parque Tecnológico Alfa
João Paulo. Cep: 88030.000
Florianópolis .SC .Brasil
www.sebrae-sc.com.br

Pedro C. Pirajá Martins
OAB/SC 22101
AJU Assessoria Jurídica
SEBRAE/SC



---AUTENTICAÇÃO Nº 189833---

Autentico a presente fotocópia por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado. Do que dou fé.
Florianópolis, 05 de Janeiro de 2017

ISMAEL ADOLFO DOS SANTOS - Escrevente

Autorizado

Emolumentos: R\$ 3,30 + selo: R\$ 1,66 - Total: R\$ 4,96

Selo Digital de Fiscalização - Se o normal: EOA92796-7DAR

Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br





Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina
Fl. nº 65
Comissão Permanente de Licitação

- I – relatório de gestão estratégica;
- II – relatório de gestão administrativa;
- III – balanço patrimonial;
- IV – demonstração do resultado do exercício;
- V – demonstrativos da execução orçamentária;
- VI – demais peças exigidas pelo Tribunal de Contas da União.

TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 32. O Presidente e os demais membros do CDE, os membros do Conselho Fiscal, o Diretor-Superintendente, os Diretores e os membros da administração superior do SEBRAE/SC não são responsáveis, isolada ou subsidiariamente, pelas obrigações assumidas pela entidade.

Art. 33. O Presidente e os demais membros do CDE e os membros do Conselho Fiscal não serão remunerados.

Art. 34 – Para fins de ajustamento ao que deliberar o CDN, nos termos do art. 35 do Estatuto do SEBRAE, o presente Estatuto deverá ser alterado para possibilitar a inclusão no quadro de associados do SEBRAE/SC, com direito à participação no CDE, de três (3) entidades cujos estatutos prevejam como exclusivo objeto a representação das microempresas e empresas de pequeno porte, com atuação no Estado de Santa Catarina, respectivamente, nas seguintes áreas:

- I – da indústria;
- II – do comércio e serviços e;
- III – da produção agrícola.

§ 1º – Na hipótese de que trata este artigo, caso sejam admitidos os associados ali referidos, o *quorum* mínimo para realização de reunião e os diversos tipos de *quorum* qualificado de votação do CDE, conforme previsto neste Estatuto, serão adaptados ao número de quinze (15) membros daquele colegiado, mantidas as mesmas proporções estabelecidas neste Estatuto.

Estatuto Social do SEBRAE/SC
Homologado pelo CDN em 19/5/16
Assessoria do CDN

SC 401, Km 01, lote 02
Parque Tecnológico Alfa
João Paulo, Cep: 88030.000
Florianópolis, SC, Brasil
www.sebrae-sc.com.br

Pedro C. Pirajá Martins
OAB/SC 237.01
AJU Assessoria Jurídica
SEBRAE/SC



---AUTENTICAÇÃO Nº 169833---
Autentico a presente fotocópia por ser
reprodução fiel do original que me foi
apresentado. Do qual dou fé.
Florianópolis, 05 de janeiro de 2017
ISMAEL ADOLFO DOS SANTOS - Escrevente
Autorizado
Emolumento: R\$ 3,00 + selo: R\$ 1,65 – Total: R\$ 4,65
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal EOA92797-871E
Confira os dados do ato em: ajto.tjsc.jus.br



§ 2º - A adaptação de que trata o parágrafo anterior poderá ser efetuada por Resolução do CDE.

§ 3º - Caso se apure, em face da adaptação de que trata o parágrafo 1º deste artigo, números fracionados, a Resolução adotará os números inteiros imediatamente superiores aqueles.

Art. 35 - É vedado aos membros do Conselho Deliberativo do SEBRAE/SC ocupar cargos na Diretoria Executiva e vice-versa.

§ 1º. Não podem participar do CDE do SEBRAE/SC, empregado do SEBRAE/SC, cônjuge ou parente até terceiro grau de seus membros ou de membros da Diretoria Executiva.

§ 2º. Não podem participar da Diretoria Executiva, cônjuge ou parente até terceiro grau de seus membros ou de membros do CDE do SEBRAE/SC.

§ 3º. A vedação prevista no §1º somente se aplica nos casos do empregado no exercício do cargo, emprego ou função no SEBRAE/SC, excluindo-se dessa vedação aqueles que, mesmo conservando o vínculo funcional, estejam prestando serviços a outros órgãos, com a concordância do SEBRAE/SC.

Art. 36. A partir de 1º de janeiro de 2010, o Presidente do CDE, os membros deste colegiado e do Conselho Fiscal assim como os membros da Diretoria Executiva, terão mandato de (4) anos, vedada a recondução do Presidente do CDE.

Parágrafo único - O dirigente eleito pelo CDE, no exercício de 2010, para cumprir o restante do mandato iniciado no ano anterior, não será beneficiado pelo disposto no caput deste artigo.

Art. 36-A. A partir do quadriênio 2019/2022, inclusive, os mandatos dos membros dos Conselhos Fiscais dos Sebrae/UF, independentemente de alteração em seus estatutos sociais, terão início no primeiro dia útil de março do ano seguinte ao da data das eleições no Sistema Sebrae, conforme calendário fixado pelo CDN, e expirarão no último dia de fevereiro do quarto ano de sua vigência.

Parágrafo único. Concomitantemente às eleições dos Conselhos Fiscais para o quadriênio 2019/2022, cada Conselho Deliberativo do Sebrae/UF elegerá um

SC 401, Km 01, lote 02
Parque Tecnológico Alfa
João Paulo . Cep: 88030.000
Florianópolis . SC . Brasil
www.sebrae-sc.com.br

Pedro C. Pirajá Martins
OAB/SC 231.01
AJU Assessoria Jurídica
SEBRAE/SC

---AUTENTICAÇÃO Nº 189833---

Autentico a presente fotocópia por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado. Do que dou fé.

Florianópolis, 05 de janeiro de 2017
ISMAEL ADOLFO DOS SANTOS - Escrevente Autorizado

Emolumentos: R\$ 3,30 + selo: R\$ 1,65 -- Total: R\$ 5,15
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal E0A52798-6B42
Confira os dados do selo em selo.tjsc.jus.br



Assessoria do CDN
Assessoria do CDN em 15/1/17
Assessoria do CDN



Conselho Fiscal para um mandato temporário, que terá início no primeiro dia útil do funcionamento do respectivo Sebrae/UF em 2019 e expirará no último dia de fevereiro do mesmo ano.

Art. 37. O mandato de quatro (4) anos não se aplica ao Presidente do CDE, aos membros do Conselho Fiscal e aos membros da Diretoria Executiva que tiverem sido eleitos ou reeleitos para o biênio 2009/2010, nem aos demais membros indicados pelos associados para integrar o CDE em data anterior a 1º de janeiro de 2010.

Art. 38. A vedação de recondução, de que trata o art. 36, não se aplica ao Presidente do CDE que tiver sido eleito para cumprir um primeiro mandato no biênio 2009/2010.

Art. 39. As disposições deste Estatuto, especialmente as previstas nos arts. 12 e 13, no que couberem, aplicar-se-ão aos detentores de mandatos de quatro (4) anos.

Art. 40. Este Estatuto, após sua aprovação pelo CDE e averbação no cartório competente, deverá ser homologado pelo CDN.

Art. 41. O presente Estatuto consolidado entra em vigor após homologação pelo CDN, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 28 de março de 2016.

Sergio Alexandre Medeiros
SERGIO ALEXANDRE MEDEIROS

Presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE/SC

Certifico que o presente Estatuto é parte integrante da Ata de Alteração Estatutária e Estatuto da SEBRAE/SC Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina, registrada sob o nº 44.542 fls 181, Livro A-161 Florianópolis, 27 de setembro de 2016. Luis Cesar Lima da Silva - Escrevente

Pedro C. Pirajá Martins
Pedro C. Pirajá Martins
OAB/SC 23101
AJU Assessoria Jurídica
SEBRAE/SC

Estatuto Social do SEBRAE/SC
Homologado pelo CDN em 19/5/16
[Assinatura]
Assessoria do CDN

SC 401, Km 01, lote 02
Parque Tecnológico Alfa
João Paulo. Cep: 88030.000
Florianópolis. SC. Brasil
www.sebrae-sc.com.br



--- AUTENTICAÇÃO Nº 199833 ---

Autentico a presente fotocópia por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado. Do que dou fé.

Florianópolis, 05 de Janeiro de 2017
ISMAEL ADOLFO DOS SANTOS - Escrevente Autorizado

Emolumentos: R\$ 3,30 + selo: R\$ 1,85 -- Total: R\$ 5,15
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal EOA92799-WIC5
Contra os dados do ato em www.tsc.jus.br



Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina
Fl. nº 68
Comissão Permanente de Licitação

Excelentíssimo(a) SECRETÁRIO ADMINISTRAÇÃO

No uso das atribuições de meu cargo, venho respeitosamente requerer que Vossa Excelência autorize a abertura de procedimento licitatório conforme especificações relacionadas abaixo. A existência de recursos orçamentários foi confirmada pelo parecer contábil expedido pelo setor de contabilidade, estando tudo de acordo com a legislação em vigor.

OBJETO DA LICITAÇÃO: COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS

Processo Adm. nº: 32/2018 **Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Forma de Julgamento: DISPENSA
Forma Pgto. / Reajuste:
P. Entrega/Exec.:
Local de Entrega: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - RUA PARANÁ, 200
Urgência:
Vigência: 12 MESES
Observações:

Convidados:

DOTAÇÕES QUE SERÃO UTILIZADAS:

1-PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

Despesa	Código da Dotação	Descrição da Dotação	Compl. do Elemento	Valor Previsto
6	02.03.2.002.3.3.90.00.00.00.00.00	Manutenção da Secretaria da Administração.	3.3.90.39.99.00.00.00	10.200,00
		Fonte de Recurso : 100 - Recursos Ordinários		
			Total previsto:	10.200,00

ITEM:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Total Previsto
1	2,000	UN	COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS (01-01-29659)	5.100,0000	10.200,00
Total Geral ----->				5.100,0000	10.200,00

Irineópolis, 18 de Abril de 2018.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

Folha: 2/2

CNPJ: 83.102.558/0001-05
RUA PARANA, 200
C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC

Prefeitura Mun. de Irineópolis	
Estado de Santa Catarina	
Fl. nº	69
Comissão	Permanente de Licitação

Irineópolis, 18 de Abril de 2018.

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO

O(a) SECRETÁRIO ADMINISTRAÇÃO, LADEMIR FERNANDO ARCARI, no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigor e suas alterações legais, resolve:

01 - Autorizar a abertura do Processo Administrativo de Licitação Nº 32/2018, na modalidade de Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços.

Irineópolis, 18 de Abril de 2018.


LADEMIR FERNANDO ARCARI
SECRETÁRIO ADMINISTRAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

Folha: 1/1

CNPJ: 83.102.558/0001-05
RUA PARANA, 200
C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO

O(a) Secretário Administração, LADEMIR FERNANDO ARCARI, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor e suas alterações legais, resolve:

01 - Autorizar a abertura do presente processo administrativo de licitação, assim identificado:

A - Processo Nr.: 32/2018
B - Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
C - Forma de Julgamento: DISPENSA
D - Forma Pgto./ Reajuste:
E - Prazo Entrega/Exec.:
F - Local de Entrega: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
G - Urgência:
H - Vigência: 12 MESES
Objeto da Licitação: COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS

J - Observações:

K - Convidados:




02 - Indicação de Recursos - Dotação Orçamentária:

1-PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

Despesa	Código da Dotação	Descrição da Dotação	Compl. do Elemento	Valor Previsto
6	02.03.2.002.3.3.90.00.00.00.00	Manutenção da Secretaria da Administração.	3.3.90.39.99.00.00.00	10.200,00
Fonte de Recurso : 100 - Recursos Ordinários				
Total Previsto :				10.200,00

Irineópolis, 18 de Abril de 2018.


Lademir Fernando Arcari
Secretário de Administração

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

Folha: 1/1

CNPJ: 83.102.558/0001-05
RUA PARANA, 200
C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC

PARECER CONTÁBIL



Em atenção a solicitação do setor de compras e licitações para verificar a existência de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do objeto especificado abaixo, certifico que:

- ☒ - HÁ recursos orçamentários para pagamento das obrigações conforme dotação(ões) especificada(s) abaixo;
☐ - NÃO HÁ recursos orçamentários para pagamento das obrigações;
☐ - Despesas Extra Orçamentárias.

DADOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO:

Nr. Processo Adm. / Ano: 32/2018
Data do Processo Adm.: 18/04/2018
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Objeto do Processo Adm.: COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS

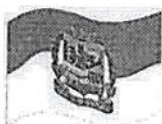
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

Cod.Red.	Un.Orç.	Proj./Ativ.	Elemento Despesa	Compl.do Elemento	Saldo Disponível	Valor Previsto
6	02.03	2.002	3.3.90.00.00.00.00.00	3.3.90.39.99.00.00.00	358.112,78	10.200,00
					Total Previsto:	10.200,00

					Total Geral:	10.200,00
--	--	--	--	--	--------------	-----------

Irineópolis, Em 18.04.18.


Assinatura do Responsável



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111
www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br
IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina

Fl. nº

Comissão Permanente de Licitação

PORTARIA Nº 068/2018, de 28 de fevereiro de 2018.

REFORMULA A COMPOSIÇÃO NOMINATIVA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão **JULIANO POZZI PEREIRA**, usando da competência que lhe confere o artigo 65, inciso VII e parágrafo único do artigo 104 da lei Orgânica do Município, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, combinado com o artigo 51, § 4º da Lei nº 8.666/93, de 21.06.93, consolidada,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica reformulada a composição nominativa da Comissão Permanente de Licitações da Administração Direta e Indireta, a qual passará a atuar com a seguinte composição:

Presidente:

Patrícia Fabiane Fronczak

Secretário:

Lucio Flavio Lima

Membros:

Andressa Bendlin
Cassiana Lais Brand Rodrigues
Cristiane Kruger
Maria Laura Binder Lima
Reinaldo Stasiak

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de 01/03/2018, ficando revogada a Portaria nº 299/2017 de 25/08/2017 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 28 de Fevereiro de 2018.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro - Cep 89440-000 - Fone/Fax (47) 3625.1111

www.irineopolis.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

IRINEÓPOLIS - SANTA CATARINA

Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina

Fl. nº

13

Comissão Permanente de Licitação

PORTARIA Nº. 123/2017.

DELEGA COMPETÊNCIAS AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e, amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - DELEGAR a LADEMIR FERNANDO ARCARI servidor ocupante do cargo político de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO**, competência para praticar todos os atos necessários a boa condução dos serviços afetos a sua pasta funcional, previstos nos artigos 12, 13, 14, 15 e 16 da Lei Complementar nº 007/2001, de 15/10/2001, relativas ao planejamento, execução e controle das atividades administrativas da estrutura organizacional, com autoridade funcional e faculdades para delegar competência, suprimindo a Administração Pública Municipal de recursos humanos e materiais, podendo para tanto deferir, indeferir, aprovar, rejeitar, corrigir, revisar, anular, celebrar e firmar termos de contratos e convênios em nome do Município, atos de Pessoal, Processos Licitatórios, autorizar o licenciamento, homologar e assinar todos os documentos relativos as atividades executadas pela Secretaria Municipal da Administração.

Parágrafo único: Não se incluem no rol de delegações constantes do *caput* deste artigo, sendo, portanto, vedadas, as competências relativas ao empenhamento de despesas, sua liquidação e a emissão de ordens de pagamento;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 05 de Abril de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE IRINEOPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

Prefeitura Mun. de Irineópolis Estado de Santa Catarina
Fl. nº <u>74</u>
Comissão Permanente de Licitação

LEI N.R. 863 / 97.

CRIA O ORGAO DE DIVULGAÇÃO OFICIAL DOS ATOS MUNICI-
PAIS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

DALMO EDSON SFAIR, Prefeito Municipal de Irineopolis, Es-
tado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Municipio, que a
Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Artigo 1o. - Fica atraves da presente Lei instituido como orgão de di-
vulgação oficial dos atos municipais o **MURAL PUBLICO MUNI-
CIPAL**, instalado na sala de entrada principal do predio da
Prefeitura Municipal de Irineopolis, sita a Rua Parana, nr.
200, nesta cidade de Irineopolis (SC).

Paragrafo unico - Serão obrigatoriamente afixados no Mural
objeto do artigo 1o. da presente Lei todos os atos adminis-
trativos do Poder Executivo Municipal, bem como dos demais
orgãos da administração direta, tais como Leis, Decretos,
Portarias, Contratos, Convênios, Editais, etc., ou qual-
quer outra materia que verse sobre assuntos de interes-
se da municipalidade, bem como da população em geral.

Artigo 2o. - Sera de responsabilidade da Secretaria da Administração e
Finanças do Municipio, a afixação, manutenção, retirada e
guarda dos documentos afixados no Mural Publico Municipal.

Artigo 3o. - Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4o. - Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Irineopolis, 18 de junho de 1997.


DALMO EDSON SFAIR
Prefeito Municipal

Esta Lei foi devidamente registrada e publicada nesta Se-
cretaria, na mesma data.


OSCAR EUGENIO GROSSL
Secretario da Administração e Finanças



89440-000

Prefeitura Municipal de Irineópolis

CGCMF 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200 - Fones 0XX 47 625-1111 - Fax 625-1144 - e-mail: pmi@newage.com.br

IRINEÓPOLIS

SANTA CATARINA

Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina
Fl. nº 15
Comissão Permanente de Licitação

LEI Nº 1.018/01 de 11 de abril de 2001.

“ESTABELECE O MURAL PÚBLICO MUNICIPAL COMO IMPRENSA OFICIAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

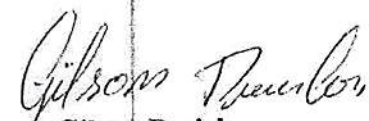
GILSON PREISLER, Prefeito Municipal em exercício de Irineópolis,
Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara aprovou e
eu sanciono a seguinte

LEI

- Art. 1º - Para efeito de atendimento ao inciso XIII, do artigo 6º da Lei nº 8666/93 consolidada, define-se como Imprensa Oficial do Município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, o Mural Público Municipal, conforme Lei nº 863/97.
- Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Irineópolis, 11 de abril de 2001.


Gilson Preisler
Prefeito Municipal em exercício



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro. Cep 89440-000
Fone/Fax (47) 625.1111 E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br
IRINEÓPOLIS – SANTA CATARINA

Prefeitura Mun. de Irineópolis Estado de Santa Catarina
Fl. nº 16
A

LEI Nº 1392/08, DE 29 DE OUTUBRO DE 2008.

“INSTITUI O DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA COMO ÓRGÃO DE PUBLICAÇÃO OFICIAL”.

WANDERLEI LEZAN, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e Eu sanciono a seguinte,

LEI

Art. 1º - Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos processuais e administrativos.

Parágrafo único. O Diário Oficial dos Municípios de que trata esta Lei, substitui a publicação impressa e será veiculado gratuitamente no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores – Internet.

Art. 2º - A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra- Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

Art. 3º - Os prazos, para todos os efeitos, serão contados a partir da data da publicação do Diário Oficial dos Municípios no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Art. 4º - O chefe do Poder Executivo regulamentará a implantação do Diário Oficial dos Municípios e indicará a data em que iniciará sua veiculação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 29 de outubro de 2008.


WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

Folha: 1/1

CNPJ: 83.102.558/0001-05
RUA PARANA, 200
C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC



PARECER CONTÁBIL

Em atenção a solicitação do setor de compras e licitações para verificar a existência de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do objeto especificado abaixo, certifico que:

- [☒] - HÁ recursos orçamentários para pagamento das obrigações conforme dotação(ões) especificada(s) abaixo;
[☐] - NÃO HÁ recursos orçamentários para pagamento das obrigações;
[☐] - Despesas Extra Orçamentárias.

DADOS DO PROCESSO DE COMPRA:

Processo Administrativo: 32/2018
Número Processo / Ano: 32/2018
Data do Processo: 18/04/2018
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Objeto do Processo: COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

Cod.Red.	Un.Orç.	Proj./Ativ.	Elemento Despesa	Compl.do Elemento	Saldo Dotação	Valor Previsto
6	02.03	2.002	3.3.90.00.00.00.00.00	3.3.90.39.99.00.00.00	358.112,78	10.200,00
					Total Previsto:	10.200,00
					Total Geral:	10.200,00

Irineópolis, Em 18.04.18


Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
Relação da Despesa Com Saldo Atual

Exercício de 2018

Página: 1/1

Código reduzido	Dotação	Descrição elemento	Educação	Pessoal	Saldo Bloqueado	Saldo Atual
Órgão:	02	PODER EXECUTIVO				
Unidade:	03	SECRETARIA DA ADMINISTRACAO				
Proj./Ativ.	2.002	Manutenção da Secretaria da Administração.				
4	3.1.90.00.00.00.00.00 0100	Aplicacoes Diretas	Não	Sim	0,00	610.422,16
5	3.3.50.00.00.00.00.00 0100	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fin:	Não	Não	0,00	164.698,00
6	3.3.90.00.00.00.00.00 0100	Aplicacoes Diretas	Não	Não	47.202,00	355.986,14
9	4.4.90.00.00.00.00.00 0100	Aplicacoes Diretas	Não	Não	0,00	10.506,00
Total do Projeto/Atividade:						1.141.612,30
Total da Unidade:						1.141.612,30
Total do Órgão:						1.141.612,30
Total Geral:						1.141.612,30





Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro. Cep 89440-000.
Fone/Fax (47) 625.1111 E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina
Fl. nº 19
Comissão Permanente de Licitação

PROCESSO LICITATORIO Nº 32/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2018 JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Caracterização da Situação: – O Município de Irineópolis, com este projeto tem o objetivo de preparar as Micro e Pequenas Empresas para que possam participar das vendas para organismos governamentais, sabendo usufruir dos benefícios que lhe são concedidos da melhor forma possível, garantindo sucesso no seu negócio e operando sem riscos; Demonstrar que as compras públicas podem impulsionar a economia local/regional; Cumprimento da Lei nº 123/06.

Objeto:

- 1) **COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS:**

ENCONTRO 1 – LICITAÇÃO: UMA NOVA OPORTUNIDADE PARA O SEU NEGÓCIO;

ENCONTRO 2 – A MPE NA LICITAÇÃO PÚBLICA – CONHECER AS LEIS PARA CONTROLAR OS RISCOS;

ENCONTRO 3 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE I;

ENCONTRO 4 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE II;

ENCONTRO 5 – ENCONTRANDO NOVAS OPORTUNIDADES PARA O SEU NEGÓCIO.

- 2) **COMPRAS GOVERNAMENTAIS – COM A APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS:**

ENCONTRO 1 – A PREPARAÇÃO PARA A LICITAÇÃO.

ENCONTRO 2 – ÓRGÃOS FISCALIZADORES, BASES LEGAIS E INSTRUMENTOS NA LICITAÇÃO PÚBLICA.

ENCONTRO 3 – DOS INSTRUMENTOS INDISPENSÁVEIS NA ELABORAÇÃO DE EDITAIS QUE PROMOVAM OS BENEFÍCIOS DA LEI Nº 123/06.

ENCONTRO 4 – CONHECER PARA APLICAR OS BENEFÍCIOS EXCLUSIVOS DA MPE (ARTIGO 47 E 48)

ENCONTRO 5 – COMO APLICAR O EMPATE FICTO E TRATAR DA REGULARIDADE FISCAL EM TODAS AS MODALIDADES.

- 3) **PALESTRA PARA MEI'S – FORMALIZAÇÃO MEI;**

- 4) **OFICINAS – CAPACITAÇÃO MEI'S.**

O valor a ser pago a empresa contratada no total de 02 parcelas, de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais) mensais, perfazendo um total de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais). O pagamento das parcelas será efetuado até o dia 30 de cada mês, sendo o primeiro pagamento no mês de maio.

Razão da Escolha: A escolha da empresa **SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC – SEBRAE** dá-se pelo fato da mesma, já prestar serviços de aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte, se enquadrando no objeto descrito.

Dotação orçamentária: Projeto Atividade – 2002 – Manutenção da Secretaria da Administração – 3.3.90.00.00.00.00.0100 – Aplicações Diretas.

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, XIII, da Lei 8.666/93.

É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.
Irineópolis, 18 de abril de 2018.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PATRICIA FABIANE FRONCZAK
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Portaria nº 68/2018

Lucio Flávio Lima
Secretário da Comissão de Licitação

MEMBRO
Reinaldo Stasiak

MEMBRO
Cassiana Lais Brand

MEMBRO
Andressa Bendlin

MEMBRO
Maria Laura Binder Lima

MEMBRO
Cristiane Kruger



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro. Cep 89440-000.
Fone/Fax (47) 625.1111 E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina
Fl. nº <u>80</u>
Comissão Permanente de Licitação

PROCESSO LICITATORIO Nº 32/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2018

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Ex.mo Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 24, *inciso XIII – “na contratação de instituição brasileira incumbida regional ou estatuatariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável e não tenha fins lucrativos”*, declaram a dispensa de licitação, para a Contratação da empresa **SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC – SEBRAE**, com o objetivo de preparar as Micro e Pequenas Empresas para que possam participar das vendas para organismos governamentais, sabendo usufruir dos benefícios que lhe são concedidos da melhor forma possível, garantindo sucesso no seu negócio e operando sem riscos; Demonstrar que as compras públicas podem impulsionar a economia local/regional; Cumprimento da Lei nº 123/06.

A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo, sendo que em relação ao preço, o mesmo se apresenta compatível com o mercado.

Nos termos do art. 109, da Lei n.º 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso ou representação.

Irineópolis (SC), 18 de abril de 2018.

PATRICIA FABIANE FRONCZAK
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Portaria nº 68/2018

Lucio Flávio Lima
Secretário da Comissão de Licitação

MEMBRO
Reinaldo Stasiak

MEMBRO
Cassiana Lais Brand

MEMBRO
Andressa Bendlin

MEMBRO
Maria Laura Binder Lima

MEMBRO
Cristiane Kruger



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro. Cep 89440-000.
Fone/Fax (47) 625.1111 E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

Prefeitura Mun. de Irineópolis Estado de Santa Catarina
Fl. nº <u>81</u>
Comissão Permanente de Licitação

PROCESSO LICITATORIO Nº 32/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2018

DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL

Objeto:

1) COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS:

ENCONTRO 1 – LICITAÇÃO: UMA NOVA OPORTUNIDADE PARA O SEU NEGÓCIO;

ENCONTRO 2 – A MPE NA LICITAÇÃO PÚBLICA – CONHECER AS LEIS PARA CONTROLAR OS RISCOS;

ENCONTRO 3 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE I;

ENCONTRO 4 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE II;

ENCONTRO 5 – ENCONTRANDO NOVAS OPORTUNIDADES PARA O SEU NEGÓCIO.

2) COMPRAS GOVERNAMENTAIS – COM A APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS:

ENCONTRO 1 – A PREPARAÇÃO PARA A LICITAÇÃO.

ENCONTRO 2 – ÓRGÃOS FISCALIZADORES, BASES LEGAIS E INSTRUMENTOS NA LICITAÇÃO PÚBLICA.

ENCONTRO 3 – DOS INSTRUMENTOS INDISPENSÁVEIS NA ELABORAÇÃO DE EDITAIS QUE PROMOVAM OS BENEFÍCIOS DA LEI Nº 123/06.

ENCONTRO 4 – CONHECER PARA APLICAR OS BENEFÍCIOS EXCLUSIVOS DA MPE (ARTIGO 47 E 48)

ENCONTRO 5 – COMO APLICAR O EMPATE FICTO E TRATAR DA REGULARIDADE FISCAL EM TODAS AS MODALIDADES.

3) PALESTRA PARA MEI'S – FORMALIZAÇÃO MEI;

4) OFICINAS – CAPACITAÇÃO MEI'S.

Aprovo a justificativa, constante do procedimento administrativo em epígrafe, nos termos do art. 24, XIII, da Lei 8.666/93, declarando a dispensa de licitação para a contratação da empresa **SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC – SEBRAE** para Execução do Projeto: **COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS.**

O preço se apresenta compatível com o mercado.

Cumpra-se.

Irineópolis (SC), 18 de abril de 2018.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro. Cep 89440-000.
Fone/Fax (47) 625.1111 E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina
Fl. nº 82
Comissão Permanente de Licitação

MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 32/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 03/2018

Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC – SEBRAE.

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato representado pelo Senhor Lademir Fernando Arcari, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Secretário da Administração, residente e domiciliado a Rua Santa Catarina, 365, no Centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 513.968.909-04 e portador da cédula de identidade n.º 25/R 1.512.462-SSP/SC, de acordo com a Portaria nº 123/2017, de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC – SEBRAE, estabelecida na Avenida Rio Branco, nº 611, Ed Empreendedor, Centro, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88.015-200, CNPJ nº 82.515.859/0001-06, pelo seu representante, Sr., sob nº de CPF e RG, de ora em diante denominada de Contratado, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 32/2018, modalidade Dispensa de Licitação nº 03/2018, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO E PREÇOS

Este contrato tem origem no PROCESSO LICITATÓRIO N.º 32/2018, DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 03/2018, e tem por objeto a prestação de serviços, conforme a seguir discriminado;

Parágrafo Primeiro - O presente instrumento tem por objetivo :

1) COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS:

ENCONTRO 1 – LICITAÇÃO: UMA NOVA OPORTUNIDADE PARA O SEU NEGÓCIO;
ENCONTRO 2 – A MPE NA LICITAÇÃO PÚBLICA – CONHECER AS LEIS PARA CONTROLAR OS RISCOS;
ENCONTRO 3 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE I;
ENCONTRO 4 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE II;
ENCONTRO 5 – ENCONTRANDO NOVAS OPORTUNIDADES PARA O SEU NEGÓCIO.

2) COMPRAS GOVERNAMENTAIS – COM A APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS:

ENCONTRO 1 – A PREPARAÇÃO PARA A LICITAÇÃO.
ENCONTRO 2 – ÓRGÃOS FISCALIZADORES, BASES LEGAIS E INSTRUMENTOS NA LICITAÇÃO PÚBLICA.
ENCONTRO 3 – DOS INSTRUMENTOS INDISPENSÁVEIS NA ELABORAÇÃO DE EDITAIS QUE PROMOVAM OS BENEFÍCIOS DA LEI Nº 123/06.
ENCONTRO 4 – CONHECER PARA APLICAR OS BENEFÍCIOS EXCLUSIVOS DA MPE (ARTIGO 47 E 48)
ENCONTRO 5 – COMO APLICAR O EMPATE FICTO E TRATAR DA REGULARIDADE FISCAL EM TODAS AS MODALIDADES.

3) PALESTRA PARA MEI'S – FORMALIZAÇÃO MEI; 4) OFICINAS – CAPACITAÇÃO MEI'S.

Conforme solicitado através do Ofício nº. 278/2018, pelo Sr. Lademir Fernando Arcari – Secretário Municipal da Administração e deferido pelo Sr. Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em 02 parcelas, de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais) mensais, perfazendo um total de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais). O pagamento das parcelas será efetuado até o dia 30 de cada mês, sendo o primeiro pagamento no mês de maio após apresentação de relatório das atividades exercidas, aprovado pela Secretaria da Administração, e emissão do respectivo documento fiscal. No documento fiscal deverá ser discriminando o objeto contratado e o número do respectivo contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro. Cep 89440-000.
Fone/Fax (47) 625.1111 E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina
Fl. nº 83
Comissão Permanente de Licitação

Pela execução do objeto ora contratado, a CONTRATANTE, pagará a CONTRATADA, o valor contratual em 02 parcelas, de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais) mensais, perfazendo um total de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais).

CLÁUSULA QUARTA – RECURSOS FINANCEIROS

Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto deste Contrato, serão empregadas as seguintes dotações orçamentárias:

→ Projeto Atividade – 2002 – Manutenção da Secretaria da Administração – 3.3.90.00.00.00.00.0100 – Aplicações Diretas.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

O preço contratado não sofrerá reajustes.

CLAUSULA SEXTA - DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Constituem direitos do CONTRATANTE, receber o objeto deste contrato, nas condições avençadas, e da CONTRATADA, perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- Efetuar o pagamento na forma e prazos ajustados;
- Dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do contrato;
- Fornecer informações úteis, boas e necessárias à perfeita execução do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes da execução do presente contrato;
- Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, sob pena de rescisão contratual;
- Responsabilizar-se pela boa qualidade do objeto contratado, obrigando-se a executar o Contrato nos exatos termos e condições do que foi avençado;
- Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor,
- Permitir que os prepostos da CONTRATANTE inspecionem, a qualquer tempo e hora, a fiscalização do objeto contratado, fornecendo as informações, esclarecimentos e demais elementos necessários.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O presente Contrato não será, de nenhuma forma e por nenhum motivo, considerado como fundamento para a constituição de vínculo trabalhista, responsabilização solidária ou subsidiária, entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tudo nos termos do que determina o § 1º do art. 71, da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO QUARTO. Nos termos da legislação vigente, o CONTRATANTE pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do Contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar, caso a execução não seja comprovadamente a estipulada neste termo contratual, indenizando a CONTRATADA pelos serviços até então prestados.

PARÁGRAFO QUINTO. O CONTRATANTE reserva-se no direito de adjudicar os serviços ora contratados no todo ou em parte, de acordo com a sua disponibilidade financeira e necessidade, sem que caiba à CONTRATADA direito de indenização.

CLÁUSULA SETIMA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A supervisão na execução do objeto ora contratado, bem como a fiscalização na prestação dos serviços, será de competência e responsabilidade da Secretaria Municipal da Administração, através de servidor ou comissão designada para este fim, a quem caberá verificar se estão sendo cumpridos os termos deste Contrato.

PARAGRAFO ÚNICO. A fiscalização exercida pela Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

CLAUSULA OITAVA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL.

Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a previa defesa, aplicar a CONTRATADA as sanções previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93, sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

CLAUSULA NONA - RESCISÃO



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro. Cep 89440-000.
Fone/Fax (47) 625.1111 E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

Prefeitura Mun. de Irineópolis Estado de Santa Catarina
Fl. nº <u>84</u>
Comissão Permanente de Licitação

O presente contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados nos Artigos 78 e seguintes da Lei n.º 8.666/93, especialmente no caso de inexecução total ou parcial do mesmo.

PARÁGRAFO ÚNICO. O presente contrato poderá ser denunciado por qualquer das partes, sem ônus, desde que haja notificação escrita prévia à outra parte de, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

Este contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, e pelos Preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

Parágrafo Primeiro: O presente instrumento contratual é realizado com dispensa de licitação por tratar-se de situação de emergência, regendo-se pelas disposições expressas no art. 24, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, *“na contratação de instituição brasileira incumbida regional ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável e não tenha fins lucrativos;”* e Declaração de Dispensa de Licitação, e pelos preceitos de Direito Público aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o Contratante e a Contratada será feita através de Protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência deste Contrato terá início na data de sua assinatura e termino em 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, e dos Princípios Gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o presente contrato terá seu extrato publicado no Órgão Oficial do Município, pelo CONTRATANTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, parágrafo 1º da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este Contrato vincula-se ao PROCESSO LICITATÓRIO N.º 32/2018, DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 03/2018, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei n.º 8.666/93 consolidada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro. Cep 89440-000.
Fone/Fax (47) 625.1111 E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina
Fl. nº <u>85</u>
Comissão Permanente de Licitação

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÕES

Este contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União - SC, para dirimir questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), ____ de _____ de 2018.

Município de Irineópolis
Juliano Pozzi Pereira
Contratante

Contratado

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro. Cep 89440-000.
Fone/Fax (47) 625.1111 E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina
Fl. nº 86
Comissão Permanente de Licitação

Irineópolis (SC), 18 de abril de 2018.

PARECER JURÍDICO

Assunto: Processo Licitatório nº. 32/2018, Dispensa de Licitação nº. 03/2018.

Objeto:

1) **COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS:**

ENCONTRO 1 – LICITAÇÃO: UMA NOVA OPORTUNIDADE PARA O SEU NEGÓCIO;

ENCONTRO 2 – A MPE NA LICITAÇÃO PÚBLICA – CONHECER AS LEIS PARA CONTROLAR OS RISCOS;

ENCONTRO 3 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE I;

ENCONTRO 4 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE II;

ENCONTRO 5 – ENCONTRANDO NOVAS OPORTUNIDADES PARA O SEU NEGÓCIO.

2) **COMPRAS GOVERNAMENTAIS – COM A APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS:**

ENCONTRO 1 – A PREPARAÇÃO PARA A LICITAÇÃO.

ENCONTRO 2 – ÓRGÃOS FISCALIZADORES, BASES LEGAIS E INSTRUMENTOS NA LICITAÇÃO PÚBLICA.

ENCONTRO 3 – DOS INSTRUMENTOS INDISPENSÁVEIS NA ELABORAÇÃO DE EDITAIS QUE PROMOVAM OS BENEFÍCIOS DA LEI Nº 123/06.

ENCONTRO 4 – CONHECER PARA APLICAR OS BENEFÍCIOS EXCLUSIVOS DA MPE (ARTIGO 47 E 48)

ENCONTRO 5 – COMO APLICAR O EMPATE FICTO E TRATAR DA REGULARIDADE FISCAL EM TODAS AS MODALIDADES.

3) **PALESTRA PARA MEI'S – FORMALIZAÇÃO MEI;**

4) **OFICINAS – CAPACITAÇÃO MEI'S.**

Por força do disposto no art. 38, VI da lei nº 8.666/93, foi remetido a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer, o procedimento licitatório, modalidade dispensa de licitação nº. 32/2018, instruído com os seguintes documentos:

1 – Caracterização da Situação, Descrição do Objeto e Justificativa de Dispensa;

2 – Razão da Escolha;

3 – Fundamento Legal da Contratação;

4 – Justificativa de preço;

5 – Documentação apresentada.

O Município de Irineópolis, com este projeto tem o objetivo de preparar as Micro e Pequenas Empresas para que possam participar das vendas para organismos governamentais, sabendo usufruir dos benefícios que lhe são concedidos da melhor forma possível, garantindo sucesso no seu negócio e operando sem riscos.

O caso “in” concreto trazido no presente procedimento enquadra-se no art. 24 caput e inciso XIII da Lei nº 8666/93 que dispõe sobre hipótese de dispensa de licitação em caso de inviabilidade de competição.

Por fim, no que tange as minutas que acompanham o presente procedimento, observa-se que estas estão de acordo com a legislação pertinente, atendendo aos requisitos por ela exigidos: art. 24, caput e inciso XIII, art. 26; art. 38 e SS.; art. 55, entre outros, todos da Lei 8666/93.

Isto posto, estando o presente processo formalmente em ordem, opino pela possibilidade da contratação direta com a empresa em questão, desde que, para formalização do contrato se observe as regras contidas no Diploma Licitacional, bem como se exija toda a documentação referente a habilitação, a saber: Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, com as alterações. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. Prova de Regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa), emitida nos termos da Portaria MF nº 358, de 05/09/2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17/10/2014; Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual; Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei; Certificado de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitido pela Justiça do Trabalho. Certidão negativa de falência ou concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da empresa proponente e Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício fiscal.

Derradeiramente, anoto que está o presente processo condicionado a análise, apreciação e aprovação da autoridade superior.

É o parecer. s.m.j.

Ana Maria Onevetch
Advogada - OAB/SC 45.815A

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS**

CNPJ: 83.102.558/0001-05
RUA PARANA, 200
C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 3/2018 - DL**

Processo Administrativo: 32/2018
Processo de Licitação: 32/2018
Data do Processo: 18/04/2018

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 32/2018



A Comissão Permanente de Licitação, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 068/2018, de 01/03/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 26/04/2018, às 09:00 horas, no endereço, RUA PARANA, 200, Irineópolis-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 3/2018-DL na modalidade Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado.

Objeto da Licitação:

**COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E
REDUZIR RISCOS**

Irineópolis, 19 de Abril de 2018.


PATRICIA FABIANE FRONCZAK
Presidente da Comissão de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

CNPJ: 83.102.558/0001-05
RUA PARANA, 200
C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 3/2018 - DL

Processo Administrativo: 32/2018
Processo de Licitação: 32/2018
Data do Processo: 18/04/2018

Folha: 1/1 Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina
Fl. nº 88
Comissão Permanente de Licitação

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

1 - PARTICIPAÇÃO:

A presente licitação reger-se-á pelas normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, podendo participar todas as pessoas físicas ou jurídicas estabelecidas no país, desde que satisfaçam as condições deste instrumento.

no protocolo desta instituição.

2 - OBJETO DA LICITAÇÃO:

COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS

3 - ITENS DO PROCESSO:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	2,000	UN	COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS (01-01-29659)

Declaramos para os fins da Lei Nr. 8.666/93, que foi publicado e afixado no mural oficial desta instituição, a partir das 09:00 horas do dia 19.04.18, até às 17:00 horas do dia 19.04.18.

Irineópolis, 19 de Abril de 2018.

PATRICIA FABIANE FRONCZAK
Presidente da Comissão de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

Relação das Publicações do Processo



Sequência	Nome do Veículo de Publicação	Data Publicação	Tipo de Publicação
Processo / Ano: 32/2018 Licitação: 3/2018 - DL Data do Processo: 18/04/2018			
1	DOM/SC	19/04/2018	Edital/Justificativa
2	IMPrensa NACIONAL	19/04/2018	Edital/Justificativa
3	FUNDO DE MATERIAIS E PUBLICAÇÃO	19/04/2018	Edital/Justificativa
4	JORNAL O IGUAÇU	19/04/2018	Edital/Justificativa
5	MURAL PUBLICO	19/04/2018	Edital/Justificativa
6	SITE MUNICIPIO	19/04/2018	Edital/Justificativa

Prefeitura Mun. de Irineópolis Estado de Santa Catarina
Fl. nº <u>90</u>
Comissão Permanente de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 32/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 03/2018
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Ex.mo Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 24, inciso XIII – “na contratação de instituição brasileira incumbida regional ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável e não tenha fins lucrativos”, declaram a dispensa de licitação, para a Contratação da empresa SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC – SEBRAE, com o objetivo de preparar as Micro e Pequenas Empresas para que possam participar das vendas para organismos governamentais, sabendo usufruir dos benefícios que lhe são concedidos da melhor forma possível, garantindo sucesso no seu negócio e operando sem riscos. A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo, sendo que em relação ao preço, o mesmo se apresenta compatível com o mercado. Nos termos do art. 109, da Lei n.º 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso ou representação.

Irineópolis (SC), 18 de abril de 2018.

PATRICIA FABIANE FRONCZAK
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Portaria nº 68/2018

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 32/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 03/2018
DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL



Objeto: COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS: ENCONTRO 1 – LICITAÇÃO: UMA NOVA OPORTUNIDADE PARA O SEU NEGÓCIO; ENCONTRO 2 – A MPE NA LICITAÇÃO PÚBLICA – CONHECER AS LEIS PARA CONTROLAR OS RISCOS; ENCONTRO 3 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE I; ENCONTRO 4 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE II; ENCONTRO 5 – ENCONTRANDO NOVAS OPORTUNIDADES PARA O SEU NEGÓCIO. Aprovo a justificativa, constante do procedimento administrativo em epígrafe, nos termos do art. 24, XIII, da Lei 8.666/93, declarando a dispensa de licitação para a contratação da empresa SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC – SEBRAE para Execução do Projeto: COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS. O preço se apresenta compatível com o mercado. Cumpra-se. Irineópolis (SC), 18 de abril de 2018.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 32/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 03/2018
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Prefeitura Mun. de Irineópolis Estado de Santa Catarina
Fl. nº <u>99</u>
<u>A</u>
Comissão Permanente de Licitação

Caracterização da Situação: – O Município de Irineópolis, com este projeto tem o objetivo de preparar as Micro e Pequenas Empresas para que possam participar das vendas para organismos governamentais, sabendo usufruir dos benefícios que lhe são concedidos da melhor forma possível, garantindo sucesso no seu negócio e operando sem riscos. Objeto: COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS: ENCONTRO 1 – LICITAÇÃO: UMA NOVA OPORTUNIDADE PARA O SEU NEGÓCIO; ENCONTRO 2 – A MPE NA LICITAÇÃO PÚBLICA – CONHECER AS LEIS PARA CONTROLAR OS RISCOS; ENCONTRO 3 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE I; ENCONTRO 4 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE II; ENCONTRO 5 – ENCONTRANDO NOVAS OPORTUNIDADES PARA O SEU NEGÓCIO. O valor a ser pago a empresa contratada no total de 02 parcelas, de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais) mensais, perfazendo um total de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais). O pagamento das parcelas será efetuado até o dia 30 de cada mês, sendo o primeiro pagamento no mês de maio. Razão da Escolha: A escolha da empresa SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC – SEBRAE dá-se pelo fato da mesma, já prestar serviços de aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte, se enquadrando no objeto descrito. Dotação orçamentária: Projeto Atividade – 2002 – Manutenção da Secretaria da Administração – 3.3.90.00.00.00.00.0100 – Aplicações Diretas. Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, XIII, da Lei 8.666/93. É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência. Irineópolis, 18 de abril de 2018.

PATRICIA FABIANE FRONCZAK
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Portaria nº 68/2018



Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina

[\(1\)](#)[Página inicial \(/site/\) / Atos \(/site/?r=ato/index\) / 1596906](#)

Informações do ato

Nº1596906

[Editar \(/site/?r=ato/update&id=1596906\)](#)[Excluir](#)

Aviso do Administrador	Nenhuma mensagem
Nome	Prefeitura municipal de Irineópolis
Usuário	Andressa Bendlin
Situação	Novo
Data de Cadastro	18/04/2018 13:53:06
Data de Atualização	18/04/2018 13:53:10
Data de Publicação	19/04/2018
Categoria	Licitações
Título	PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2018 - JUSTIFICATIVA
Arquivo Fonte do Ato	1524070390 dispensa n 032018 sebrae justificativa.doc https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/arquivosbd/atos/1524070390 dispensa n 032018 sebrae justificativa.doc
Conteúdo	<p>ESTADO DE SANTA CATARINA</p> <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS</p> <p>PROCESSO LICITATÓRIO N.º 32/2018</p> <p>DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 03/2018</p> <p>JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO</p> <p>Caracterização da Situação: – O Município de Irineópolis, com este projeto tem o objetivo de preparar as Micro e Pequenas Empresas para que possam participar das vendas para organismos governamentais, sabendo usufruir dos benefícios que lhe são concedidos da melhor forma possível, garantindo sucesso n seu negócio e operando sem riscos. Objeto: COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS: ENCONTRO 1 – LICITAÇÃO: UMA NOVA OPORTUNIDADE PARA O SEU NEGÓCIO; ENCONTRO 2 – A MPE NA LICITAÇÃO PÚBLICA – CONHECER AS LEIS PARA CONTROLAR OS RISCOS; ENCONTRO 3 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE I; ENCONTRO 4 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE II; ENCONTRO 5 – ENCONTRANDO NOVAS OPORTUNIDADES PARA O SEU NEGÓCIO. O valor a ser pago a empresa contratada no total de 02 parcelas, de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais) mensais, perfazendo um total R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais). O pagamento das parcelas será efetuado até o dia 30 de cada mês, sendo o primeiro pagamento no mês de maio. Razão da Escolha: A escolha da empresa SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC – SEBRAE dá-se pelo fato da mesma, já prestar serviços de aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte, se enquadrando no objeto descrito. Dotação orçamentária: Projeto Atividade – 2002 – Manutenção da Secretaria da Administração – 3.3.90.00.00.00.00.0100 – Aplicações Diretas. Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, XIII, da Lei 8.666/93. É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossas Senhorias.</p>



Apoio:

<http://fecam.org.br>

CIGA | Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal.

R. General Liberato Bittencourt, 1885 - Sala 1307 - CEP 88070-800 - Florianópolis/SC

Setor Administrativo: (48) 3321-5300 - (48) 98406 1060 - ciga@ciga.sc.gov.brSuporte Técnico: (48) 3321-5330 - (48) 98406 1060 - diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Prefeitura Mun. de Irineópolis Estado de Santa Catarina
Fl. nº <u>94</u>
Comissão Permanente de Licitação



Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina



Prefeitura Mun. de Irineópolis Estado de Santa Catarina
Fl. nº <u>95</u>
Comissão Permanente de Licitação

[Página inicial \(/site/\)](#) / [Atos \(/site/?r=ato/index\)](#) / 1596901

Informações do ato

Nº1596901

[Editar \(/site/?r=ato/update&id=1596901\)](#)

Excluir

Aviso do Administrador *Nenhuma mensagem*

Nome	Prefeitura municipal de Irineópolis
Usuário	Andressa Bendlin
Situação	Novo
Data de Cadastro	18/04/2018 13:52:36
Data de Atualização	18/04/2018 13:52:41
Data de Publicação	19/04/2018
Categoria	Licitações
Título	PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2018 - DESPACHO
Arquivo Fonte do Ato	1524070360 dispensa n 032018 sebrae despacho.doc https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/arquivosbd/atos/1524070360 dispensa n 032018 sebrae despacho.doc
Conteúdo	<p>ESTADO DE SANTA CATARINA</p> <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS</p> <p>PROCESSO LICITATÓRIO N.º 32/2018</p> <p>DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 03/2018</p> <p>DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL</p> <p>Objeto: COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS: ENCONTRO 1 – LICITAÇÃO: UMA NOVA OPORTUNIDADE PARA O SEU NEGÓCIO; ENCONTRO 2 – A MPE NA LICITAÇÃO PÚBLICA – CONHECER AS LEIS PARA CONTROLAR OS RISCOS; ENCONTRO 3 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE I; ENCONTRO 4 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE II; ENCONTRO 5 – ENCONTRANDO NOVAS OPORTUNIDADES PARA O SEU NEGÓCIO. Aprovo a justificativa, constante do procedimento administrativo em epígrafe, nos termos do art. 24, XIII, da Lei 8.666/93, declarando a dispensa de licitação para a contratação da empresa SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC – SEBRAE para Execução do Projeto: COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS. O preço se apresenta compatível com o mercado. Cumpra-se. Irineópolis (SC), 18 de abril de 2018.</p> <p>JULIANO POZZI PEREIRA</p> <p>Prefeito Municipal</p>





Apoio:

<http://fecam.org.br>**CIGA | Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal.**

R. General Liberato Bittencourt, 1885 - Sala 1307 - CEP 88070-800 - Florianópolis/SC

Setor Administrativo: (48) 3321-5300 - (48) 98406 1060 - ciga@ciga.sc.gov.brSuporte Técnico: (48) 3321-5330 - (48) 98406 1060 - diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Prefeitura Mun. de Irineópolis Estado de Santa Catarina
Fl. nº <u>96</u>
Comissão Permanente de Licitação



Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina

[\(1\)](#)[Página inicial \(/site/\)](#) / [Atos \(/site/?r=ato/index\)](#) / 1596899

Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina
Fl. nº <u>98</u>
Comissão Permanente de Licitação

Informações do ato

Nº1596899

[Editar \(/site/?r=ato/update&id=1596899\)](#)[Excluir](#)

Aviso do Administrador	Nenhuma mensagem
Nome	Prefeitura municipal de Irineópolis
Usuário	Andressa Bendlin
Situação	Novo
Data de Cadastro	18/04/2018 13:51:49
Data de Atualização	18/04/2018 13:51:55
Data de Publicação	19/04/2018
Categoria	Licitações
Título	PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2018 - DECLARAÇÃO
Arquivo Fonte do Ato	1524070315 dispensa n 032018 sebrae declarao.doc https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/arquivosbd/atos/1524070315_dispena_n_032018_sebrae_declar
Conteúdo	<p>ESTADO DE SANTA CATARINA</p> <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS</p> <p>PROCESSO LICITATÓRIO N.º 32/2018</p> <p>DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 03/2018</p> <p>DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO</p> <p>A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Ex.mo Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 24, inciso XIII – “na contratação de instituição brasileira incumbida regional ou estatuatariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável e n tenha fins lucrativos”, declaram a dispensa de licitação, para a Contratação da empresa SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC – SEBRAE, com o objetivo de preparar as Micro Pequenas Empresas para que possam participar das vendas para organismos governamentais, sabendo usufruir dos benefícios que lhe são concedidos da melhor forma possível, garantindo sucesso no seu negócio e operando sem riscos. A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo, sendo que em relação ao preço, o mesmo se apresenta compatível com o mercado. Nos termos do art. 109, da Lei n.º 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso ou representação.</p> <p>Irineópolis (SC), 18 de abril de 2018.</p> <p>PATRICIA FABIANE FRONCZAK</p>



Apoio:

<http://fecam.org.br>**CIGA | Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal.**

R. General Liberato Bittencourt, 1885 - Sala 1307 - CEP 88070-800 - Florianópolis/SC

Setor Administrativo: (48) 3321-5300 - (48) 98406 1060 - ciga@ciga.sc.gov.brSuporte Técnico: (48) 3321-5330 - (48) 98406 1060 - diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 32/2018
ATO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 03/2018

##TEX A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Ex.mo Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 24, inciso XIII – “na contratação de instituição brasileira incumbida regional ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável e não tenha fins lucrativos”, declaram a dispensa de licitação, para a Contratação da empresa SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC – SEBRAE, com o objetivo de preparar as Micro e Pequenas Empresas para que possam participar das vendas para organismos governamentais, sabendo usufruir dos benefícios que lhe são concedidos da melhor forma possível, garantindo sucesso no seu negócio e operando sem riscos. A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo, sendo que em relação ao preço, o mesmo se apresenta compatível com o mercado. Nos termos do art. 109, da Lei n.º 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso ou representação.

##ASS JULIANO POZZI PEREIRA

##CAR Prefeito Municipal

##DAT Irineópolis, 18 de abril de 2018.

Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina
Fl. n.º <u>99</u>
<u>A</u>
Comissão Permanente de Licitação

264,32

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento



Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina
Fl. nº 100
A
Comissão Permanente de Licitação

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 18/04/2018 14:09:23

Origem: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Operador: JULIANO POZZI PEREIRA

Ofício: 4756745

Data prevista de publicação: 19/04/2018

Local de publicação: Diário Oficial - Seção 3

Forma de pagamento: Empenho

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Seqüencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
10688443	DISPENSA Nº 03-2018 - SEBRAE.rtf	aff789a51f608354 de85b6291c9667b6	8,00	
	Total da matéria		8,00	R\$ 264,32
TOTAL DO OFICIO			8,00	R\$ 264,32

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

Nr.: 1221/2018

Prefeitura Municipal de Irineópolis
Estado de Santa Catarina

Fl. nº

101

CNPJ: 83.102.558/0001-05 Fone: -6251111 Fax: -6251144
RUA PARANA, 200
C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC

Compra Direta Nr.: 755/2018
Data da Compra: 16/04/2018
Nr. Contrato:

Comissão Permanente de Licitação

(Empenho Ordinário nr.: 1450)

Folha: 1/1

Fornecedor: **IMPrensa NACIONAL** Código: 9204 Telefone: 61 3441-9992
Endereço: SIG QUADRA 06 LOTE 800 Banco:
Cidade: BRASÍLIA - DF - CEP: 70610-460 Agência:
CNPJ: 04.196.645/0001-00 Inscrição Estadual: Conta Corrente:

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Classificação: 02 - PODER EXECUTIVO
Unidade: 03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
Centro de Custo: 5 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS
Fonte de Recurso: Recursos Ordinários
Dotações Utilizadas: 2.002.3.3.90.00.00.00.00 (6) - Manutenção da Secretaria da Administração.

Compl. Elemento: 3.3.90.39.47.00.00.00 - Serviços de Comunicação em Geral
Condições Pagto: 30 DIAS
Prazo de Entrega:
Local de Entrega: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - RUA PARANÁ, 200 - CENTRO
Objeto da Compra: REFERENTE PUBLICAÇÃO EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2018 - DISPENSA Nº 03/2018- SEBRAE - PUBLICAÇÃO DIA 19 DE MARÇO DE 2018

Observações:

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1,00	UN	PUBLICACAO (01-01-02072)		264,32	264,32
					Total Geral:	264,32
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	264,32

(Valores expressos em Reais R\$)

Irineópolis, 16 de Abril de 2018

JULIANO POZZI PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina
Fl. nº 102
A
Municipal, nos
Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 32/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 03/2018
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Ex.mo Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 24, inciso XIII – "na contratação de instituição brasileira incumbida regional ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável e não tenha fins lucrativos", declaram a dispensa de licitação, para a Contratação da empresa SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC – SEBRAE, com o objetivo de preparar as Micro e Pequenas Empresas para que possam participar das vendas para organismos governamentais, sabendo usufruir dos benefícios que lhe são concedidos da melhor forma possível, garantindo sucesso no seu negócio e operando sem riscos. A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo, sendo que em relação ao preço, o mesmo se apresenta compatível com o mercado. Nos termos do art. 109, da Lei n.º 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso ou representação. Irineópolis (SC), 18 de abril de 2018.

PATRICIA FABIANE FRONCZAK
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Portaria nº 68/2018

Irineópolis

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 32/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 03/2018
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Ex.mo Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 24, inciso XIII – "na contratação de instituição brasileira incumbida regional ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável e não tenha fins lucrativos", declaram a dispensa de licitação, para a Contratação da empresa SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC – SEBRAE, com o objetivo de preparar as Micro e Pequenas Empresas para que possam participar das vendas para organismos governamentais, sabendo usufruir dos benefícios que lhe são concedidos da melhor forma possível, garantindo sucesso no seu negócio e operando sem riscos. A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo, sendo que em relação ao preço, o mesmo se apresenta compatível com o mercado. Nos termos do art. 109, da Lei n.º 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso ou representação, Irineópolis (SC), 18 de abril de 2018.

PATRICIA FABIANE FRONCZAK
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Portaria nº 68/2018

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 1220/2018

Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina

CNPJ: 83.102.558/0001-05 Fone: -6251111 Fax: -6251144
RUA PARANA, 200
C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC

Compra Direta Nr.: 754/2018
Data da Compra: 16/04/2018
Nr. Contrato:

Fl. nº

104

Comissão Permanente de Licitação

(Empenho Ordinário nr.: 1449)

Folha: 1/1

Fornecedor: FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIA Código: 10042 Telefone: 4832396047
Endereço: ROD SC 401 Banco:
Cidade: Florianópolis - SC - CEP: 88032-000 Agência:
CNPJ: 14.284.430/0001-97 Inscrição Estadual: Conta Corrente:

Prezados Senhores,

Pedimos fornecer-nos o(s) Material(is) e/ou execução do(s) serviço(s) abaixo discriminado(s), respeitando as especificações e condições constantes nesta autorização de fornecimento.

Código: 02 - PODER EXECUTIVO
Unidade: 03 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO
Centro de Custo: 5 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS
Fonte de Recurso: Recursos Ordinários
Dotações Utilizadas: 2.002.3.3.90.00.00.00.00 (6) - Manutenção da Secretaria da Administração.

Compl. Elemento: 3.3.90.39.47.00.00.00 - Serviços de Comunicação em Geral
Condições Pagto: 30 DIAS
Prazo de Entrega:
Local de Entrega: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - RUA PARANÁ, 200 - CENTRO
Objeto da Compra: REFERENTE PUBLICAÇÃO EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2018 - DISPENSA Nº 03/2018- SEBRAE - PUBLICAÇÃO DIA 19 DE BARIL DE 2018

Observações:

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1,00	UN	PUBLICACAO (01-01-02072)		300,66	300,66
					Total Geral:	300,66
					Desconto:	0,00
					Total Líquido:	300,66

(Valores expressos em Reais R\$)

Irineópolis, 16 de Abril de 2018

JULIANO POZZI PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Data do orçamento: 18/4/2018

Fundo de Materiais, Serviços, Impressos e
Publicações Oficiais
Rua Duque de Caxias, 261, Saco dos Limões
88045-250 - Florianópolis - SC
Telefone: 48-3665-6200

Cliente **4116 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS**
Endereço **PARANÁ** Bairro: CENTRO
Cidade IRINEÓPOLIS - Santa Catarina CEP: 89440000
Telefone 4736251111
CNPJ 83102558000105
Contato ANDRESSA BENDLIN

ORÇAMENTO nº 525076/18

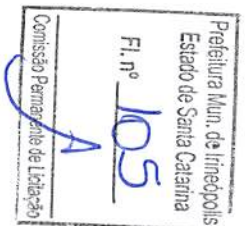
Cd.	Produto	Unid.	Qtd.	Preço	Total
81	Publicação de Matéria no Diário Oficial Eletrônico		9,903	30,36	300,66

Data da publicação.....: 19/4/2018

Validade da proposta...: 19/4/2018

Responsável.....: Você, cliente, é o único responsável pelo conteúdo dessa matéria para todo e qualquer efeito.

Observação: Este orçamento refere-se a matéria submetida eletronicamente no DOE, que se teve acesso na pré-visualização correspondente. A matéria quando publicada no DOE, poderá sofrer alterações de tamanho por ocasião do processo de diagramação eletrônica, para melhor adequá-la no espaço do Jornal junto com outras publicações.





[Ir para conteúdo](#) [Ir para menu](#) [Ir para busca](#) [Ir para rodapé](#) [Acessibilidade](#) [Alto contraste](#)

Sexta-Feira
Predomínio de Sol
↓ 14C
↑ 27C

Sábado
Predomínio de Sol
↓ 16C
↑ 27C



[INÍCIO](#) [MUNICÍPIO](#) [GOVERNO](#) [TRANSPARÊNCIA](#) [NOTÍCIAS](#) [PORTAL DO CIDADÃO](#) [TURISMO](#) [CONTATO](#)

Pesquisar...

COMPARTILHE: 0

Transparência

Multas - Receita e
destinação

Concursos

Licitações

Legislação

Licitações Finalizadas

Convênios

Fly Transparência

Licitações

Dispensa N.º 03/2018

DA ADELAIDE DE... 20 ABR / 2018

EM ANDAMENTO

Objeto: 1) COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS
ENCONTRO 1 - LICITAÇÃO: UMA NOVA OPORTUNIDADE PARA O SEU NEGÓCIO;
ENCONTRO 2 - A MPE NA LICITAÇÃO PÚBLICA - CONHECER AS LEIS PARA CONTROLAR OS RISCOS;
ENCONTRO 3 - APRENDER A LICITAR SEM RISCO - PARTE I;
ENCONTRO 4 - APRENDER A LICITAR SEM RISCO - PARTE II;
ENCONTRO 5 - ENCONTRANDO NOVAS OPORTUNIDADES PARA O SEU NEGÓCIO.

2) COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COM A APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS;
ENCONTRO 1 - APLICAÇÃO PARA A LICITAÇÃO;
ENCONTRO 2 - OBRIGOS FISCALIZADORES BASES LEGAIS E INSTRUMENTOS NA LICITAÇÃO PÚBLICA;
ENCONTRO 3 - DOS INSTRUMENTOS INDISPENSÁVEIS NA ELABORAÇÃO DE EDITAIS QUE PROMOVAM OS BENEFÍCIOS DA LEI Nº 123/06;
ENCONTRO 4 - CONHECER PARA APLICAR OS BENEFÍCIOS EXCLUSIVOS DA MPE (ARTIGO 47 E 48);
ENCONTRO 5 - COMO APLICAR O EMPATE FICTO E TRATAR DA REGULARIDADE FISCAL EM TODAS AS MODALIDADES.

3) PALESTRA PARA MPE - FORMALIZAÇÃO MEI
4) OFICIN

EDITAL E AVISOS

19/04/2018 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32-2018 - DISPENSA SEBRAE. [0,2MB]

HISTÓRICO DE ALTERAÇÕES

26/04/2018, situação alterada para Em andamento

19/04/2018, situação alterada para Divulgado Aguardando Abertura

ROMÁRIO DE
RUE CIPRIANO

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

Rua Amélia, 200 - Centro

CNPJ: 00.000.000

CNPJ: 00.000.000/0001-05

Telefones: (35) 3625-1111 (Principal)

INÍCIO

MUNICÍPIO

GOVERNO

TRANSPARÊNCIA

GOVERNO DO MUNICÍPIO

GOVERNO

RECEITA E DESTINAÇÃO

FINANÇAS

RECEITA E DESTINAÇÃO

CONTRATOS

IRINEÓPOLIS EM NÚMEROS

RECEITA E DESTINAÇÃO

LICITAÇÕES

PLANO MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA

REGISTRO

CONTRATOS REALIZADAS

CONTRATOS

TRANSPARÊNCIA

NOTÍCIAS

PORTAL DO CIDADÃO

FLUXOGRAMA

CONTATO



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 32/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 03/2018

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Caracterização da Situação: - O Município de Irineópolis, com este projeto tem o objetivo de preparar as Micro e Pequenas Empresas para que possam participar das vendas para organismos governamentais, sabendo usufruir dos benefícios que lhe são concedidos da melhor forma possível, garantindo sucesso no seu negócio e operando sem riscos. Objeto: COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS: ENCONTRO 1 - LICITAÇÃO: UMA NOVA OPORTUNIDADE PARA O SEU NEGÓCIO; ENCONTRO 2 - A MPE NA LICITAÇÃO PÚBLICA - CONHECER AS LEIS PARA CONTROLAR OS RISCOS; ENCONTRO 3 - APRENDER A LICITAR SEM RISCO - PARTE I; ENCONTRO 4 - APRENDER A LICITAR SEM RISCO - PARTE II; ENCONTRO 5 - ENCONTRANDO NOVAS OPORTUNIDADES PARA O SEU NEGÓCIO. O valor a ser pago a empresa contratada no total de 02 parcelas, de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais) mensais, perfazendo um total de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais). O pagamento das parcelas será efetuado até o dia 30 de cada mês, sendo o primeiro pagamento no mês de maio. Razão da Escolha: A escolha da empresa SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC - SEBRAE dá-se pelo fato da mesma, já prestar serviços de aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte, se enquadrando no objeto descrito. Dotação orçamentária: Projeto Atividade - 2002 - Manutenção da Secretaria da Administração - 3.3.90.00.00.00.00.0100 - Aplicações Diretas. Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, XIII, da Lei 8.666/93. E a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Irineópolis, 18 de abril de 2018.

PATRICIA FABIANE FRONCZAK
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Portaria nº 68/2018



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 32/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 03/2018

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Ex.mo Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 24, inciso XIII - "na contratação de instituição brasileira incumbida regional ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável e não tenha fins lucrativos", declaram a dispensa de licitação, para a Contratação da empresa SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC - SEBRAE, com o objetivo de preparar as Micro e Pequenas Empresas para que possam participar das vendas para organismos governamentais, sabendo usufruir dos benefícios que lhe são concedidos da melhor forma possível, garantindo sucesso no seu negócio e operando sem riscos. A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo, sendo que em relação ao preço, o mesmo se apresenta compatível com o mercado. Nos termos do art. 109, da Lei n.º 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso ou representação.

Irineópolis (SC), 18 de abril de 2018.

PATRICIA FABIANE FRONCZAK
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Portaria nº 68/2018



Conserto de: *Eletrodomésticos;
*Lava-Roupa; *Microondas;
*Máquinas de costura

(42)3523-4109

Rua Prof. Cleto, 413 Centro - União da Vitória - PR

Var **VARIEDADES**
Novelas
Horoscopo
Cinema/TV
redacao@oiguassu.com.br

Novelas

Malhação

Gabriela exige que sua relação com Rafael seja estritamente profissional. Maria Alice sofre ao ver Alex e Pérola. Isadora chantageia as mulheres da alta sociedade, e Rosália desaprova. Rafael anuncia a Érica que sua mãe deixará a prisão em breve. Maria Alice aceita o convite para sair com Leandro. Érica conta a história da sua vida para Flora, e Tito vê os dois conversando. Tito pede Flora em namoro. Jade vê Érica em uma casa de câmbio e o questiona sobre a origem do dinheiro.

Orgulho e Paixão

Darcy sente ciúmes de Olegário com Elisabeta. Mariana discute com Brandão. Ernesto entra no quarto de Ema e se irrita ao ver o mapa de casais feito por ela. Ema mostra o diário de Jorge para Elisabeta, que incentiva a amiga a falar com o advogado. Susana sugere que Julieta promova um jantar para Ludmila e Camilo não gosta. Ernesto briga com Virgílio para defender Luccino. Susana instrui Olegário em um novo plano. Elisabeta e Ludmila se preocupam com Ema. Olegário convida Elisabeta para ir ao cinema. Brandão conta para Luccino que Mariana o procurou. Olegário prende Ludmila no banheiro e fica sozinho com Elisabeta. Lídia joga pó de mico em Mariana e Uirapuru e em toda a cidade. Tibúrcio vai à casa de Felisberto e Ofélia. Darcy vê Elisabeta e Olegário na porta do cinema. Ema confessa a Jorge que leu o seu diário.

Deus Salve o Rei

Catarina manda Delano seguir Diana. Diana vai à casa de Brumela ver Amália. Glória se desespera ao acordar com sua aparência antiga. Os conselheiros de Rodolfo avisam ao prisioneiro Enoque que sua vida será poupada, mas deverá deixar Montemor. Glória come novamente o fruto encantado. Agnes mostra a Selena os homens que estão a sua procura. Afonso afirma a Otávio, rei de Lastrilha, que precisa de sua ajuda.

O Outro Lado do Paraíso

Aguiar confessa estar preocupado com a saúde de Beth. Rafael diz a Renato que ele está obcecado por Clara. Adriana recebe alta do hospital. Clara confidencia a Patrick que considera Adriana egoísta. Beth declara seu amor por Clara e Renan. Samuel pede o divórcio a Suzy e decide reatar com Cido. Clara implora ajuda a Mercedes para salvar Beth. Adriana tem alta e Nicolau a ajuda. Henrique é convocado para voltar ao trabalho. Rafael pede que Laura alerte Clara sobre Renato. Renato autoriza a transferência de Beth para sua casa. Nádia e Gustavo se encontram às escondidas, e Odair flagra os dois. Estela e Amaro anunciam seu casamento e Lívia, Gael, Rosalinda e os alunos da professora comemoram. Henrique pede que Patrick fique com Adriana durante sua ausência. Samuel convida Cido para morar com ele. Mercedes abençoa Beth e afirma a Clara que sua mãe precisa do amor de Adriana para sobreviver.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 32/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 03/2018

DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL

Objeto: COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS: ENCONTRO 1 - LICITAÇÃO: UMA NOVA OPORTUNIDADE PARA O SEU NEGÓCIO; ENCONTRO 2 - A MPE NA LICITAÇÃO PÚBLICA - CONHECER AS LEIS PARA CONTROLAR OS RISCOS; ENCONTRO 3 - APRENDER A LICITAR SEM RISCO - PARTE I; ENCONTRO 4 - APRENDER A LICITAR SEM RISCO - PARTE II; ENCONTRO 5 - ENCONTRANDO NOVAS OPORTUNIDADES PARA O SEU NEGÓCIO. Aprovo a justificativa, constante do procedimento administrativo em epígrafe, nos termos do art. 24, XIII, da Lei 8.666/93, declarando a dispensa de licitação para a contratação da empresa SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC - SEBRAE para Execução do Projeto: COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS. O preço se apresenta compatível com o mercado.

Cumpra-se.

Irineópolis (SC), 18 de abril de 2018.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Pré-estréia

Veja os filmes que estão em cartaz ou que irão estreiar nos cinemas.

QUASE MEMÓRIA

Data de lançamento 19 de abril de 2018 (1h 35min)

Direção: Ruy Guerra

Elenco: João Miguel, Charles Fricks, Tony Ramos

Gêneros: Comédia, Drama

Nacionalidade: Brasil



Sinopse e detalhes

Carlos (Charles Fricks) é um jornalista que, em um dia qualquer, recebe um pacote diferente. Através da letra e do embriulho, ele logo nota que o remetente é seu próprio pai, Ernesto (João Miguel), que morreu há alguns anos. Espantado, Carlos fica em dúvida se deve ou não abrir o pacote. Enquanto isso, relembra divertidas memórias que teve ao lado do pai.



Horoscopo



Áries
É hora de priorizar alguns projetos pessoais. Você pode se sair bem ao lidar com o público. Dia favorável para trocar ideias com os colegas. Pode ter sorte na conquista. Cor: branco.



Touro
Há chance de recuperar um dinheiro que nem esperava mais. Bom momento para se concentrar nas finanças. Se está a fim de alguém, talvez seja melhor manter isso em segredo por enquanto. Cor: preto.



Gêmeos
Com a Lua em seu signo, você vai esbanjar disposição para lidar com qualquer tarefa. Você pode contar com o apoio de alguém em quem confia. Se tomar a iniciativa, pode se sair bem na conquista. Cor: vinho.



Câncer
Concentre-se no trabalho e não esconda seu lado ambicioso. Agir nos bastidores pode ser a melhor forma de conseguir o que deseja. Se tem compromisso, reforce a confiança no relacionamento. Cor: laranja.



Leão
Bom momento para fazer planos para o feriado junto com os amigos. No trabalho, compartilhe o que sabe com os colegas e também aprenda com eles. A dois, sair da rotina ajudará a animar as coisas. Cor: branco.



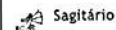
Virgem
Se anda de olho em um novo cargo, é hora de batalhar por isso! Bom momento para tentar algo diferente no visual. Um caso baseado em química sexual ficará mais intenso. Cor: azul-claro.



Libra
Bom dia para agir em equipe no trabalho, já que não terá problemas para reunir pessoas diferentes em torno de um objetivo em comum. Pode conhecer alguém interessante onde menos espera. Cor: cinza.



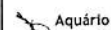
Escorpião
A dedicação ao trabalho terá que ser redobrada. Mergulhe nas tarefas com afinco e concentre-se no que precisa ser resolvido. Um(a) colega pode despertar seu interesse -- invista. Cor: azul-marinho.



Sagitário
Pode se entender melhor com as pessoas. Aproveite para iniciar uma parceria de trabalho ou agregar os colegas em torno de um objetivo comum. O desejo de viver uma relação séria deve crescer. Cor: rosa.



Capricórnio
O trabalho pode exigir boa parte do seu tempo, mas não se preocupe. Se precisar de conselho ou ajuda, procure alguém da família. Não deixe a rotina tirar o brilho do romance. Cor: rosá-claro.



Aquário
Terá facilidade para se comunicar. Trabalho que envolva criatividade, vendas ou que exija deslocamentos tem tudo para correr muito bem. Você contará com uma dose extra de charme na conquista. Cor: marrom.



Peixes
Hoje, será mais fácil resolver assuntos financeiros. Irá encontrar segurança na companhia dos parentes. O desejo de formar laços mais sólidos com a pessoa amada vai se intensificar. Cor: vermelho.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/SMA/DSL/C/2018 - SRP

Objeto: Registro de Preços para a contratação de empresa para o fornecimento de materiais odontológico (consumo). Dia 04 maio de 2018, às 09:00 (nove) horas. Endereço eletrônico: <http://dlc.pmf.sc.gov.br>. O Pregoeiro.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 85/SMA/DSL/C/2018 - SRP

Objeto: Registro de Preços para a contratação de empresa para o fornecimento de materiais odontológico (consumo). Dia 04 maio de 2018, às 10:00 (dez) horas. Endereço eletrônico: <http://dlc.pmf.sc.gov.br>. O Pregoeiro.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/SMA/DSL/C/2018 - SRP

Objeto: Registro de Preços para a contratação de empresa para o fornecimento de materiais odontológico (consumo). Dia 04 maio de 2018, às 10:00 (dez) horas. Endereço eletrônico: <http://dlc.pmf.sc.gov.br>.

SIDNEI SILVA
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUAÇU

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2018**

PL. FMS n. 07/2018

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório FMS n. 07/2018, Edital para Pregão Presencial FMS n. 06/2018, até as 08h15min do dia 04 de maio de 2018. A abertura iniciará as 08h30min do mesmo dia.

Objeto: Seleção de propostas para prestação de serviços na área da medicina: clínico geral no atendimento de consultas quando no atendimento a pacientes atendidos pela rede municipal de saúde. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002, e a Lei 8.666/93, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos no município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuacu - SC, telefone (49) 34490045 ou via e-mail.

Ipuacu-SC, 18 de abril de 2018.
CLORI PEROZA
Prefeita

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2017**

PL. n. 71/2017

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que devido a não assinatura de contrato por parte da primeira colocada item 01 ao Processo Licitatório PREF n.71/2017, Pregão Presencial PREF n. 47/2017 chama-se todas as interessadas para que na data de 26 de abril de 2018 às 09h30min participem da sessão pública de abertura do envelope n.º 02- documentos de habilitação da empresa Nilo Meurer EPP CNPJ n.º 24.735.598/0001-25 por ser este o segundo colocado no item 01 do referido edital de licitação. Onde o objeto do presente edital a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas conforme descrito no anexo I termo de referência em atendimento ao Convênio SICONV OGU n.º 851807/2017 Contrato de Repasse Operação CAIXA 1044731-88 Programa Fomento ao setor Agropecuario. O fundamento legal é a Lei Federal 10.520/02 e a Lei Federal 8.666/93, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos somente poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuacu - SC, telefone (49) 34490045.

Ipuacu, 18 de abril de 2018.
CLORI PEROZA
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRANI

**AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2018**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2018.

Objeto: Aquisição de um caminhão 6x4 (traçado e reduzido) zero quilômetro e duas caçambas basculantes conforme contrato de repasse firmado com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sob o nº 862168/2017/MAPA/CAIXA. Considerando a necessidade de readequação da descrição do objeto e publicação de novo edital, com vistas a uma aquisição satisfatória e para melhor atender ao interesse da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo e Fundo Municipal de Agricultura.

Irani-SC, 18 de abril de 2018.
MARCELO PEGORARO
Prefeito
Em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2018

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Ex. mo Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 24, inciso XIII - "na contratação de instituição brasileira incumbida regional ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável e não tenha fins lucrativos", declaram a dispensa de licitação, para a Contratação da empresa SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC - SEBRAE, com o objetivo de preparar as Micro e Pequenas Empresas para que possam participar das vendas para organismos governamentais, sabendo usufruir dos benefícios que lhe são concedidos da melhor forma possível, garantindo sucesso no seu negócio e operando sem riscos. A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo, sendo que em relação ao preço, o mesmo se apresenta compatível com o mercado. Nos termos do art. 109, da Lei n.º 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso ou representação.

Irineópolis, 18 de abril de 2018.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito

**AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 2/2018**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2018

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 06 de junho de 2018, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Concorrência, com critério de adjudicação Menor Preço Global de acordo com a Lei n.º 8.666/93, visando a "AQUISIÇÃO DE UMA PA CARREGADEIRA USADA, ANO DE FABRICAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 2012, PESO OPERACIONAL DE NO MÍNIMO 16.000 QUILOS E CAPACIDADE DA CAÇAMBA DE NO MÍNIMO 3M³". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, sito à Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 18 de abril de 2018.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 059/2018

Nome: MUNICÍPIO DE ITAJAÍ
Empresa: LC TRADE & CONSULTING DO BRASIL LTDA.
CNPJ: 23.438.597/0001-56. Fundamento Legal: Nos termos da Lei 8666, de 21 de junho de 1993. Modalidade: Pregão Presencial 031/2018. Número do Processo: 0500079/2018
Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN, ADAPTADO PARA CADEIRANTES.
Data Assinatura: 06/04/2018
Vigência: O presente contrato tem vigência de 12 (doze) meses a partir da assinatura.
Valor: R\$ 170.900,00 (cento e setenta mil, novecentos reais).

**AVISO DE ADJUDICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2018**

O Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão, no uso de sua atribuição, atende ao princípio básico da licitação relativo à publicidade, conforme o artigo 3º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, comunica aos interessados que a licitação acima epigrafada foi julgada, sendo adjudicadas as propostas das empresas: ADL COMERCIAL EIRELI EPP. Objeto: AQUISIÇÃO DE FRAGMENTADORAS E TRITURADORAS DE PAPEL. Valor Total: R\$ 13.950,00

SANDRO RICARDO FERNANDES

**AVISO DE ADJUDICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2018**

O Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão, no uso de sua atribuição, atende ao princípio básico da licitação relativo à publicidade, conforme o artigo 3º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, comunica aos interessados que a licitação acima epigrafada foi julgada, sendo adjudicadas as propostas das empresas:

Adjudicatárias: REGENSY COM. LTDA ME, L. MOHR EIRELI EPP. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PSICOLOGIA INFANTIL. Valor Total: R\$ 10.893,16

SANDRO RICARDO FERNANDES
Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão

**AVISO DE ADJUDICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2018**

O Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão, no uso de sua atribuição, atende ao princípio básico da licitação relativo à publicidade, conforme o artigo 3º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, comunica aos interessados que a licitação acima epigrafada foi julgada, sendo adjudicadas as propostas das empresas:

Adjudicatárias: REGENSY COM. LTDA ME, SEXTREM - COMERCIAL DE CONSTRUÇÃO, ELETRDOMESTICOS, EQUIPAMENTOS E MATERIAL ELÉTRICO, MAXIMETAL COM. DE FERROS E METAIS LTDA ME, SANTA REGINA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO. Valor Total: R\$ 1.425.784,46

SANDRO RICARDO FERNANDES
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 52/2018

Pregão n. 28/2018 - Processo n. 39/2018. Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ. Contratado: J.C.B. MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP. CNPJ/ME sob o nº 16.850.663/0001-35. Objeto: Aquisição de um veículo tipo furgão adaptado para ambulância, para uso da Secretaria Municipal de Saúde. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e alterações. Vigência: até 31/12/2018. Fonte: 01020200. Valor Total: R\$ 169.800,00. Data de Assinatura 17/04/2018.

**AVISO DE ALTERAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 7/2018**

Processo n. 49/2018, publicado no DOU n. 65 do dia 05/04/2018, Seção 3, página 294: Edital foi alterado e a errata encontra-se a disposição dos interessados na internet, no endereço www.itapoaa.sc.gov.br na seção de licitações.

Em 18 de abril de 2018.
ANGELA MARIA PUERARI
Diretora de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

**AVISOS DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 36/2018**

Processo Licitatório nº 36/2018 - menor preço global. Objeto: Execução das obras de construção de quadra poliesportiva na EMBE Albino Zanatta, localizada na Rua Albino Zanatta, s/n - Bairro Gávea, em Jacinto Machado/SC. Entrega dos envelopes: até as 8:15h do dia 07/05/2018. Abertura dos envelopes: a partir das 8:30h do dia 07/05/2018. Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro, das 7:30h às 11:30h e das 13h às 17h, e-mail licita@jacintomachado.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3535-1133. João Batista Mezzari - Prefeito Municipal.

TOMADA DE PREÇOS Nº 37/2018

Processo Licitatório nº 37/2018 - menor preço global. Objeto: Execução das obras de pavimentação asfáltica, calçadas, sinalização e drenagem da Av. Pe. Herval Fontanella (trecho entre a Rua Previsto João Savi Mondo e Av. Egídio Tomasi), em Jacinto Machado/SC. Entrega dos envelopes: até as 13:45h do dia 07/05/2018. Abertura dos envelopes: a partir das 14h do dia 07/05/2018. Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro, das 7:30h às 11:30h e das 13h às 17h, e-mail licita@jacintomachado.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3535-1133.

Jacinto Machado-SC, 18 de abril de 2018.
JOÃO BATISTA MEZZARI
Prefeito

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 95/2018**

O Município de Joinville através da Unidade de Processos da Secretaria de Administração e Planejamento leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, fará realizar o procedimento licitatório de Pregão Eletrônico nº 095/2018 e junto a Plataforma do Banco do Brasil nº 715885 destinado ao Registro de Preços, visando a futura e eventual aquisição de armários roupeiro de aço para as unidades administradas pela Secretaria de Educação, na Data/Horário: 10/05/2018 às 09:00 horas, para abertura das propostas. O edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.joinville.sc.gov.br e www.licitacoes-sc.com.br.

Joinville-SC, 17 de abril de 2018.
MIGUEL ANGELO BERTOLINI
Secretário de Administração e Planejamento

RUBIA MARA BEILFUSS
Diretora Executiva

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 18 de abril de 2018.

AMÉRICO LORINI
PREFEITO MUNICIPAL

Cod. Mat.: 525280

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2018
UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Saúde
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO

Contratação de empresa especializada para a conclusão do Preventivo de incêndio do Consórcio de Saúde e da Unidade Central de Saúde do Município de Herval d'Oeste com fornecimento de Material e Mão de Obra

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 08:30 horas do dia 07/05/2018.

VALOR MÁXIMO

R\$ 14.204,91 (quatorze mil duzentos e quatro reais e noventa e um centavos)

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. atualizadas

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 17 de abril de 2018.

AMÉRICO LORINI
PREFEITO MUNICIPAL

Cod. Mat.: 525284

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2018
UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Saúde
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO

Contratação de empresa especializada para a Reforma da Unidade Central de Saúde do Município de Herval d'Oeste com fornecimento de Material e Mão de Obra

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 14:30 horas do dia 07/05/2018.

VALOR MÁXIMO

R\$ 87.251,62 (oitenta e sete mil duzentos e cinquenta e um reais e sessenta e dois centavos)

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. atualizadas

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 17 de abril de 2018.

AMÉRICO LORINI
PREFEITO MUNICIPAL

Cod. Mat.: 525286

Iporã do Oeste

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 071/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2018

O Município de Iporã do Oeste - SC torna público a realização de Procedimento Licitatório, Modalidade Tomada de Preços, para obras e serviços de engenharia, com abertura prevista para dia 08.05.2018, a partir das 08:00hr, do tipo menor preço, empreitada por preço unitário, visando a Seleção Contratação de Empresa para Execução de Obra de Ampliação da Construção do Centro de Convivência, conforme Projetos, Memorial Descritivo, Orçamento e Cronograma Físico Financeiro, descritos no Termo de Referência no ANEXO I do presente Edital. A íntegra do edital e seus anexos e demais informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal, Rua Santo Antônio, 100, de Segunda a Sexta-feira, das 7:45h às 11:45h e das 13:15h às 17:15h, pelo Fone: (49) 3634-1210 ou no site www.ipora.sc.gov.br. Iporã do Oeste - SC, 10 de abril de 2018. Lúcio Mallmann - Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 525070

Irani

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

TERMO DE REVOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2018 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2018

Objeto: Aquisição de um caminhão 6x4 (traçado e reduzido) zero quilômetro e duas caçambas basculantes conforme contrato de repasse firmado com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sob o nº 862168/2017/MAPA/CAIXA. Considerando a necessidade de readequação da descrição do objeto e publicação de novo edital, com vistas a uma aquisição satisfatória e para melhor atender ao interesse da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo e Fundo Municipal de Agricultura, Irani/SC, 18 de abril de 2018. MARCELO PEGORARO. Prefeito em Exercício.

Cod. Mat.: 525169

Irineópolis

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2018

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Ex.mo Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 24, inciso XIII - "na contratação de instituição brasileira incumbida regional ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável e não tenha fins lucrativos", declaram a dispensa de licitação, para a Contratação da empresa SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC - SEBRAE, com o objetivo de preparar as Micro e Pequenas Empresas para que possam participar das vendas para organismos governamentais, sabendo usufruir dos benefícios que lhe são concedidos da melhor forma possível, garantindo sucesso no seu negócio e operando sem riscos. A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo, sendo que em relação ao preço, o mesmo se apresenta compatível com o mercado. Nos termos do art. 109, da Lei nº 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso ou representação. Irineópolis (SC), 18 de abril de 2018.

PATRICIA FABIANE FRONCZAK

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Portaria nº 68/2018

Cod. Mat.: 525076

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2018

CONCORRÊNCIA Nº 02/2018

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 06 de junho de 2018, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Concorrência, com

critério de adjudicação MENOR PREÇO GLOBAL de acordo com a Lei nº 8.666/93, visando a AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA USADA, ANO DE FABRICAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 2012, PESO OPERACIONAL DE NO MÍNIMO 16.000 QUILOS E CAPACIDADE DA CAÇAMBA DE NO MÍNIMO 3M³. O Edital de Licitação encontra-se à disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, nº 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111 e no site www.irineopolis.sc.gov.br. Irineópolis, 18 de abril de 2018.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Cod. Mat.: 525077

Itajaí

MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

PREGÃO Nº 064/2018

O MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, no Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, à Rua Alberto Werner, 100, Vila Operária, torna público que fará realizar licitação, na modalidade PREGÃO, para FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE 03 NOVOS ELEVADORES, INCLUINDO A DESMONTAGEM TOTAL DOS ATUAIS ELEVADORES NA PREFEITURA DE ITAJAÍ, mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/02, 8.666/93 e alterações posteriores. O edital encontra-se à disposição dos interessados para fazer o download, através do site www.itajai.sc.gov.br. As propostas serão abertas às 09h30min do dia 09 de maio de 2018, na Sala de Reuniões do Departamento de Licitações da Prefeitura de Itajaí, no endereço acima mencionado, com participação aberta às proponentes e ao público. Itajaí (SC), 17 de abril de 2018.

Sandro Ricardo Fernandes

Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão

Cod. Mat.: 525132

MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

PREGÃO Nº 063/2018

O MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, no Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, à Rua Alberto Werner, 100, Vila Operária, torna público que fará realizar licitação, na modalidade PREGÃO, para FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PARQUES RECREATIVOS, mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/02, 8.666/93 e alterações posteriores. O edital encontra-se à disposição dos interessados para fazer o download, através do site www.itajai.sc.gov.br. As propostas serão abertas às 08h30min do dia 09 de maio de 2018, na Sala de Reuniões do Departamento de Licitações da Prefeitura de Itajaí, no endereço acima mencionado, com participação aberta às proponentes e ao público. Itajaí (SC), 17 de abril de 2018.

Sandro Ricardo Fernandes

Secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão

Cod. Mat.: 525196

Itapoá

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

AVISO DE ALTERAÇÃO

Tomada de Preço nº 07/2018 - Processo nº 49/2018, publicado no dia 05/04/2018: Edital foi alterado e a errata encontra-se à disposição dos interessados na internet, no endereço www.itapoa.sc.gov.br na seção de licitações. Itapoá, 18 de abril de 2018.

ANGELA MARIA PUERARI

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO

Cod. Mat.: 525021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 52/2018

Pregão nº 28/2018 - Processo nº 39/2018. Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ. Contratado: J.C.B. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP, CNPJ/MF sob o nº 16.850.663/0001-35. Objeto:

externos ao loteamento conforme prevê lei Federal 13.465/2017 artigo 20 § 1o, e transcorrido o prazo legal para manifestações, será efetivado o ato, na forma do artigo 31 § 5º e § 6º da Lei 13.465/2017.

Irineópolis-SC, 18 de Abril de 2018.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

ANEXO I – PLANTA BAIXA E MAPA DO LOTEAMENTO

PORTARIA Nº 136/2018

Publicação Nº 1596492

PORTARIA Nº 136/2018.
NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

OLVE:

Art 1st - NOMEAR sob o regime de trabalho Estatutário, JULIO ANDREI NASCIMENTO, nascido em 04/06/1996, portador do CPF nº 102.800.059-62, RG. nº 5.794.303 SESP/SC, para exercer o cargo de Auxiliar Administrativo (44h/sem), no nível 10, referência A, Grupo GO, do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, com lotação inicial na Secretaria Municipal da Administração, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2015, homologado em 02/06/2015.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 18/04/2018.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 17 de Abril de 2018.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

o processo, sendo que em relação ao preço, o mesmo se apresenta compatível com o mercado. Nos termos do art. 109, da Lei nº 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso ou representação.

Irineópolis (SC), 18 de abril de 2018.
PATRICIA FABIANE FRONCZAK
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Portaria nº 68/2018



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2018 - DESPACHO

Publicação Nº 1596901

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2018
DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL
Objeto: COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS: ENCONTRO 1 – LICITAÇÃO: UMA NOVA OPORTUNIDADE PARA O SEU NEGÓCIO; ENCONTRO 2 – A MPE NA LICITAÇÃO PÚBLICA – CONHECER AS LEIS PARA CONTROLAR OS RISCOS; ENCONTRO 3 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE I; ENCONTRO 4 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE II; ENCONTRO 5 – ENCONTRANDO NOVAS OPORTUNIDADES PARA O SEU NEGÓCIO. Aprovo a justificativa, constante do procedimento administrativo em epígrafe, nos termos do art. 24, XIII, da Lei 8.666/93, declarando a dispensa de licitação para a contratação da empresa SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC – SEBRAE para Execução do Projeto: COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS. O preço se apresenta compatível com o mercado. Cumpra-se.

Irineópolis (SC), 18 de abril de 2018.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2018 - JUSTIFICATIVA

Publicação Nº 1596906

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2018
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Caracterização da Situação: – O Município de Irineópolis, com este projeto tem o objetivo de preparar as Micro e Pequenas Empresas para que possam participar das vendas para organismos governamentais, sabendo usufruir dos benefícios que lhe são concedidos da melhor forma possível, garantindo sucesso no seu negócio e operando sem riscos. Objeto: COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS: ENCONTRO 1 – LICITAÇÃO: UMA NOVA OPORTUNIDADE PARA O SEU NEGÓCIO; ENCONTRO 2 – A MPE NA LICITAÇÃO PÚBLICA – CONHECER AS LEIS PARA CONTROLAR OS RISCOS; ENCONTRO 3 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE I; ENCONTRO 4 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE II; ENCONTRO 5 – ENCONTRANDO NOVAS OPORTUNIDADES PARA O SEU NEGÓCIO. O valor a ser pago a empresa contratada no total de 02 parcelas, de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais) mensais, perfazendo um total de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais). O pagamento das parcelas será efetuado até o dia 30 de cada mês, sendo o primeiro

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2018 - DECLARAÇÃO

Publicação Nº 1596899

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2018
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Ex.mo Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 24, inciso XIII – “na contratação de instituição brasileira incumbida regional ou estatuarialmente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável e não tenha fins lucrativos”, declaram a dispensa de licitação, para a Contratação da empresa SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC – SEBRAE, com o objetivo de preparar as Micro e Pequenas Empresas para que possam participar das vendas para organismos governamentais, sabendo usufruir dos benefícios que lhe são concedidos da melhor forma possível, garantindo sucesso no seu negócio e operando sem riscos. A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram

pagamento no mês de maio. Razão da Escolha: A escolha da empresa SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC – SEBRAE dá-se pelo fato da mesma, já prestar serviços de aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte, se enquadrando no objeto descrito. Dotação orçamentária: Projeto Atividade – 2002 – Manutenção da Secretaria da Administração – 3.3.90.00.00.00.00.0100 – Aplicações Diretas. Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, XIII, da Lei 8.666/93. É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência. Irineópolis, 18 de abril de 2018.

PATRICIA FABIANE FRONCZAK
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Portaria nº 68/2018



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2018 - PM

Publicação Nº 1596996

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 33/2018
CONCORRÊNCIA N.º 02/2018

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 06 de junho de 2018, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Concorrência, com critério de adjudicação MENOR PREÇO GLOBAL de acordo com a Lei n.º 8.666/93, visando a " AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA USADA, ANO DE FABRICAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 2012, PESO OPERACIONAL DE NO MÍNIMO 16.000 QUILOS E CAPACIDADE DA CAÇAMBA DE NO MÍNIMO 3M³". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 18 de abril de 2018.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

CNPJ: 83.102.558/0001-05
RUA PARANA, 200
C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nr.: 3/2018 - DL

Processo Administrativo: 32/2018
Processo de Licitação: 32/2018
Data do Processo: 18/04/2018

Folha: 1/1

Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina
Fl. nº 112
Comissão Permanente de Licitação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Secretário Administração, LADEMIR FERNANDO ARCARI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 32/2018
b) Licitação Nr.: 3/2018-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 26/04/2018
e) Objeto da Licitação: COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

SEBRAE/SC - SERV. APOIO MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (6840)

1	COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS	UN	2,00	0,0000	5.100,00	10.200,00
---	--	----	------	--------	----------	-----------

Total do Fornecedor: 10.200,00

Total Geral: 10.200,00

Irineópolis, 26 de Abril de 2018.

LADEMIR FERNANDO ARCARI
SECRETÁRIO ADMINISTRAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

CNPJ: 83.102.558/0001-05
RUA PARANA, 200
C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nr.: 3/2018 - DL

Processo Administrativo: 32/2018
Processo de Licitação: 32/2018
Data do Processo: 18/04/2018

Folha: 1/1

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Secretário Administração, LADEMIR FERNANDO ARCARI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:



01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 32/2018
b) Licitação Nr.: 3/2018-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 26/04/2018
e) Data da Adjudicação: 26/04/2018 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

SEBRAE/SC - SERV. APOIO MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (6840)

1 COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS	UN	2	-	5.100,00	10.200,00
--	----	---	---	----------	-----------


Total do Fornecedor: 10.200,00

Total Geral: 10.200,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.002.3.3.90.00.00.00.00 (6)

Irineópolis, 26 de Abril de 2018.


LADEMIR FERNANDO ARCARI
SECRETÁRIO ADMINISTRAÇÃO

Licitação Prefeitura de Irineópolis

De: Aline Zanela <alinezanela@sc.sebrae.com.br>
Enviado em: sexta-feira, 4 de maio de 2018 16:05
Para: Licitação Prefeitura de Irineópolis
Assunto: Inclusão de dados no contrato Compras Governamentais
Anexos: image001.jpg



Boa tarde Andressa,

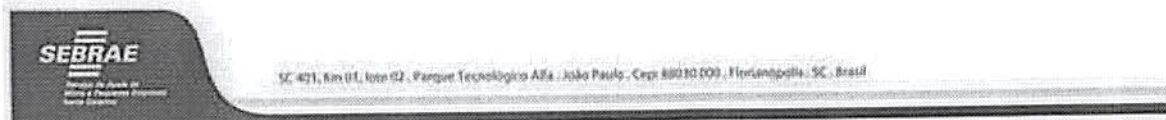
Favor incluir no contrato o nome do nosso Gerente Estadual Fábio Búrigo Zanuzzi, conforme dados abaixo:

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC		
CNPJ: 82.515.859/0001-06		INSC. ESTADUAL : ISENTO
ENDEREÇO: SC 401, KM 01, LOTE 02 - PARQUE TECH ALPHA		MUNICÍPIO: FLORIANÓPOLIS – SC
CEP: 88030-000		FONE/FAX : (048) 3221-0800
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):		
NOME: FÁBIO BÚRIGO ZANUZZI		CARGO: GERENTE ATENDIMENTO INDIVIDUAL
NACIONALIDADE: BRASILEIRO	ESTADO CIVIL: CASADO	PROFISSÃO: ENGENHEIRO AGRÔNOMO
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 1783229	ÓRGÃO EMISSOR: SSP/SC	CPF/MF: 728.532.639-91
NOME: SUELI VIEIRA SARMENTO BERNARDI		CARGO: COORDENADORA REGIONAL
NACIONALIDADE: BRASILEIRA	ESTADO CIVIL: CASADA	PROFISSÃO: BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 1512236	ÓRGÃO EMISSOR: IGP/SC	CPF/MF: 471.687.579-20

Aguardo retorno para imprimir e coletar assinaturas.

Aline Zanela

Coordenadoria Regional Meio Oeste
SEBRAE-SC
alinezanela@sc.sebrae.com.br
(49)3527.6200 - 3527.6206



Prefeitura Municipal de Imbuquês
Estado de Santa Catarina
Fl. nº 115
Comissão Permanente de Lotação

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

IDENTIDADE

115

SUELI VIEIRA SARMENTO BERNARDI

20/SET/1963

471.687.579-20

JOAÇABA - SC

MAIR 216.025-0

TECNICO CRIMINALISTICO

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

1.512.236

DATA DE
EXPEDIÇÃO 12/NOV/2007

NOME

SUELI VIEIRA SARMENTO BERNARDI

FILIAÇÃO

CIPRIANO VIEIRA SARMENTO
BRANDINA SARMENTO

NATURALIDADE

PIRATUBA SC

DATA DE NASCIMENTO

20/SET/1963

DOC. ORIGEM

CERT. CAS. 1.691 LV B-19 FL 21
CART. MOSCIBROCKI - JOAÇABA SC
Paulo Amílcar Amazonas

CPF

471.687.579-20 Técnico Criminalístico

JOAÇABA - SC

Mair 216.025-0

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro. Cep 89440-000.
Fone/Fax (47) 625.1111 E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

Prefeitura Mun. de Irineópolis Estado de Santa Catarina
Fl. nº <u>117</u>
Comissão Permanente de Licitação

CONTRATO Nº 56/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2018

Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC – SEBRAE.

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato representado pelo Senhor Lademir Fernando Arcari, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Secretário da Administração, residente e domiciliado a Rua Santa Catarina, 365, no Centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o nº 513.968.909-04 e portador da cédula de identidade nº 25/R 1.512.462-SSP/SC, de acordo com a Portaria nº 123/2017, de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC – SEBRAE, estabelecida na Avenida Rio Branco, nº 611, Ed Empreendedor, Centro, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88.015-200, CNPJ nº 82.515.859/0001-06, pelos seus representantes: Sra. Sueli Vieira Sarmiento Bernardi – Coordenadora Regional, portadora do CPF nº 471.687.579-20, e RG nº 1512236 e Fabio Búrigo Zanuzzi – Gerente Atendimento Individual, portador do CPF nº 728.532.639-91, e identidade nº 1783229 SSP/SC, de ora em diante denominada de Contratado, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 32/2018, modalidade Dispensa de Licitação nº 03/2018, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO E PREÇOS

Este contrato tem origem no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2018, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2018, e tem por objeto a prestação de serviços, conforme a seguir discriminado:

Paragrafo Primeiro - O presente instrumento tem por objetivo:

- 1) COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS:
ENCONTRO 1 – LICITAÇÃO: UMA NOVA OPORTUNIDADE PARA O SEU NEGÓCIO;
ENCONTRO 2 – A MPE NA LICITAÇÃO PÚBLICA – CONHECER AS LEIS PARA CONTROLAR OS RISCOS;
ENCONTRO 3 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE I;
ENCONTRO 4 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE II;
ENCONTRO 5 – ENCONTRANDO NOVAS OPORTUNIDADES PARA O SEU NEGÓCIO.
- 2) COMPRAS GOVERNAMENTAIS – COM A APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS:
ENCONTRO 1 – A PREPARAÇÃO PARA A LICITAÇÃO.
ENCONTRO 2 – ÓRGÃOS FISCALIZADORES, BASES LEGAIS E INSTRUMENTOS NA LICITAÇÃO PÚBLICA.
ENCONTRO 3 – DOS INSTRUMENTOS INDISPENSÁVEIS NA ELABORAÇÃO DE EDITAIS QUE PROMOVAM OS BENEFÍCIOS DA LEI Nº 123/06.
ENCONTRO 4 – CONHECER PARA APLICAR OS BENEFÍCIOS EXCLUSIVOS DA MPE (ARTIGO 47 E 48)
ENCONTRO 5 – COMO APLICAR O EMPATE FICTO E TRATAR DA REGULARIDADE FISCAL EM TODAS AS MODALIDADES.

- 3) PALESTRA PARA MEI'S – FORMALIZAÇÃO MEI;
- 4) OFICINAS – CAPACITAÇÃO MEI'S.

Conforme solicitado através do Ofício nº. 278/2018, pelo Sr. Lademir Fernando Arcari – Secretário Municipal da Administração e deferido pelo Sr. Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em 02 parcelas, de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais) mensais, perfazendo um total de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais). O pagamento das parcelas será efetuado até o dia 30 de cada mês, sendo o primeiro pagamento no mês de maio após apresentação de relatório das atividades exercidas, aprovado pela Secretaria da Administração, e emissão do respectivo documento fiscal. No documento fiscal deverá ser discriminando o objeto contratado e o número do respectivo contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

CONTRATO Nº 56/2018 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - SEBRAE

Hellen Franzozi Auler
OAB/SC 32.829
Assessoria Jurídica
SEBRAE/SC

Robson Schappo
Gerente da Unidade de
Orçamento e Contabilidade
SEBRAE/SC

PÁGINA 1 DE 4



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro. Cep 89440-000.
Fone/Fax (47) 625.1111 E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

Prefeitura Mun. de Irineópolis Estado de Santa Catarina
Fl. nº <u>118</u>
<u>A</u>
Comissão Permanente de Licitação

Pela execução do objeto ora contratado, a CONTRATANTE, pagará a CONTRATADA, o valor contratual em 02 parcelas, de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais) mensais, perfazendo um total de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais).

CLÁUSULA QUARTA – RECURSOS FINANCEIROS

Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto deste Contrato, serão empregadas as seguintes dotações orçamentárias:

→ Projeto Atividade – 2002 – Manutenção da Secretaria da Administração – 3.3.90.00.00.00.00.0100 – Aplicações Diretas.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

O preço contratado não sofrerá reajustes.

CLAUSULA SEXTA - DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Constituem direitos do CONTRATANTE, receber o objeto deste contrato, nas condições avençadas, e da CONTRATADA, perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- Efetuar o pagamento na forma e prazos ajustados;
- Dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do contrato;
- Fornecer informações úteis, boas e necessárias à perfeita execução do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes da execução do presente contrato;
- Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, sob pena de rescisão contratual;
- Responsabilizar-se pela boa qualidade do objeto contratado, obrigando-se a executar o Contrato nos exatos termos e condições do que foi avençado;
- Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor,
- Permitir que os prepostos da CONTRATANTE inspecionem, a qualquer tempo e hora, a fiscalização do objeto contratado, fornecendo as informações, esclarecimentos e demais elementos necessários.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O presente Contrato não será, de nenhuma forma e por nenhum motivo, considerado como fundamento para a constituição de vínculo trabalhista, responsabilização solidária ou subsidiária, entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tudo nos termos do que determina o § 1º do art. 71, da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO QUARTO. Nos termos da legislação vigente, o CONTRATANTE pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do Contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar, caso a execução não seja comprovadamente a estipulada neste termo contratual, indenizando a CONTRATADA pelos serviços até então prestados.

PARÁGRAFO QUINTO. O CONTRATANTE reserva-se no direito de adjudicar os serviços ora contratados no todo ou em parte, de acordo com a sua disponibilidade financeira e necessidade, sem que caiba à CONTRATADA direito de indenização.

CLÁUSULA SETIMA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A supervisão na execução do objeto ora contratado, bem como a fiscalização na prestação dos serviços, será de competência e responsabilidade da Secretaria Municipal da Administração, através de servidor ou comissão designada para este fim, a quem caberá verificar se estão sendo cumpridos os termos deste Contrato.

PARAGRAFO ÚNICO. A fiscalização exercida pela Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

CLAUSULA OITAVA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL.

Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a previa defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93, sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro. Cep 89440-000.
Fone/Fax (47) 625.1111 E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina
Fl. nº <u>119</u>
<u>A</u>
Comissão Permanente de Licitação

CLAUSULA NONA - RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados nos Artigos 78 e seguintes da Lei n.º 8.666/93, especialmente no caso de inexecução total ou parcial do mesmo.

PARÁGRAFO ÚNICO. O presente contrato poderá ser denunciado por qualquer das partes, sem ônus, desde que haja notificação escrita prévia à outra parte de, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

Este contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, e pelos Preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

Parágrafo Primeiro: O presente instrumento contratual é realizado com dispensa de licitação por tratar-se de situação de emergência, regendo-se pelas disposições expressas no art. 24, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, “na contratação de instituição brasileira incumbida regional ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável e não tenha fins lucrativos;” e Declaração de Dispensa de Licitação, e pelos preceitos de Direito Público aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o Contratante e a Contratada será feita através de Protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência deste Contrato terá início na data de sua assinatura e termino em 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, e dos Princípios Gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o presente contrato terá seu extrato publicado no Órgão Oficial do Município, pelo CONTRATANTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, parágrafo 1º da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VINCULAÇÃO AO EDITAL

CONTRATO Nº 56/2018 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - SEBRAE

Hellena Fransozi Auler
OAB nº 32.829
Assessoria Jurídica
SEBRAE/SC

Robson Schappo
Gerente da Unidade de
Orçamento e Contabilidade
SEBRAE/SC

PÁGINA 3 DE 4



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro. Cep 89440-000.
Fone/Fax (47) 625.1111 E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br



Este Contrato vincula-se ao PROCESSO LICITATÓRIO N.º 32/2018, DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 03/2018, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei n.º 8.666/93 consolidada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÕES

Este contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União - SC, para dirimir questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.
Irineópolis (SC), 26 de abril de 2018.


LADEMIR FERNANDO ARCARI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Contratante


SUELI VIEIRA SARMENTO BERNARDI
COORDENADORA REGIONAL SEBRAE


FÁBIO BÚRIGO ZANUZZI
GERENTE ATENDIMENTO INDIVIDUAL SEBRAE

Testemunhas:


Nome: Cleris Mauro Schafascheki
CPF: 015.613.749-62


Nome: Josilene Montoski
CPF: 081.276.439-04



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro. Cep 89440-000.
Fone/Fax (47) 3625.1111 E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

Prefeitura Mun. de Irineópolis
Estado de Santa Catarina

Fl. nº

121

Comissão Permanente de Licitação

Irineópolis, 17 de abril de 2018.
Ofício nº. 278/2018

AO
EXMO SR.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal
NESTA.

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me à Vossa Excelência para solicitar que seja encaminhado ao setor competente para que seja procedida a abertura de Processo Licitatório, na modalidade Dispensa, para contratação do SEBRAE, visando:

1) COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS:

ENCONTRO 1 – LICITAÇÃO: UMA NOVA OPORTUNIDADE PARA O SEU NEGÓCIO;
ENCONTRO 2 – A MPE NA LICITAÇÃO PÚBLICA – CONHECER AS LEIS PARA CONTROLAR OS RISCOS;
ENCONTRO 3 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE I;
ENCONTRO 4 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE II;
ENCONTRO 5 – ENCONTRANDO NOVAS OPORTUNIDADES PARA O SEU NEGÓCIO.

2) COMPRAS GOVERNAMENTAIS – COM A APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS:

ENCONTRO 1 – A PREPARAÇÃO PARA A LICITAÇÃO.
ENCONTRO 2 – ÓRGÃOS FISCALIZADORES, BASES LEGAIS E INSTRUMENTOS NA LICITAÇÃO PÚBLICA.
ENCONTRO 3 – DOS INSTRUMENTOS INDISPENSÁVEIS NA ELABORAÇÃO DE EDITAIS QUE PROMOVAM OS BENEFÍCIOS DA LEI Nº 123/06.
ENCONTRO 4 – CONHECER PARA APLICAR OS BENEFÍCIOS EXCLUSIVOS DA MPE (ARTIGO 47 E 48)
ENCONTRO 5 – COMO APLICAR O EMPATE FICTO E TRATAR DA REGULARIDADE FISCAL EM TODAS AS MODALIDADES.



- 3) PALESTRA PARA MEI'S – FORMALIZAÇÃO MEI;**
4) OFICINAS – CAPACITAÇÃO MEI'S.

Seguindo requisitos e demais descrições no Plano de trabalho anexo;

Colocando-nos sempre à disposição para informações que forem necessárias, reafirmamos na oportunidade, protestos de estima e distinguida consideração.

Atenciosamente,


LADEMIR FERNANDO ARCARI
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Proposta de Trabalho

Sebrae/SC – Regional Meio Oeste e Município de Irineópolis - 2018

1) Compras Governamentais – Como Vender para a Administração Pública e Reduzir Riscos

Descrição sintetizada

Preparar as Micro e Pequenas Empresas brasileiras para que tenham condições de participar da venda para organismos governamentais, usufruindo das vantagens e dos benefícios para que tenham sucesso em seus negócios.

Assuntos serão tratados?

- Encontro 1 – Licitação: uma nova oportunidade para o seu negócio.
- Encontro 2 – A MPE na Licitação Pública – Conhecer as leis para controlar os riscos.
- Encontro 3 – Aprender a Licitar sem risco – Parte I.
- Encontro 4 – Aprender a Licitar sem risco – Parte II.
- Encontro 5 – Encontrando novas oportunidades para o seu negócio.

Objetivo do treinamento

Orientar como fornecer para a Administração Pública apresentando de forma direta e pragmática as alternativas para a MPE operar sem risco. Esse é um curso inovador, que mudará de maneira definitiva a forma como as MPE participam das licitações, pois trará os riscos para níveis adequados e seguros.

Quais os benefícios

- compreender como a Lei Complementar 123/06 (Lei Geral das micro e pequenas empresas) garante o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às MPE em licitação pública.
- compreender a importância das inovações nos processos de licitação pública como instrumento para o desenvolvimento local.
- promover nos participantes, autoconfiança suficiente para que possam participar de um processo de licitação.
- operar os procedimentos imprescindíveis para participar sem risco de uma licitação pública. Fornecedores, empresários do micro e pequenos negócios, empreendedores, representantes comerciais, contadores, representantes de entidades de classe, cooperados, associados e pessoas que possuem interesse em fornecer produtos e serviços para a administração pública Federal, estadual, distrital ou Municipal.

Qual o tempo do treinamento

15 horas.

2) Compras Governamentais – Com a Aplicação dos Benefícios para as Micro e Pequenas Empresas

Descrição sintetizada

Preparar os órgãos compradores da administração pública para que, estejam aptos a trabalhar com os avanços da legislação, para que seus procedimentos possam refletir o que está disciplinado pela Lei e pela jurisprudência.

Assuntos tratados

- Encontro 1 – A preparação para a Licitação.
- Encontro 2 – Órgãos Fiscalizadores, bases legais e instrumentos na Licitação pública.
- Encontro 3 – Dos instrumentos indispensáveis na elaboração de Editais que promovam os benefícios da Lei nº 123/06.
- Encontro 4 – Conhecer para aplicar os benefícios exclusivos da MPE (Artigo 47 e 48)
- Encontro 5 – Como aplicar o empate ficto e tratar da regularidade fiscal em todas as modalidades.

Objetivo do treinamento

- Compreender que as compras públicas podem se tornar um mecanismo capaz de impulsionar a economia local/regional.
- Comprometer os responsáveis diretos e indiretos pelo setor de compras sobre a importância do cumprimento da Lei nº 123/06.
- Incorporar na prática dos Compradores diretos e indiretos os procedimentos necessários para a aplicação plena da Lei Complementar nº 123/06.

Quais os benefícios

Compradores públicos brasileiros, responsáveis pela elaboração de editais de licitação, aptos para trabalhar com a legislação vigente. Esse é um curso inovador, que mudará de maneira definitiva a forma como a preparação das compras é realizada nos órgãos e, em contrapartida, garantirá a plena participação das MPE em todos os processos de licitação.

Quem pode fazer

Compradores públicos, Pregoeiros, equipes de apoio, comissão de Licitação, secretários e funcionários da Administração Pública Federal, estadual, distrital ou Municipal.

Qual o tempo do treinamento

15 horas.

Número de participantes: 30

3. Palestra para MEI's – Formalização MEI

Objetivo:

Orientar os MEI's e futuros empreendedores a cerca da formalização – Direitos e Deveres

Número de participantes: ilimitado

4. Oficinas – Capacitação MEI's

Objetivo:

Capacitar os MEI's, por meio de encontros (Oficinas) com a carga horária de 04h de duração.

Títulos das Oficinas SEI (poderá ser optado por duas oficinas):

Sei Vender

1. Descrição sintetizada

Saber vender é fundamental para a permanência de um empreendimento no mercado. Para tanto, aumentar e/ou qualificar as vendas é, para o Microempreendedor Individual – MEI, uma necessidade premente. Assim, ele precisa conhecer o ambiente de negócios no qual está inserido, o que torna indispensável conhecer clientes, concorrentes e seus fornecedores.

A identificação de necessidades e desejos dos clientes é o primeiro passo para criar e inovar na oferta de produtos e serviços.

Atender às expectativas do cliente é o básico que o Microempreendedor Individual deve fazer. Portanto, ele precisa surpreender seus clientes desenvolvendo diferenciais para seus produtos ou serviços.

Nesse sentido, compreender o que é marketing e sua importância para o sucesso do empreendimento pode ser decisivo para que ocorram mudanças na gestão do negócio.

Para obter melhores e maiores resultados, o composto de marketing, ou seja, produto/serviço, preço, ponto e promoção devem ser trabalhados de forma integrada e com foco no cliente.

2. Que assuntos serão tratados?

- Componentes de venda; e
- Plano de Ação.

3. O que a oficina pretende?

- Conhecer como ampliar suas vendas utilizando os componentes de marketing: produto, ponto, preço, promoção e cliente.

- Predispor-se a realizar ações de marketing que contribuam para o aumento das vendas do seu negócio.
- Aplicar os componentes de marketing para melhorar o desempenho das vendas no seu negócio.

4. Qual o tempo da oficina?

4 horas.

Sei Planejar

1. Descrição sintetizada

A oficina SEI Planejar foi desenvolvida para o Microempreendedor Individual - MEI e tem o propósito de ajudá-lo a compreender a importância do planejamento para que sua atividade empreendedora gere resultados satisfatórios às suas expectativas e metas.

2. Que assuntos serão tratados?

- O que é planejar (planejar é ato ou efeito de prever, antecipar, ou vislumbrar algo que ainda não aconteceu; preparar; projetar e em outras palavras planejar é a atitude que precede a ação);
- Para que planejar (no ambiente empresarial não se deve agir na base de fórmulas de tentativa e erro);
- Quando planejar (deve-se planejar ciclicamente e sempre que surgirem novas situações a serem decididas, analisadas);
- Planejamento orientado para resultados (o Microempreendedor Individual - MEI deve ter seus objetivos/metast, claros e específicos traçados, e para alcançá-los deve-se fazer o planejamento orientado para resultados);
- Ferramentas do Planejamento (PDCA); Visão sistêmica (não é possível pensar na empresa em um só setor, de acordo com sua especialização);
- Planejamento como processo dinâmico e contínuo.



3. O que a oficina pretende?

Esta oficina foi criada para que os participantes desenvolvam competências para:

- Compreender a importância dos elementos que envolvem o processo de planejamento da atividade empreendedora para assegurar os melhores resultados que atendam suas expectativas e metas;
- Conscientizar o Microempreendedor Individual (MEI) de que o planejamento de ações de forma ordenada e articulada contribui para o aumento das vendas de seus produtos e serviços, com qualidade e preços atrativos;
- Dominar o processo de organização do seu negócio;
- Aplicar as ferramentas de planejamento para melhorar o desempenho de seu empreendimento, com aumento de sua competitividade e de modo sustentável.

4. Qual o tempo da oficina?

4 horas



Sei Empreender

1. Descrição sintetizada

Desenvolver uma atitude empreendedora é um importante diferencial para se atingir o sucesso nos negócios.

As atitudes do Empreendedor contribuem para que ele busque as soluções de seus problemas e o fazem sentir-se capaz de vencer as dificuldades que ocorrem, rotineiramente, no mundo dos negócios.

Saber aonde quer chegar, identificar e aproveitar oportunidades, manter-se bem informado, vencer obstáculos, buscar autonomia, são apenas algumas das ações empregadas por Empreendedores que obtêm sucesso em seus empreendimentos.

É importante para isso que o Empreendedor se reconheça como um indivíduo capaz de definir e atingir os objetivos que satisfaçam às suas necessidades.

Conhecendo e desenvolvendo as características identificadas em Empreendedores de sucesso, é possível fortalecer seu negócio, ampliar seus resultados, aumentar a autoestima e gerar mudanças na sociedade.

A oficina SEI Empreender é direcionada ao Microempreendedor Individual - MEI e tem por objetivo contribuir para que ele se reconheça como um Empreendedor e se sinta capaz de fortalecer e promover mudanças em seu negócio, elevando sua confiança.

2. Que assuntos serão tratados?

- Características empreendedoras;
- O que é empreender?
- Empreendendo na prática; e
- Definindo metas e planos.

3. O que a oficina pretende?

- Compreender o que é empreender;
- Identificar características empreendedoras para o sucesso do seu negócio;
- Refletir sobre atitudes empreendedoras praticadas em seu dia a dia;
- Reconhecer a importância de assumir a responsabilidade pelas próprias decisões;
- Selecionar os fatores de sucesso de um empreendimento;
- Estabelecer metas claras para seu negócio e definir ações empreendedoras para atingi-las.

4. Qual o tempo da oficina?

4 horas.

Sei Comprar

1. Descrição sintetizada

Comprar não é tão fácil como parece. É preciso buscar produtos de qualidade com bons preços e prazos de pagamento favoráveis para a sua empresa e para os seus clientes, tudo isso sem perder o bom relacionamento com os fornecedores. Para quem quer comprar bem e aumentar a lucratividade.

2. Que assuntos serão tratados?

Elementos fundamentais da compra:

- Mercado;
- Cliente;
- Fornecedor;
- Concorrente;
- Preço;
- Planejamento;
- Prazo;
- Produto; e
- Negociação.

3. O que a oficina pretende?

Esta oficina foi criada para que os participantes desenvolvam competências para:

- Compreender a importância dos elementos que envolvem o processo de compras para assegurar os melhores resultados no seu negócio;
- Predispor-se a realizar compras planejadas, objetivando melhores resultados; Selecionar, criteriosamente, o que deverá ser comprado, considerando inclusive a procedência e mantendo bons relacionamentos com os fornecedores; e
- Negociar para obter bons preços e prazos com foco no processo ganha-ganha.

4. Qual o tempo da oficina?

4 horas.

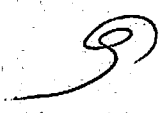
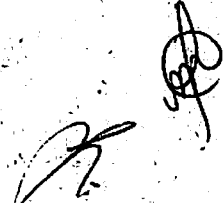
Sei Formar preço

1. Descrição sintetizada:

Atualmente, para que se possa vender bem os produtos ou serviços, não basta ter qualidade; bom atendimento; pontualidade na entrega; etc.

É preciso saber os gastos exatos de cada item a ser vendido, saber quanto se quer ganhar com negociação de venda e por quanto será necessário vender o produto ou serviço a fim de se obter o lucro desejado.

2. Que assuntos serão tratados?

- O que são gastos;
 - A importância da margem;
 - Formação de Preço; e
 - Ponto de equilíbrio operacional.
- 
- 

3. O que a oficina pretende?

Pretende possibilitar ao MEI:

- Compreender a maneira adequada de formar preços para seu negócio.
- Reconhecer a importância da formação de preços para o sucesso de seu negócio.
- Empregar a formação de preço mais adequada para seu negócio.

4. Qual o tempo da oficina?

4 horas.

Número de participantes: até 30 em cada oficina

Responsabilidades Operacionais do Sebrae:

- ✓ Contratação do consultor credenciado
- ✓ Disponibilizar o material didático
- ✓ Fornecer coffee break

Responsabilidades Operacionais da Prefeitura:

- ✓ Arregimentar e inscrever os participantes no curso
- ✓ Disponibilizar espaço físico (sala com cadeiras com braço ou carteiras), capacidade para 60 pessoas
- ✓ Disponibilizar equipamentos áudio visuais

Investimento total:

R\$10.200,00 (Dez mil, duzentos reais)

Forma de Pagamento: 02 parcelas iguais (30, 60 dias)



Sueli Bernardi


Coordenadora Regional Sebrae Meio Oeste

E-mail: sueli@sc.sebrae.com.br

Fone: (49) 3527 6200

Celular: (49) 999801999





Irineópolis

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 20/2018

Publicação Nº 1614226

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 04/2018

Contratante: Hospital Municipal Bom Jesus.

Contratado: Sr. Vinicius Marques Kingerski.

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA MÉDICA, PARA REALIZAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E ACOMPANHAMENTO NAS INTERNAÇÕES DE PACIENTES DO SUS, EM CONFORMIDADE COM DECRETO Nº 3345/2017, PROMOVIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL.

Valor total: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Vigência: 20.04.2018 a 19.04.2019

Base Legal – Processo Licitatório nº 01/2018 – Inexigibilidade nº. 01/2018

Lei 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

Base Legal – Processo Licitatório nº 29/2018 – Inexigibilidade nº. 06/2018

Lei 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal



EXTRATO CONTRATO Nº 55/2018

Publicação Nº 1614146

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 55/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Contratado Sr. Daniel Elias Garcia.

Objeto: realização de leilões dos bens inservíveis, e auxiliando na avaliação demais procedimentos que envolvam os bens a serem leiloados conforme requerido por esta Prefeitura.

Vigência: 24.04.2018 a 23.04.2019

Base Legal – Processo Licitatório nº 31/2018 – Inexigibilidade nº. 07/2018

Lei 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 52/2018

Publicação Nº 1614076

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 52/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Contratada: Synderski Engenharia Civil Ltda ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE ESCOLAR MEDINDO 1.700 M², NA LOCALIDADE DE SÃO PASCOAL, MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS.

Valor total: R\$ 22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais).

Vigência: 19.04.2018 a 18.10.2018

Base Legal – Processo Licitatório nº 12/2018 – Tomada de Preços nº. 04/2018

Lei 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 56/2018

Publicação Nº 1614199

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 56/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Contratada: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC – SEBRAE.

Objeto: COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS:
ENCONTRO 1 – LICITAÇÃO: UMA NOVA OPORTUNIDADE PARA O SEU NEGÓCIO;

ENCONTRO 2 – A MPE NA LICITAÇÃO PÚBLICA – CONHECER AS LEIS PARA CONTROLAR OS RISCOS;

ENCONTRO 3 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE I;

ENCONTRO 4 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE II;

ENCONTRO 5 – ENCONTRANDO NOVAS OPORTUNIDADES PARA O SEU NEGÓCIO.

COMPRAS GOVERNAMENTAIS – COM A APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS:

ENCONTRO 1 – A PREPARAÇÃO PARA A LICITAÇÃO.

ENCONTRO 2 – ÓRGÃOS FISCALIZADORES, BASES LEGAIS E INSTRUMENTOS NA LICITAÇÃO PÚBLICA.

ENCONTRO 3 – DOS INSTRUMENTOS INDISPENSÁVEIS NA ELABORAÇÃO DE EDITAIS QUE PROMOVAM OS BENEFÍCIOS DA LEI Nº 123/06.

ENCONTRO 4 – CONHECER PARA APLICAR OS BENEFÍCIOS EXCLUSIVOS DA MPE (ARTIGO 47 E 48)

ENCONTRO 5 – COMO APLICAR O EMPATE FICTO E TRATAR DA REGULARIDADE FISCAL EM TODAS AS MODALIDADES.

PALESTRA PARA MEI'S – FORMALIZAÇÃO MEI;

OFICINAS – CAPACITAÇÃO MEI'S.

EXTRATO CONTRATO Nº 53/2018

Publicação Nº 1614124

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 53/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Contratada: Movesco Indústria e Comércio de Móveis Escolares Ltda.

Objeto: AQUISIÇÃO DE CONJUNTO ALUNO E CONJUNTO PROFESSOR, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAR N 201800645-6, ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2018 FNDE, DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2017/FNDE, AUTORIZADO ATRAVÉS DO OFÍCIO Nº 130/2018 DE 27 DE MARÇO DE 2018 E SOLICITAÇÃO SIGARP Nº 76198.

Valor total: R\$ 165.020,00(cento e sessenta e cinco mil e vinte reais).

Vigência: 23.04.2018 a 22.04.2019

Valor total: R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais)
Vigência: 26.04.2018 a 31.12.2018
Base Legal – Processo Licitatório nº 32/2018 – Dispensa nº. 03/2018
Lei 8.666/93 consolidada
Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 01/2018 HMBJ

Publicação Nº 1614224

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATORIO Nº. 01/2018
INEXIGIBILIDADE Nº. 01/2018
Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação do proponente: Sr. Vinicius Marques Kingerski.
Irineópolis, 20 de abril de 2018.
Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 12/2018

Publicação Nº 1614074

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 12/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº. 04/2018
Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Synder-ski Engenharia Civil Ltda ME.
Irineópolis, 19 abril de 2018.
Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 29/2018

Publicação Nº 1614120

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 29/2018
INEXIGIBILIDADE Nº. 06/2018
Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Movesco Indústria e Comércio de Móveis Escolares Ltda.
Irineópolis, 23 de abril de 2018.
Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 31/2018

Publicação Nº 1614143

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 31/2018
INEXIGIBILIDADE Nº. 07/2018
Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação do proponente: Sr. Daniel Elias Garcia.
Irineópolis, 24 de abril de 2018.
Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 32/2018

Publicação Nº 1614191

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 32/2018
DISPENSE Nº. 03/2018
Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC – SEBRAE.
Irineópolis, 26 de abril de 2018.
Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal





Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro. Cep 89440-000.
Fone/Fax (47) 625.1111 E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

CONTRATO N° 56/2018 PROCESSO LICITATÓRIO N° 32/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 03/2018

Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC – SEBRAE.

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato representado pelo Senhor Lademir Fernando Arcari, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Secretário da Administração, residente e domiciliado a Rua Santa Catarina, 365, no Centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 513.968.909-04 e portador da cédula de identidade n.º 25/R 1.512.462-SSP/SC, de acordo com a Portaria nº 123/2017, de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SC – SEBRAE, estabelecida na Avenida Rio Branco, nº 611, Ed Empreendedor, Centro, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88.015-200, CNPJ nº 82.515.859/0001-06, pelos seus representantes: Sra. Sueli Vieira Sarmento Bernardi – Coordenadora Regional, portadora do CPF nº 471.687.579-20, e RG nº 1512236 e Fabio Búrigo Zanuzzi – Gerente Atendimento Individual, portador do CPF nº 728.532.639-91, e identidade nº 1783229 SSP/SC, de ora em diante denominada de Contratado, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 32/2018, modalidade Dispensa de Licitação nº 03/2018, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO E PREÇOS

Este contrato tem origem no PROCESSO LICITATÓRIO N.º 32/2018, DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 03/2018, e tem por objeto a prestação de serviços, conforme a seguir discriminado:

Parágrafo Primeiro - O presente instrumento tem por objetivo:

- 1) **COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS:**
ENCONTRO 1 – LICITAÇÃO: UMA NOVA OPORTUNIDADE PARA O SEU NEGÓCIO;
ENCONTRO 2 – A MPE NA LICITAÇÃO PÚBLICA – CONHECER AS LEIS PARA CONTROLAR OS RISCOS;
ENCONTRO 3 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE I;
ENCONTRO 4 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE II;
ENCONTRO 5 – ENCONTRANDO NOVAS OPORTUNIDADES PARA O SEU NEGÓCIO.
- 2) **COMPRAS GOVERNAMENTAIS – COM A APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS:**
ENCONTRO 1 – A PREPARAÇÃO PARA A LICITAÇÃO.
ENCONTRO 2 – ÓRGÃOS FISCALIZADORES, BASES LEGAIS E INSTRUMENTOS NA LICITAÇÃO PÚBLICA.
ENCONTRO 3 – DOS INSTRUMENTOS INDISPENSÁVEIS NA ELABORAÇÃO DE EDITAIS QUE PROMOVAM OS BENEFÍCIOS DA LEI Nº 123/06.
ENCONTRO 4 – CONHECER PARA APLICAR OS BENEFÍCIOS EXCLUSIVOS DA MPE (ARTIGO 47 E 48)
ENCONTRO 5 – COMO APLICAR O EMPATE FICTO E TRATAR DA REGULARIDADE FISCAL EM TODAS AS MODALIDADES.
- 3) **PALESTRA PARA MEI'S – FORMALIZAÇÃO MEI;**
- 4) **OFICINAS – CAPACITAÇÃO MEI'S.**

Conforme solicitado através do Ofício nº. 278/2018, pelo Sr. Lademir Fernando Arcari – Secretário Municipal da Administração e deferido pelo Sr. Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em 02 parcelas, de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais) mensais, perfazendo um total de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais). O pagamento das parcelas será efetuado até o dia 30 de cada mês, sendo o primeiro pagamento no mês de maio após apresentação de relatório das atividades exercidas, aprovado pela Secretaria da Administração, e emissão do respectivo documento fiscal. No documento fiscal deverá ser discriminando o objeto contratado e o número do respectivo contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

CONTRATO N° 56/2018 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - SEBRAE

Hellena Francozi Auler
OAB/SC 32.829
Assessoria Jurídica
SEBRAE/SC

Robson Spagnol
Gerente da Unidade de
Orçamento e Contabilidade
SEBRAE/SC



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro. Cep 89440-000.
Fone/Fax (47) 625.1111 E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

Pela execução do objeto ora contratado, a CONTRATANTE, pagará a CONTRATADA, o valor contratual em 02 parcelas, de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais) mensais, perfazendo um total de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais).

CLÁUSULA QUARTA – RECURSOS FINANCEIROS

Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto deste Contrato, serão empregadas as seguintes dotações orçamentárias:

→ Projeto Atividade – 2002 – Manutenção da Secretaria da Administração – 3.3.90.00.00.00.00.0100 – Aplicações Diretas.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

O preço contratado não sofrerá reajustes.

CLAUSULA SEXTA - DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Constituem direitos do CONTRATANTE, receber o objeto deste contrato, nas condições avençadas, e da CONTRATADA, perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- Efetuar o pagamento na forma e prazos ajustados;
- Dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do contrato;
- Fornecer informações úteis, boas e necessárias à perfeita execução do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes da execução do presente contrato;
- Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, sob pena de rescisão contratual;
- Responsabilizar-se pela boa qualidade do objeto contratado, obrigando-se a executar o Contrato nos exatos termos e condições do que foi avençado;
- Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor.
- Permitir que os prepostos da CONTRATANTE inspecionem, a qualquer tempo e hora, a fiscalização do objeto contratado, fornecendo as informações, esclarecimentos e demais elementos necessários.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O presente Contrato não será, de nenhuma forma e por nenhum motivo, considerado como fundamento para a constituição de vínculo trabalhista, responsabilização solidária ou subsidiária, entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tudo nos termos do que determina o § 1º do art. 71, da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO QUARTO. Nos termos da legislação vigente, o CONTRATANTE pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do Contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar, caso a execução não seja comprovadamente a estipulada neste termo contratual, indenizando a CONTRATADA pelos serviços até então prestados.

PARÁGRAFO QUINTO. O CONTRATANTE reserva-se no direito de adjudicar os serviços ora contratados no todo ou em parte, de acordo com a sua disponibilidade financeira e necessidade, sem que caiba à CONTRATADA direito de indenização.

CLÁUSULA SETIMA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A supervisão na execução do objeto ora contratado, bem como a fiscalização na prestação dos serviços, será de competência e responsabilidade da Secretaria Municipal da Administração, através de servidor ou comissão designada para este fim, a quem caberá verificar se estão sendo cumpridos os termos deste Contrato.

PARAGRAFO ÚNICO. A fiscalização exercida pela Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

CLAUSULA OITAVA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL.

Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as sanções previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93, sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro. Cep 89440-000.
Fone/Fax (47) 625.1111 E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

CLAUSULA NONA - RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados nos Artigos 78 e seguintes da Lei n.º 8.666/93, especialmente no caso de inexecução total ou parcial do mesmo.

PARÁGRAFO ÚNICO. O presente contrato poderá ser denunciado por qualquer das partes, sem ônus, desde que haja notificação escrita prévia à outra parte de, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

Este contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, e pelos Preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

Parágrafo Primeiro: O presente instrumento contratual é realizado com dispensa de licitação por tratar-se de situação de emergência, regendo-se pelas disposições expressas no art. 24, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, *“na contratação de instituição brasileira incumbida regional ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável e não tenha fins lucrativos;”* e Declaração de Dispensa de Licitação, e pelos preceitos de Direito Público aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o Contratante e a Contratada será feita através de Protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência deste Contrato terá início na data de sua assinatura e termino em 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, e dos Princípios Gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o presente contrato terá seu extrato publicado no Órgão Oficial do Município, pelo CONTRATANTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, parágrafo 1º da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VINCULAÇÃO AO EDITAL



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro. Cep 89440-000.
Fone/Fax (47) 625.1111 E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

Este Contrato vincula-se ao PROCESSO LICITATÓRIO N.º 32/2018, DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 03/2018, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei n.º 8.666/93 consolidada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÕES

Este contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União - SC, para dirimir questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.
Irineópolis (SC), 26 de abril de 2018.

LADIMIR FERNANDO ARCARI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Contratante

SUELI VIEIRA SARMENTO BERNARDI
COORDENADORA REGIONAL SEBRAE

FABIO ALVARO ZANUZZI
GERENTE ATENDIMENTO INDIVIDUAL SEBRAE

Testemunhas:

Nome: Cleris Mauro Schafascheki
CPF: 015.613.749-62

Nome: Joseline Montoski
CPF: 081.276.439-04



Prefeitura Municipal de Irineópolis

CNPJ 83.102.558/0001-05

Rua Paraná, 200. Centro. Cep 89440-000.
Fone/Fax (47) 3625.1111 E-mail: prefeitura@irineopolis.sc.gov.br

Irineópolis, 17 de abril de 2018.
Ofício nº. 278/2018

AO
EXMO SR.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal
NESTA.

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me à Vossa Excelência para solicitar que seja encaminhado ao setor competente para que seja procedida a abertura de Processo Licitatório, na modalidade Dispensa, para contratação do SEBRAE, visando:

1) COMPRAS GOVERNAMENTAIS - COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REDUZIR RISCOS:

ENCONTRO 1 – LICITAÇÃO: UMA NOVA OPORTUNIDADE PARA O SEU NEGÓCIO;
ENCONTRO 2 – A MPE NA LICITAÇÃO PÚBLICA – CONHECER AS LEIS PARA CONTROLAR OS RISCOS;
ENCONTRO 3 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE I;
ENCONTRO 4 – APRENDER A LICITAR SEM RISCO – PARTE II;
ENCONTRO 5 – ENCONTRANDO NOVAS OPORTUNIDADES PARA O SEU NEGÓCIO.

2) COMPRAS GOVERNAMENTAIS – COM A APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS:

ENCONTRO 1 – A PREPARAÇÃO PARA A LICITAÇÃO.
ENCONTRO 2 – ÓRGÃOS FISCALIZADORES, BASES LEGAIS E INSTRUMENTOS NA LICITAÇÃO PÚBLICA.
ENCONTRO 3 – DOS INSTRUMENTOS INDISPENSÁVEIS NA ELABORAÇÃO DE EDITAIS QUE PROMOVAM OS BENEFÍCIOS DA LEI Nº 123/06.
ENCONTRO 4 – CONHECER PARA APLICAR OS BENEFÍCIOS EXCLUSIVOS DA MPE (ARTIGO 47 E 48)
ENCONTRO 5 – COMO APLICAR O EMPATE FICTO E TRATAR DA REGULARIDADE FISCAL EM TODAS AS MODALIDADES.

- 3) PALESTRA PARA MEI'S – FORMALIZAÇÃO MEI;**
4) OFICINAS – CAPACITAÇÃO MEI'S.

Seguindo requisitos e demais descrições no Plano de trabalho anexo;

Colocando-nos sempre à disposição para informações que forem necessárias, reafirmamos na oportunidade, protestos de estima e distinguida consideração.

Atenciosamente,


LADEMIR FERNANDO ARCARI
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Proposta de Trabalho

Sebrae/SC – Regional Meio Oeste e Município de Irineópolis - 2018

1) Compras Governamentais – Como Vender para a Administração Pública e Reduzir Riscos

Descrição sintetizada

Preparar as Micro e Pequenas Empresas brasileiras para que tenham condições de participar da venda para organismos governamentais, usufruindo das vantagens e dos benefícios para que tenham sucesso em seus negócios.

Assuntos serão tratados?

- Encontro 1 – Licitação: uma nova oportunidade para o seu negócio.
- Encontro 2 – A MPE na Licitação Pública – Conhecer as leis para controlar os riscos.
- Encontro 3 – Aprender a Licitar sem risco – Parte I.
- Encontro 4 – Aprender a Licitar sem risco – Parte II.
- Encontro 5 – Encontrando novas oportunidades para o seu negócio.

Objetivo do treinamento

Orientar como fornecer para a Administração Pública apresentando de forma direta e pragmática as alternativas para a MPE operar sem risco. Esse é um curso inovador, que mudará de maneira definitiva a forma como as MPE participam das licitações, pois trará os riscos para níveis adequados e seguros.

Quais os benefícios

- compreender como a Lei Complementar 123/06 (Lei Geral das micro e pequenas empresas) garante o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às MPE em licitação pública.
- compreender a importância das inovações nos processos de licitação pública como instrumento para o desenvolvimento local.
- promover nos participantes, autoconfiança suficiente para que possam participar de um processo de licitação.
- operar os procedimentos imprescindíveis para participar sem risco de uma licitação pública. Fornecedores, empresários do micro e pequenos negócios, empreendedores, representantes comerciais, contadores, representantes de entidades de classe, cooperados, associados e pessoas que possuem interesse em fornecer produtos e serviços para a administração pública Federal, estadual, distrital ou Municipal.

Qual o tempo do treinamento

15 horas.



2) Compras Governamentais – Com a Aplicação dos Benefícios para as Micro e Pequenas Empresas

Descrição sintetizada

Preparar os órgãos compradores da administração pública para que estejam aptos a trabalhar com os avanços da legislação, para que seus procedimentos possam refletir o que está disciplinado pela Lei e pela jurisprudência.

Assuntos tratados

- Encontro 1 – A preparação para a Licitação.
- Encontro 2 – Órgãos Fiscalizadores, bases legais e instrumentos na Licitação pública.
- Encontro 3 – Dos instrumentos indispensáveis na elaboração de Editais que promovam os benefícios da Lei nº 123/06.
- Encontro 4 – Conhecer para aplicar os benefícios exclusivos da MPE (Artigo 47 e 48)
- Encontro 5 – Como aplicar o empate ficto e tratar da regularidade fiscal em todas as modalidades.

Objetivo do treinamento

- Compreender que as compras públicas podem se tornar um mecanismo capaz de impulsionar a economia local/regional.
- Comprometer os responsáveis diretos e indiretos pelo setor de compras sobre a importância do cumprimento da Lei nº 123/06.
- Incorporar na prática dos Compradores diretos e indiretos os procedimentos necessários para a aplicação plena da Lei Complementar nº 123/06.

Quais os benefícios

Compradores públicos brasileiros, responsáveis pela elaboração de editais de licitação, aptos para trabalhar com a legislação vigente. Esse é um curso inovador, que mudará de maneira definitiva a forma como a preparação das compras é realizada nos órgãos e, em contrapartida, garantirá a plena participação das MPE em todos os processos de licitação.

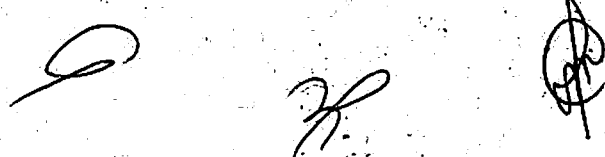
Quem pode fazer

Compradores públicos, Pregoeiros, equipes de apoio, comissão de Licitação, secretários e funcionários da Administração Pública Federal, estadual, distrital ou Municipal.

Qual o tempo do treinamento

15 horas.

Número de participantes: 30



3. Palestra para MEI's – Formalização MEI

Objetivo:

Orientar os MEI's e futuros empreendedores a cerca da formalização – Direitos e Deveres

Número de participantes: ilimitado

4. Oficinas – Capacitação MEI's

Objetivo:

Capacitar os MEI's, por meio de encontros (Oficinas) com a carga horária de 04h de duração.

Títulos das Oficinas SEI (poderá ser optado por duas oficinas):

Sei Vender

1. Descrição sintetizada

Saber vender é fundamental para a permanência de um empreendimento no mercado. Para tanto, aumentar e/ou qualificar as vendas é, para o Microempreendedor Individual – MEI, uma necessidade premente. Assim, ele precisa conhecer o ambiente de negócios no qual está inserido, o que torna indispensável conhecer clientes, concorrentes e seus fornecedores.

A identificação de necessidades e desejos dos clientes é o primeiro passo para criar e inovar na oferta de produtos e serviços.

Atender às expectativas do cliente é o básico que o Microempreendedor Individual deve fazer. Portanto, ele precisa surpreender seus clientes desenvolvendo diferenciais para seus produtos ou serviços.

Nesse sentido, compreender o que é marketing e sua importância para o sucesso do empreendimento pode ser decisivo para que ocorram mudanças na gestão do negócio.

Para obter melhores e maiores resultados, o composto de marketing, ou seja, produto/serviço, preço, ponto e promoção devem ser trabalhados de forma integrada e com foco no cliente.

2. Que assuntos serão tratados?

- Componentes de venda; e
- Plano de Ação.

3. O que a oficina pretende?

- Conhecer como ampliar suas vendas utilizando os componentes de marketing: produto, ponto, preço, promoção e cliente.



- Predispor-se a realizar ações de marketing que contribuam para o aumento das vendas do seu negócio.
- Aplicar os componentes de marketing para melhorar o desempenho das vendas no seu negócio.

4. Qual o tempo da oficina?

4 horas.

Sei Planejar

1. Descrição sintetizada

A oficina SEI Planejar foi desenvolvida para o Microempreendedor Individual - MEI e tem o propósito de ajudá-lo a compreender a importância do planejamento para que sua atividade empreendedora gere resultados satisfatórios às suas expectativas e metas.

2. Que assuntos serão tratados?

- O que é planejar (planejar é ato ou efeito de prever, antecipar, ou vislumbrar algo que ainda não aconteceu; preparar; projetar e em outras palavras planejar é a atitude que precede a ação);
- Para que planejar (no ambiente empresarial não se deve agir na base de fórmulas de tentativa e erro);
- Quando planejar (deve-se planejar ciclicamente e sempre que surgirem novas situações a serem decididas, analisadas);
- Planejamento orientado para resultados (o Microempreendedor Individual - MEI deve ter seus objetivos/metast, claros e específicos traçados, e para alcançá-los deve-se fazer o planejamento orientado para resultados);
- Ferramentas do Planejamento (PDCA); Visão sistêmica (não é possível pensar na empresa em um só setor, de acordo com sua especialização);
- Planejamento como processo dinâmico e contínuo.

3. O que a oficina pretende?

Esta oficina foi criada para que os participantes desenvolvam competências para:

- Compreender a importância dos elementos que envolvem o processo de planejamento da atividade empreendedora para assegurar os melhores resultados que atendam suas expectativas e metas;
- Conscientizar o Microempreendedor Individual (MEI) de que o planejamento de ações de forma ordenada e articulada contribui para o aumento das vendas de seus produtos e serviços, com qualidade e preços atrativos;
- Dominar o processo de organização do seu negócio;
- Aplicar as ferramentas de planejamento para melhorar o desempenho de seu empreendimento, com aumento de sua competitividade e de modo sustentável.

4. Qual o tempo da oficina?

4 horas

Sei Empreender

1. Descrição sintetizada

Desenvolver uma atitude empreendedora é um importante diferencial para se atingir o sucesso nos negócios.

As atitudes do Empreendedor contribuem para que ele busque as soluções de seus problemas e o fazem sentir-se capaz de vencer as dificuldades que ocorrem, rotineiramente, no mundo dos negócios.

Saber aonde quer chegar, identificar e aproveitar oportunidades, manter-se bem informado, vencer obstáculos, buscar autonomia, são apenas algumas das ações empregadas por Empreendedores que obtêm sucesso em seus empreendimentos.

É importante para isso que o Empreendedor se reconheça como um indivíduo capaz de definir e atingir os objetivos que satisfaçam às suas necessidades.

Conhecendo e desenvolvendo as características identificadas em Empreendedores de sucesso, é possível fortalecer seu negócio, ampliar seus resultados, aumentar a autoestima e gerar mudanças na sociedade.

A oficina SEI Empreender é direcionada ao Microempreendedor Individual - MEI e tem por objetivo contribuir para que ele se reconheça como um Empreendedor e se sinta capaz de fortalecer e promover mudanças em seu negócio, elevando sua confiança.

2. Que assuntos serão tratados?

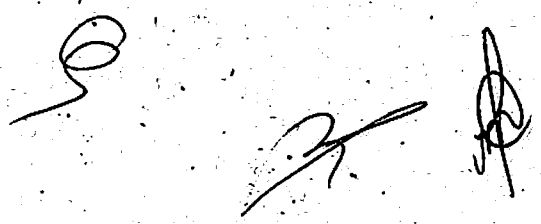
- Características empreendedoras;
- O que é empreender?
- Empreendendo na prática; e
- Definindo metas e planos.

3. O que a oficina pretende?

- Compreender o que é empreender;
- Identificar características empreendedoras para o sucesso do seu negócio;
- Refletir sobre atitudes empreendedoras praticadas em seu dia a dia;
- Reconhecer a importância de assumir a responsabilidade pelas próprias decisões;
- Selecionar os fatores de sucesso de um empreendimento;
- Estabelecer metas claras para seu negócio e definir ações empreendedoras para atingi-las.

4. Qual o tempo da oficina?

4 horas.



Sei Comprar

1. Descrição sintetizada

Comprar não é tão fácil como parece. É preciso buscar produtos de qualidade com bons preços e prazos de pagamento favoráveis para a sua empresa e para os seus clientes, tudo isso sem perder o bom relacionamento com os fornecedores. Para quem quer comprar bem e aumentar a lucratividade.

2. Que assuntos serão tratados?

Elementos fundamentais da compra:

- Mercado;
- Cliente;
- Fornecedor;
- Concorrente;
- Preço;
- Planejamento;
- Prazo;
- Produto; e
- Negociação.

3. O que a oficina pretende?

Esta oficina foi criada para que os participantes desenvolvam competências para:

- Compreender a importância dos elementos que envolvem o processo de compras para assegurar os melhores resultados no seu negócio;
- Predispor-se a realizar compras planejadas, objetivando melhores resultados; Selecionar, criteriosamente, o que deverá ser comprado, considerando inclusive a procedência e mantendo bons relacionamentos com os fornecedores; e
- Negociar para obter bons preços e prazos com foco no processo ganha-ganha.

4. Qual o tempo da oficina?

4 horas...



Sei Formar preço

1. Descrição sintetizada:

Atualmente, para que se possa vender bem os produtos ou serviços, não basta ter qualidade; bom atendimento; pontualidade na entrega; etc.

É preciso saber os gastos exatos de cada item a ser vendido, saber quanto se quer ganhar com negociação de venda e por quanto será necessário vender o produto ou serviço a fim de se obter o lucro desejado.

2. Que assuntos serão tratados?

- O que são gastos;
 - A importância da margem;
 - Formação de Preço; e
 - Ponto de equilíbrio operacional.
- 
- 

3. O que a oficina pretende?

Pretende possibilitar ao MEI:

- Compreender a maneira adequada de formar preços para seu negócio.
- Reconhecer a importância da formação de preços para o sucesso de seu negócio.
- Empregar a formação de preço mais adequada para seu negócio.

4. Qual o tempo da oficina?

4 horas.

Número de participantes: até 30 em cada oficina

Responsabilidades Operacionais do Sebrae:

- ✓ Contratação do consultor credenciado
- ✓ Disponibilizar o material didático
- ✓ Fornecer coffee break

Responsabilidades Operacionais da Prefeitura:

- ✓ Arregimentar e inscrever os participantes no curso
- ✓ Disponibilizar espaço físico (sala com cadeiras com braço ou carteiras), capacidade para 60 pessoas
- ✓ Disponibilizar equipamentos áudio visuais

Investimento total:

R\$10.200,00 (Dez mil, duzentos reais)

Forma de Pagamento: 02 parcelas iguais (30, 60 dias)


Sueli Bernardi

Coordenadora Regional Sebrae Meio Oeste

E-mail: sueli@sc.sebrae.com.br

Fone: (49) 3527 6200

Celular: (49) 999801999

5

